

Setembro 2022

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimentos públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Investimentos China em Angola](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Economia e Finanças, Expansão, e Novo Jornal, Luanda, Angoleme e Jornal O PAÍS.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos do Henda, Info Sambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos e
Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop - Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email: cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW– CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete part or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

ÍNDICE

1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	5
1.1 Apenas 2,3 milhões de angolanos têm emprego formal no país	5
1.2 Despesas das famílias aumentaram 5,0% no Iº trimestre do ano face a 2021	6
1.3 Duplicar o PIB em 20 anos: Possível?	7
1.4 Os luxos dos deputados contrastam com a pobreza dos eleitores	9
1.5 Inflação homóloga desacelera para 19,7%, mas o nível de vida dos angolanos deteriorou-se	10
1.6 Mais de 40 mil famílias vão beneficiar de apoio	11
2. MICROFINANÇAS	12
2.1 Estado absorveu cerca de 50% do crédito da economia	12
2.2 Resultados líquidos dos bancos cresceram 21% para 186,8 mil milhões Kz no Iº semestre	12
2.3 Crédito do PRODESI gera negócios bem-sucedidos no Cuando Cubango	13
2.4 Banco de Desenvolvimento de Angola com prejuízos de 40,8 mil milhões Kz no I semestre	16
2.5 Comércio, consumo e construção valem dois terços do malparado na banca	17
2.6 Kixiquila financia novos negócios e o pequeno empreendedorismo	18
2.7 BNA anuncia dissolução do BAI Micro Finanças	19
2.8 BAI Microfinanças inicia processo de liquidação	20
3. MERCADO INFORMAL	21
3.1 Pescadores solicitam apoios	21
3.2 Mercado do Chissondo arrecada 36 milhões em impostos	21
3.3 O negócio dos Kupapatas cresce nos bairros periféricos de Luanda	22
3.4 Catinton recebe mais de 10 toneladas de laranja por dia	23
3.5 Vendedores do Mercado do 30 recebem aulas de alfabetização	25
4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	27
4.1 Dívida pública externa mais alta de sempre bate nos 51,7 mil milhões de USD	27
4.2 Orçamento Participativo melhora vida dos municípios de Quilengues	28
5. GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA	30
5.1 Estado intensifica fiscalização para avaliar cumprimento do simplifica	30
5.2 João Lourenço esquiva-se das autarquias, desporto e cultura, mas destaca acções no plano ambiental	31
5.3 Presidente esquece autarquias no discurso de tomada de posse	33
5.4 Orçamento Participativo melhora vida dos municípios de Quilengues	34
6. URBANISMO E HABITAÇÃO	36
6.1 Comércio, consumo e construção valem dois terços do malparado na banca	36
6.2 Abertas as inscrições para a centralidade	36
6.3 Detido funcionário da habitação por falsidade informática	37
6.4 Baixos salários e burocracia: entre os males da fraca adesão ao crédito habitacional	37
6.5 Moradores dos “Ossos” sobrevivem apenas com luz eléctrica, mas com muitas carências	38

6.6	De casas rústicas a uma grande zona de negócios	39
7.	TERRA	42
7.1	Área cultivada de Luanda cresce 34%	42
7.2	ONG lamenta venda de terrenos nos mangais	42
7.3	As construções anárquicas aumentam em Ndalatando	43
8.	SERVIÇOS BÁSICOS	46
8.1	EPAL liga água ao terminal doméstico dois dias após corte por atraso no pagamento	46
8.2	Associações e empresas nacionais unem forças por um planeta sem resíduos	47
8.3	A maka do lixo	48
8.4	Bairros da cidade do Huambo contam com mais água potável	49
8.5	Crianças com educação ambiental ajudam na limpeza da Praia Amélia	50
9.	GÉNERO E VIOLÊNCIA	52
9.1	Moradores da Cimangola preocupados com onda de assaltos	52
10.	AMBIENTE	53
10.1	Empresários angolanos vão expor na Feira Internacional da Madeira	53
10.2	Destruição de mangais pode causar danos ambientais no Soyo	53
10.3	Onga e Catchindongo desenvolvem técnicas para produção de carvão	55
10.4	“Somos obrigados a transformar o Huambo numa cidade ecológica”	56
11.	MINEIRA	59
12.	MIGRAÇÃO	59
13.	INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA	59
13.1	Avançar Firmemente no caminho da cooperação China – África.	59
13.2	China e Cabo Verde pretendem alargar cooperação com Angola	60

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Apenas 2,3 milhões de angolanos têm emprego formal no país

Jornal Expansão

2 De Setembro de 2022

Texto: Martins Chambassuco

No final de Junho, apenas quase 2,4 milhões de angolanos tinham emprego formal, um número que contrasta com os mais de 9,0 milhões que sobrevivem na informalidade, ou os 4,9 milhões de desempregados, de acordo com cálculos do *Expansão* com base nos dados do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) no seu inquérito referente ao IIº trimestre de 2022.

Os 2.358.728 de angolanos com emprego formal valem apenas 14% do total da população economicamente activa, 16.284.279 de pessoas, mais 608.883 que as que se encontravam nesta situação no final de Junho do ano passado. Segundo o inquérito do INE. A população empregada cresceu 6,1%, já que 11.370.798 de pessoas (+655.565) declararam que trabalharam, entre Abril e Junho, num emprego por conta de outrem, conta própria ou trabalharam num negócio familiar, durante pelo menos uma hora. Só que a maioria, 468.450 pessoas, foram obrigadas a recorrer ao mercado informal de trabalho para poder sobreviver. Ao todo, o INE indica que a informalidade ronda os 79,3% do total da população empregada. Mas nem tudo são más notícias para o país já que no espaço de um ano há mais 187.113 empregos formais, um sinal da recuperação económica levada a cabo desde o ano passado, quando a economia angolana saiu formalmente da recessão. Ainda assim, a economia continua incapaz de gerar os empregos formais que o país precisa.

Quanto aos desempregados, o número diminuiu entre o IIº trimestre de 2021 e o mesmo período de 2022, passando de 4.960.162 para 4.913.481, ou seja, menos 46.682 pessoas responderam que não tinham trabalho remunerado nem qualquer outro e estavam disponíveis para trabalhar no período de referência ou nos 15 dias seguintes. A taxa de desemprego fixou-se nos 30,2%, uma queda de 1,4 pontos percentuais face ao verificado no IIº trimestre de 2021. Nas cidades o desemprego é maior, tendo passado dos 42,6% no IIº trimestre de 2021 para 40,0% entre Abril e Junho de 2022, contrastando

com a taxa das zonas rurais, que baixou dos 16,2% para os 14,3% no mesmo período.

Face ao número de pessoas em idade activa no país, o trabalho informal está em níveis considerados elevados e preocupantes. São várias as razões apontadas para os níveis preocupantes de emprego informal no país. E vão desde o crescimento da população a uma média de 3,1% anual, muito abaixo do crescimento da economia angolana, logo está se criar pobreza e desempregados ano após ano. Especialistas admitem que é preciso dinamizar o crédito para estimular as empresas a criar negócios e emprego formal.

O economista José Lopes reage aos números e explica que não é de estranhar o aumento no informal, que atinge sobretudo as mulheres (70,4% entre homens e 88,0% entre mulheres): "não há oferta de empregos formais e se existem, não são para todos". Ironizando, afirma que nem o Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI) do Ministério da Economia e Planeamento (MEP) ajudou na inversão da marcha as cendente da informalidade em Angola. "O que podemos deduzir dados do INE é que em cada 10 angolanos empregados, oito estão num negócio ou trabalho informal", revela, explicando que são números que não abonam o País quando se propõe atingir os Objectivos Sustentáveis do Milénio e para o investimento estrangeiro. Por isto, sugere, no entanto, que se aumente mais a despesa pública e se amplie o crédito à economia.

A classificação do INE indica que os empregados no sector informal, na sua maioria foram trabalhadores por conta própria (49,5%), trabalhadores familiares (29,8%) e trabalhadores para o consumo próprio (12,2%), ou seja, hoje há cada vez mais angolanos a empreenderem numa actividade para sustentar as famílias, tudo porque o mercado de trabalho não tem soluções para absorver toda a população economicamente activa. A zona rural tem maior taxa de emprego informal que na área urbana, 95,0% e 65,4% respectivamente.

Em termos globais, a população empregada com 15 ou mais anos, no IIº trimestre, foi estimada em 11.370.798 pessoas, das quais 5.663.061 são homens e 5.707.737 mulheres. Com base nos indicadores, a taxa de emprego foi estimada em 62,7%, representando um aumento de 1,0 no IIº semestre deste ano, face a igual período do ano passado, sendo na área rural significativamente superior à urbana, 80,6% e 52,4% respectivamente.

A taxa de emprego dos homens (65,0%) é superior à das mulheres (60,5%).

Jovens são os mais afectados

A taxa de emprego dos jovens com 15-24 anos, foi de 36,2. Entretanto, os dados indicam que os grupos etários 35-44 e 45-54 anos de idade concentram o maior grupo de pessoas empregadas.

Entre os jovens dos 15 aos 24 anos a situação é mais difícil. Só para se ter uma ideia, no espaço de um ano, 89. 278 jovens engrossam a quota de pessoas desempregadas. Ainda assim, o número de empregados nesta faixa etária aumentou em 160.007 para 2.376.607. Como o INE deixou de publicar dados sobre informalidade nesta faixa já não é possível aferir quantos jovens têm emprego formais, mas serão muito poucos.

Olhando para os números do INE, um puco mais de metade (53,2%) da população empregada declarou, durante o inquérito que, o local onde exercem o seu trabalho, tem como actividade principal económica a agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, seguindo-se o comércio por grosso e a retalho com 19,1%, ou seja, nesta altura, o sector da agricultura é o que mais emprega.

José Lopes afirma que não se trata da agricultura mecanizada, mas sim a agricultura familiar e as cooperativas de camponeses que mais absorvem pessoas. Ou seja, impera a informalidade.

Num artigo publicado no *Expansão*, o investigador económico Fernandes Wanda refere que "o desemprego precisa ser o 'inimigo público' número 1", especialmente entre as camadas mais jovens pois o alto desemprego não só gera instabilidade social como é nociva ao investimento privado (nacional e estrangeiro). "O Executivo tem sido incapaz de criar condições para que surjam postos de trabalhos em quantidade (e qualidade) suficientes para absorver grande parte da população na informalidade ou desempregada", refere Wanda. E acrescenta: "Não é possível desejar para Angola um crescimento rápido, e conseqüente redução do desemprego, sem que haja uma aposta séria na indústria transformadora. Isto é um facto histórico observável em outros contextos. De igual forma que não se pode desejar uma aposta na indústria transformadora, sem que o País disponha de infraestrutura capaz de albergar projectos de investimentos nesta área", finaliza.

1.2 Despesas das famílias aumentaram 5,0% no Iº trimestre do ano face a 2021

Jornal Expansão

9 De Setembro 2022

Texto: Joaquim José Reis

As despesas das famílias residentes em Angola aumentaram 5,0% no primeiro trimestre do ano relativamente ao mesmo período de 2021, contribuindo para um crescimento homólogo do PIB em 2,6%, de acordo com as Contas Nacionais Trimestrais sobre o Iº trimestre de 2022, publicadas pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE).

Este dado consta no relatório do INE que mede o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e que, pela primeira vez, mudou a metodologia passando a calcular o PIE trimestral pela óptica da despesa. Ou seja, PIE a preços de mercado, na óptica da despesa, corresponde à soma do consumo privado, do consumo público, do investimento e exportações de bens e serviços, subtraindo o valor das importações de bens e serviços.

Assim, o INE calcula o PIB através da despesa em cinco componentes: a despesa de consumo final das famílias, as despesas de consumo final do Governo, a formação bruta de capital fixo (produtos da construção civil, máquinas para usos específicos, máquinas para uso geral excepto equipamentos de transporte e equipamentos de transporte) e exportações e importações.

O relatório apresenta como principais resultados um crescimento homólogo de 2,6% do PIE no Iº trimestre de 2022, na prática confirmando os dados do relatório das Contas Nacionais Trimestrais do primeiro trimestre publicadas a 30 de Junho ainda com a metodologia antiga, calculada na óptica da produção. Indica ainda um crescimento dos mesmos 2,6% face ao IV trimestre de 2021.

Voltando aos componentes da despesa, os gastos das famílias subiram 5,0% face ao período homólogo, enquanto as despesas do Governo cresceram 4,4%. Já a formação bruta de capital fixo aumentou 12,9% enquanto as exportações cresceram 3,4% e as importações dispararam 26,1%.

O indicador despesa de consumo final das famílias baseou-se no "método do fluxo de mercadorias", que assenta em três categorias de produtos: os de origem nacional, os importados, e outros produtos param cada uma das categorias anteriores. "A base para a construção de um indicador de preço são os diferentes componentes do PC, enquanto o indicador de valor é obtido de forma residual", revela o INE. Ainda assim, e contrariamente ao que é feito noutros países, o INE não revela em que tipo de produtos as famílias têm gasto os seus rendimentos, se em bens duradouros ou se em bens não duradouros (como bens alimentares) ou serviços. No entanto, e se tivermos em conta o relatório sobre o Índice de Preços no Consumidor, é expectável que a maior parte dos rendimentos das famílias angolanas seja canalizada para bens alimentares, já que no PC é considerado que a classe Alimentação e bebidas não alcoólicas 'vale' 58,49% dos gastos das famílias.

Quanto às despesas de consumo final do Governo, os resultados são obtidos "pela soma das remunerações dos trabalhadores, consumo intermédio, valor dos bens e serviços de mercado adquiridos pelas administrações públicas a ser transferido para as "famílias a preços economicamente insignificantes (menos quaisquer pagamentos parciais feitos pelas famílias), outros impostos sobre a produção, consumo de capital fixo, subtraindo o valor da produção mercantil das administrações públicas".

Já na formação bruta de capital, são contemplados os gastos na "construção civil, máquinas para usos específicos, máquinas para uso geral excepto equipamentos de transporte e equipamentos de transporte". "No que se refere à formação bruta de capital na construção, foram utilizados os mesmos indicadores usados para estimar o sector da construção por meio da produção. Por sua vez, foram compilados indicadores de volume separados para cada um dos outros componentes considerados a partir de dados de comércio exterior muito detalhados, uma vez que esses produtos são quase totalmente de origem importada", refere o relatório.

Quanto à importação e à exportação, trata-se de dados apurados mediante a comercialização de bens e serviços.

O instituto refere que os efeitos económicos da pandemia da Covid-19 são evidentes nos agregados das Contas Nacionais desde o primeiro trimestre de 2020. A estes efeitos juntam-se, segundo o mesmo relatório, no "primeiro trimestre de 2022, os causados pela recente crise internacional derivada do conflito na Ucrânia, com distorções muito significativas de natureza diversa".

I.3 Duplicar o PIB em 20 anos: Possível?

Jornal Expansão

9 De Setembro de 2022

Texto: Alves Da Rocha

Conforme os meus receios, a Ciência Política não foi capaz de explicar os resultados eleitorais de 24 de Agosto de 2022, num contexto de grande desequilíbrio da economia angolana: a taxa de inflação situa-se em 22% em variação homóloga Julho 2021/Julho 2022, as taxas de juro em patamares a rondar os 25%, a taxa de pobreza monetária em 45%, a taxa de pobreza multidimensional em 56%, a taxa de desemprego em 31% (com 54% para a população entre 18 e 24 anos), uma taxa de crescimento do PIB em 2021 de 0,9% e uma degradação do poder de compra das famílias que tem acelerado a ocorrência de situações de pobreza extrema e de fome. Quando não se consegue compreender a razão dos fenómenos, torna-se muito difícil encontrar a solução para os problemas derivados. A situação social é muito difícil e ainda que se estejam a ultrapassar as bravatas próprias de disputas eleitorais, as últimas eleições ficaram marcadas por fissuras estruturais difíceis de colmatar nos próximos anos. O único e grande propósito das políticas públicas para os próximos 20 anos é o de melhorar as condições de vida da população, de modo a torná-la mais feliz, estado de espírito nunca atingido desde a independência. Não somos cidadãos satisfeitos com a vida e a frustração aumenta ao pensar-se que tal é possível e ao constatar-se que só uma minoria pode aceder a tal situação. Entre os oligarcas do sistema - criados na base da corrupção, dos favores políticos, do tráfico de influências e do atropelo das regras básicas da transparência na adjudicação dos projectos de investimento público, nas privatizações e noutros processos de alienação do património público - a satisfação é o sentimento prevalecente, descurando-se, no entanto, que a felicidade é um estado psicológico total, construído com a participação de todos ("a felicidade será obra de todas; ou então não o será").

É possível duplicar o Produto Interno Bruto nos próximos 20 anos? Desejável seguramente que o é. Mas para isso é necessário que o país cresça economicamente de uma forma consistente (não aos bochechos do petróleo e dos seus preços) e convirja com os países emergentes de África. Os indicadores mais comumente usados para se avaliar esta confluência é o rendimento médio por habitante e o valor da produtividade, preferencialmente em termos físicos. Os níveis de Angola do PIB por habitante aproximação grosseira à renda média e ao nível de

vida estão distantes dos da Namíbia (5842 USD), África do Sul (6100 USD), Botswana (7859 USD), Maurícias (11360 USD), Líbia (5091 USD), Argélia (3980 USD), Egipto (3046 USD), Gabão (8112 USD). Angola, de acordo com dados do FMI, registou um valor de 2021 USD em 2020, fruto de uma recessão económica sem precedentes (em 2012 o valor foi de 5245 USD).

Olhando para a História Económica de Angola entre a independência, os pós-guerra civil e os tempos mais próximos, verifica-se que apenas ocorreu um período de 7 anos durante o qual o PIB nominal cresceu substancialmente, 2002-2008. Fazendo fé nas estatísticas das Contas Nacionais do INE, a taxa média anual de crescimento do PIE entre 2002 e 2008 (início da grande crise económica e financeira mundial, com repercussões em todo o mundo) foi de 11,15%, que teria sido suficiente para duplicar o rendimento médio por habitante em 10 anos (em 20 anos a multiplicação seria por 4,4). São estes os grandes desafios para a economia e a sociedade angolana. A taxa média de variação real do valor agregado nacional entre 2014 e 2020 foi negativa e próxima de 1% ao ano, donde uma substancial de gradação do valor nominal do Produto Interno Bruto, que passou de 145,7 mil milhões USD (2014), para 62,7 mil milhões USD (2020). As reformas introduzidas pelo FMI, com a aprovação do Governo, não foram suficientes e correm o risco de não serem consistentes e permanentes (se bem, como afirmado anteriormente, estas mudanças estruturais e transformativas nunca estão acabadas), dado justamente o estado de confusão institucional atrás referido. Não se trata apenas de amiguismos, nem de ineficiência e lentidão da justiça e de desfazer uma teia de cumplicidades políticas e pessoais geradoras de desigualdades, mas sim de promover a verdadeira Reforma do Estado (um processo que já vem desde a independência, com diferentes intervenientes de ideologias distintas, mas nunca acabada, ainda que esta reforma, como muitas outras, seja um processo, com uma dinâmica e transformação permanente).

Padrão de rendimento

Angola para atingir um padrão de rendimento compatível com um nível médio de vida em 20 anos, tem de deixar de ser um exemplo de "crony capitalism", um país de "amigos", famílias amigas e gajos parceiros. As atitudes e comportamentos de alguns dirigentes do Ministério das Finanças, em defesa do rigor orçamental e do cumprimento das regras da contratação pública, são sinais a fortalecer nos próximos 20 anos sem ser necessário apelar de novo ao Fundo Monetário Internacional porque da sua concretização vai depender a construção de uma capacidade de crescimento forte e de uma agenda

social profunda para se transformarem as condições de vida. Ainda que neste aspecto 20 anos possam não ser suficientes, mas, havendo um bom começo com a abolição do crony capitalismo, algumas melhorias vão acontecer. É a felicidade da população que está em causa, ou no dizer de Alexandra Simeão, "um país para todos".

Um desafio para as políticas públicas é o de colocar o rendimento médio por habitante em 10000 USD em 2042 (20 anos), cuidando-se de um novo modelo de redistribuição do rendimento capaz de alterar, com profundidade, consistência e justiça social, os modelos existentes de crescimento económico e não contando apenas com o spreading-effect, através do qual se possam irradiar alguns dos efeitos do crescimento económico. Para que isto seja possível, o PIE nominal terá de ser da ordem de 570 mil milhões USD. O PIE por habitante em 2020 (FMI) foi de 2021 USD nominais, donde uma variação absoluta para a meta de 10000 USD de 8000 USD, ou, em termos relativos, de 39,5%, ou ainda de 19,7% em cada ano e sempre dependente das conjunturas energéticas mundiais. Será possível em 20 anos? Não me parece que, com uma política económica testada como deficitária nos aspectos sociais e de incremento ao investimento produtivo desde praticamente 2014, venha a ser possível melhorar as condições de vida da população com esta envergadura de propósitos. Mas mesmo assim, 10000 USD em 2042 ainda não colocam Angola ao nível das mais dinâmicas economias emergentes de África e esta cifra equivale a um rendimento médio diário de apenas 27,4 USD (na Europa o limiar da pobreza está estabelecido em 10 euros por dia). Mas a taxa média anual de crescimento do PIE nominal de 19,7% ainda tem de ser corrigida pelo efeito demográfico, colocando-se então, a taxa real de variação do PIE em 16,1%. Como destacado anteriormente, o melhor desempenho aconteceu entre 2002 e 2018, não havendo mais registos daquela envergadura na História Económica de Angola, nem pré-independência, nem pós-independência. O que nos faria acreditar que daqui para a frente vai ser possível?

Mesmo não sendo possível em 20 anos, há, porém, uma agenda a necessitar de ser implementada, para se facilitarem as transformações nessa direcção: manter o equilíbrio das contas financeiras interna e aumentar a eficiência e a eficácia das despesas sociais (exigidas em nome da consolidação fiscal); equilibrar as contas externas aproveitando-se os efeitos benéficos da crise energética mundial e aproveitar as poupanças para se investir na diversificação da economia (o equilíbrio destas contas tem na alteração da estrutura das exportações e das importações um elemento importante de consolidação); reforma fiscal (choque

fiscal?) para se atenuar o excessivo peso dos impostos sobre as empresas (fomentando-se o autoinvestimento) e as famílias (cujo fardo da recessão, pobreza e miséria é por si suportado); das Reformas do Estado, sempre iniciada, nunca acabada, nem vislumbre de efeitos consistentes e duradouros na facilitação de negócios, atenuação dos excessos burocráticos na redução do peso do Estado na economia (conciliar o choque fiscal com o equilíbrio das Contas Públicas passa por esta reforma do Estado); na revolução na educação, porquanto uma educação de qualidade em é fundamental para o crescimento da economia nacional, com acrescentos substancia e substantivos na produtividade; mas para que se não percam os investimentos, públicos e privados a fazer, é determinante o crescimento económico gerador de emprego e sobretudo c emprego altamente qualificado (desafio para as universidades) e capacidade de retenção de talentos, o que passa por bons salários, que terão de deixar de ser vistos e analisados apenas como uma despesa, mas especialmente como um investimento e uma componente do crescimento económico, com transformação; equilibragem da taxa de inflação com as taxas que juro, de modo a baixar os respectivos padrões actuais (a consolidação fiscal pode ser um elemento crucial para a obtenção do equilíbrio entre inflação e custo do dinheiro).

1.4 Os luxos dos deputados contrastam com a pobreza dos eleitores

Jornal Expansão

9 De Setembro de 2022

Texto: Miguel Gomes

Cada deputado eleito para representar os cidadãos na Assembleia Nacional (AN), vai custar anualmente quase 23,5 milhões Kz aos cofres públicos. Para além do salário base, os chorudos benefícios previstos no estatuto do deputado incluem subsídios de representação, de pessoal doméstico, de renda de casa e de comunicação, incluindo subsídios de férias e de Natal, entre outras regalias, como viaturas de luxo, seguros de vida e viagens de lazer.

De acordo com cálculos do Expansão baseado na resolução 6/19, de 19 de Fevereiro, caso o deputado seja eleito no hemiciclo para o cargo de presidente da AN (que nas últimas duas legislaturas foi ocupado por Fernando Dias dos Santos "Nandó", do MPLA), os encargos anuais com salários e subsídios sobem para os 36,4 milhões Kz. No total, o País investe anualmente mais de 314 milhões Kz (cerca de 732 mil

USD) em salários e subsídios para os deputados, excluindo os restantes benefícios legais.

De acordo com o ponto 1 da lei nº 6/08 de 4 de Julho, relativa ao estatuto remuneratório dos deputados, o presidente da AN e os deputados têm direito a uma remuneração que compreende salário base, suplementos, prestações sociais, ajudas de custo e "demais abonos complementares ou extraordinários previstos".

O deputado titular de cargo de direcção tem ainda direito a um subsídio mensal específico. Segundo a referida lei, os suplementos previstos integram despesas de representação, subsídio de renda de casa, subsídio de atavio, subsídio de férias, décimo terceiro mês e subsídio de manutenção de residência.

Já o artigo 12º da lei nº 6/08 sublinha que as prestações sociais integram abono de família, seguro de saúde, seguro de acidentes pessoais, seguro de vida que compreenda o risco de incapacidade e de invalidez, subvenção mensal vitalícia (que só é atribuível depois de os deputados completarem duas legislaturas), subvenção de funeral e subvenção em caso de incapacidade. Com uma curiosidade: ao contrário do que normalmente acontece noutras realidades, a subvenção mensal vitalícia prevista para os deputados é acumulável com as outras pensões de reforma que o titular tenha direito (artigo 35º). Ainda na mesma senda, o artigo 8º, garante aos deputados "que sejam funcionários do Estado, de empresas públicas ou outras pessoas colectivas públicas" o direito de opção relativo ao salário base e subsídios, "sendo aplicável o correspondente regime fiscal", ou seja, se o deputado obtiver um rendimento maior noutra instituição pública pode optar por continuar a receber esses benefícios, descartando as condições oferecidas pela AN.

Mas há mais. O deputado que tenha exercido, mediante eleição, o cargo de presidente da AN, tem direito a um secretário pessoal, guarda, trabalhadores domésticos, subsídio de comunicação, uso de automóvel do Estado com condutor e combustível, ajudas de custo nos termos da lei, livre-trânsito, passaporte diplomático e uso e porte de arma de fogo para defesa pessoal, cartão de identificação próprio e assistência médica e medicamentosa.

O deputado que tenha exercido a função por um período igual ou superior a quatro anos, tem direito a uso de cartão de identificação próprio, passaporte diplomático extensivo ao cônjuge e filhos menores, licença de uso e porte de arma de fogo para defesa pessoal e assistência médica e medicamentosa. Todos estes encargos são suportados pelos cofres públicos.

Os deputados têm ainda direito a subsídios de instalação e de fim de mandato, sendo que os documentos consultados pelo Expansão não indicam a fórmula de cálculo.

Despesas superiores a 100 milhões USD

O Orçamento Geral do Estado 2022 prevê despesas totais para a AN superiores a 44.800 milhões Kz, um valor que ultrapassa os 100 milhões USD ao câmbio de quarta-feira, 07. São mais, 10 mil milhões Kz do que as despesas aprovadas para aquele órgão de soberania em 2021.

A tendência de aumento das despesas da AN em ano eleitoral também se verificou em 2017. Naquela altura, o parlamento recebeu dos cofres públicos 34.187 milhões Kz, quando em 2016 as despesas estavam avaliadas em 28.074 milhões Kz.

Neste contexto, alguns analistas apontam que os rendimentos dos deputados estão bastante acima do rendimento médio de um trabalhador angolano. A análise é evidente mesmo considerando a nobreza associada ao exercício da função de deputado, que deve ser respaldada com benefícios atractivos, até para incentivar as candidaturas dos cidadãos mais bem capacitados (que na maioria dos casos tem acesso a oportunidades bem remuneradas noutros sectores). O facto de ter sido retirada à AN a função fiscalizadora da acção governativa também contribuiu para uma menor relevância daquele órgão de soberania.

Há também quem considere que este recheado pacote de benefícios e de produtos de luxo para os deputados (cada automóvel atribuído pode atingir a "módica" quantia de 350 mil USD por unidade) acaba por servir também como desmobilizador da acção política, sobretudo da posição parlamentar, que é acusada pelos cidadãos de receber as benesses para depois se remeter a um certo conformismo.

Recorde-se que, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), segundo o seu relatório de pobreza multidimensional (publicado em Julho de 2020), quatro em cada 10 angolanos são pobres, com privações em habitação de qualidade adequada (44,2%), electricidade (43,7%) ou registo civil (43,3%). Também os serviços básicos, historicamente subfinanciados, com especial incidência na saúde e educação, costumam receber fortes críticas da população.

1.5 Inflação homóloga desacelera para 19,7%, mas o nível de vida dos angolanos deteriorou-se

Jornal Expansão

16 De Setembro de 2022

Texto: Martins Chimbassuco

O índice de preços no consumidor nacional (IPCN) em Angola fixou-se em 19,78% em Agosto, um decréscimo de 6,31 pontos percentuais face ao mês homólogo e o valor mais baixo desde Abril de 2020, quando atingiu os 20,8%, indicam os dados do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) sobre o índice de preços do consumidor do mês passado. A taxa de inflação homóloga caiu abaixo dos 20% pela primeira vez em quase dois anos e meio.

É preciso recuar ao mês de Março de 2020 para encontrar um valor de inflação homóloga tão baixo.

A classe "alimentação e bebidas não alcoólicas" foi a que mais contribuiu para o aumento do nível geral de preços em Luanda com 0,2 pontos percentuais (p.p), seguida de "bens e serviços diversos" com 0,09 p.p., "comunicações" com 0,08 p.p., "habitação, água, electricidade e combustíveis" e "vestuário e calçado" com 0,06 p.p. cada.

Contas feitas, a evolução dos preços em Angola tem vindo a acompanhar uma desaceleração desde o início do ano, depois de fechar o ano passado nos 27,0%.

Em termos mensais os dados do INE indicam um recuo de 0,01 pontos percentuais (Pp), para os 0,70%. A classe "comunicações" foi a que registou o maior aumento de preços com 2,2%. Destacam-se ainda os aumentos dos preços verificados nas classes "bebidas alcoólicas e tabaco" com 1,9%, "vestuário e calçado" com 1,9% e "saúde" com 1,94%.

Especialistas explicam que há vários problemas com a inflação em Angola e um dos que mais se levanta tem a ver com a falta de consistência dos dados divulgados.

O Director do CINVESTEC, Heitor de Carvalho, garante que se os preços dos produtos alimentares baixam é difícil continuar a haver inflação, uma vez que o seu peso ronda os 55,67% nos gastos das famílias angolanas.

"Se os preços da alimentação tivessem baixado 10% (e baixaram muito mais este ano) para se atingir uma inflação acumulada de 10,21%, em Agosto de 2022, todos os restantes produtos deveriam ter subido, em média, 36%. Ora, como sabemos, nenhum produto ou serviço subiu significativamente este ano. Há um grave problema de consistência nos dados do INE que tem de ser resolvido com urgência", sublinha o economista, tendo lembrado que todos os bens importados estão a descer em virtude da taxa de câmbio. "Vejam em Agosto: um produto que custava 1 USD em Agosto de 2021, custava em Kwanzas, no armazém do importador, 635 Kz, hoje, este mesmo produto, se considerarmos uma inflação mundial de 10%, o que é um exagero, custará 1,1 USD, mas apenas 472 Kz. Como é que os produtos não hão-de estar mais baratos se custam, em Kwanzas, menos 26% aos importadores?", questiona o investigador da Universidade Lusíadas de Angola.

O investigador da UAN Fernandes Wanda diz que o que se está a verificar em Angola, com base nos dados do INE, é que o ritmo do aumento dos preços tem estado a desacelerar (não significa que parou por completo, isto é, que os preços deixaram de aumentar). Está a reduzir se olharmos de mês a mês e se olharmos para Agosto de 2021, 26,0% contra Agosto de 2022, 19,78%. No entanto lembra que 55% do rendimento dos angolanos ainda é gasto com alimentação, um indicador que tem como consequência os angolanos terem deixado de fazer poupanças.

"Se as pessoas trabalham mais para comer, elas dificilmente conseguem fazer poupanças ou investimento de longo prazo. Isto deve servir também de evidência de como o nível de vida das famílias angolanas se deteriorou, perderam a qualidade de vida", disse Fernandes Wanda.

1.6 Mais de 40 mil famílias vão beneficiar de apoio

Jornal de Angola

23 De Setembro de 2022

Texto: Victor Pedro

Mais de 40 mil famílias do município do Cassongue, na província do Cuanza-sul, vão ser cadastradas, pelo Fundo de Apoio Social (FAS), para beneficiarem do Programa de Transferências Monetárias (Kwenda).

A informação foi tornada pública, terça-feira, na vila de Cassongue, sede do município com o mesmo nome, pela responsável provincial do FAS, Carolina Aguiar Sanito, que se encontra na circunscrição para o início do processo de cadastramento. "O Kwenda

vai abranger as quatro comunas do município do Cassongue (Sede, Atome, Dumbi e Panbangala), com o envolvimento de Agentes de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário (ADECOs), escolhidos nas respectivas comunidades".

Carolina Aguiar Sanito acrescentou que os trabalhos iniciais vão consistir no mapeamento das aldeias, para facilitar a identificação de famílias carenciadas e a certificação por parte dos agentes comunitários.

Explicou que o Kwenda é uma iniciativa do Executivo angolano, gizada em 2019, cuja execução teve início em Maio de 2020, com o objectivo de mitigar o impacto da pobreza e a vulnerabilidade em comunidades mais carentes.

Adiantou que o Kwenda conta com um investimento de 420 milhões dólares, dos quais 320 financiados pelo Banco Mundial e 100 pelo Executivo angolano, devendo cada família cadastrada receber 25 mil kwanzas por trimestre.

De acordo com Carolina Aguiar Sanito, as transferências monetárias não são para professores, médicos, enfermeiros e outros que exercem qualquer actividade remuneratória.

Deu a conhecer que, na província do Cuanza-sul, desde 2020, foram cadastradas 74.846 famílias, das quais 65.568 já receberam transferências monetárias, 6.324 aguardam pelo dinheiro, ao passo que os processos de 2.993 agregados familiares não foram aprovados, por razões de vária ordem.

O acto de lançamento do programa foi testemunhado pelo administrador municipal do Cassongue, David Domingos, que considerou oportuna a chegada do Kwenda no município, devido a especificidade dos habitantes da região. "Há muito esperávamos pelo Kwenda, porque o mesmo vai contribuir, de forma significativa, na emancipação das famílias carentes e vulneráveis, em vários domínios da vida social e económica".

David Domingos sublinhou que o Kwenda vai dar suporte a outros programas de impacto social que o Executivo tem vindo a implementar em todo o país, cujos resultados são visíveis na vida dos beneficiários.

Pediu a contribuição de todos na prestação de informações, para que o processo de cadastramento tenha como alvo as famílias verdadeiramente carenciadas.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Estado absorveu cerca de 50% do crédito da economia

Jornal O País

2 De Setembro de 2022

Texto: Milton Manaça

O nível elevado do peso do crédito ao Estado é justificado pelo facto de oferecer um risco reduzido, o que permite fazer boa rentabilidade sem ter de enveredar pelo negócio de elevado risco e rentabilidade negativa. O peso do Estado é sempre muito significativo, tendo atingido 60% no quarto trimestre de 2020, descendo para 49% no primeiro trimestre de 2022 e, em Abril, para o valor do início da série (47%). Ainda assim, segundo os investigadores económicas desta instituição, a banca comercial mantém alguma liquidez, que não é suficientemente usada, como se demonstra pelo rácio de empréstimos sobre os depósitos, que ronda os 50% antes da pandemia de Covid-19 e sobe, no primeiro trimestre de 2022, para 59%.

Com o actual nível de inflação, as taxas reais de juros tornam-se muito elevadas, transferindo o problema da oferta para a procura, o que se tem revertido na falta de crédito para os particulares.

O Relatório Económico da ULA aponta que o crédito, em termos nominais, mantém-se caro, com taxas acima dos 20%, para os prazos mais curtos, e a aproximar-se dos 16% para o crédito de maturidade mais longa. Isto significa, segundo os especialistas deste centro económico, que a banca considera a conjuntura desfavorável que exige taxas mais elevadas para os prazos inferiores a um ano. Em termos comparativos nos últimos anos, usando a inflação corrigida, o crédito real à produção atingiu 367 mil milhões de kwanzas. O crédito realça produção atingiu 386 mil milhões em 2018, 367 mil milhões, em 2019, foi negativo em 2020 (-178 mil milhões), enfraqueceu em 2021 (57 mil milhões) e voltou a ser negativo no primeiro trimestre de 2022 (-20 mil milhões).

Três sectores de peso

Três sectores da economia crescem constantemente e concentram a estrutura do crédito, tendo passado de 50%, no início da legislatura, para 58% no primeiro trimestre de 2022.

O primeiro sector, o comércio, subiu de 28% para 30%, seguindo-se a construção, com uma subida

ligeira de 14% para 15%, sendo que a terceira posição é ocupada pela indústria transformadora que sai de 8% para 13%.

Infelizmente, a produção agrícola teve apenas uma subida de dois pontos percentuais saindo de 7% para 9%.

2.2 Resultados líquidos dos bancos cresceram 21% para 186,8 mil milhões Kz no 1º semestre

Jornal Expansão

02 De Setembro de 2022

Texto: Joaquim José Reis

Os resultados líquidos dos 21 bancos comerciais que publicaram balancetes do 2º trimestre de 2022 desceram 21% para 186,8 mil milhões de kwanzas no 1º semestre com o BFA, BIC e BAI a liderarem os lucros de acordo com os cálculos do Expansão. BAI micro finanças prestigiou o banco económico ainda não apresentam contas do IIº trimestre.

Apesar de uma queda de 11 % nos resultados líquidos, ao passar de 75,2 mil milhões Kz obtidos no I semestre de 2021 para 67,2 mil milhões Kz no mesmo período deste ano, o BFA mantém-se o campeão dos lucros, Segue-se o BIC, que passou do quarto lugar deste ranking no período homólogo directamente para o segundo lugar, graças ao crescimento de 235% nos seus resultados líquidos, passando de 16,4 mil milhões Kz para 55,0 mil milhões. Já o BAI caiu para o terceiro lugar, após uma queda de 31 % nos seus resultados líquidos, ao passar de 69,1 mil milhões Kz para 47,8 mil milhões.

Mas se o BFA é o campeão dos lucros, o BAI continua a liderar o ranking dos bancos com mais activos, apesar de uma queda de 7% no valor, passando de quase 3,2 biliões Kz para pouco mais de 2,9 biliões Kz. O BFA mantém-se na segunda posição, apesar de os seus activos terem caído 14% para 2,4 biliões Kz. O BIC ultrapassou o maior banco público, o BPC, e ocupa agora o terceiro lugar neste ranking, ainda que os seus activos tenham caído 12% para 1,8 biliões Kz. Ao todo, os activos dos 21 bancos que publicaram os seus balancetes caíram 7%, passando de 16,6 biliões para 15,4 biliões. O banco que mais perdeu activos foi o BPC (-589,2 mil milhões Kz), seguindo-se o BFA (-399,3 mil milhões Kz), o Millennium Atlântico (-346,0 mil milhões), o BIC (-243,7 mil milhões) e o BAI (-229,8 mil milhões).

Esta queda dos activos deve-se, em parte, ao desinvestimento dos bancos em títulos de dívida pública, já que o Governo, no âmbito da sua estratégia de reperfilamento da dívida - troca de dívida de curto prazo por longo prazo e descida dos juros tornou menos apetecível este mercado para as instituições bancárias. E há que acrescentar segundo o economista Wilson Chimoco, o facto de o BNA ter tirado "os títulos públicos como elementos elegíveis para o apuramento do rácio de liquidez dos bancos, o que reduz a atractividade dos mesmos na gestão do balanço dos bancos". Contas feitas, e apesar de representar ainda uma grande parte dos lucros dos da banca, o bloco de 21 bancos reduziu em 16% o seu stock de títulos, passando de quase 6,0 biliões Kz para quase 5,0 biliões no 11 trimestre deste ano face ao período homólogo. BFA (quase 1,1 biliões Kz), BAI (pouco mais de 1,0 biliões) e BPC (815,7 mil milhões Kz) lideram o ranking dos que mais detêm dívida pública. Note-se que a maior parte dos títulos em posse do BPC se devem à injeção de capital feita pelo Estado, no âmbito do programa de reestruturação mas também pelo Pagamento por Parte do Recredito no processo de aquisição de activos tóxicos (crédito malparado). Por outro lado, o BIC foi o banco que mais reduziu a sua carteira de títulos (-404,3 mil milhões), seguindo-se o Millennium (-280,2 mil milhões), o BFA (-252,7 mil milhões) e o BAI (-216,4 mil milhões).

Ainda dentro dos activos, o crédito continua a sua marcha de crescimento. No I semestre deste ano, o conjunto de 21 bancos registou um aumento de 3% no crédito para 2,9 biliões Kz, mais 92,4 mil milhões que os registados no mesmo período de 2021. Apesar da descida de 15% da sua carteira de crédito (-94,5 mil milhões Kz), o BIC continua a ser o líder deste ranking. Segue-se o Millennium e BFA fecha o pódio (ver página 4).

Já os depósitos caíram 5%, passando de 12,6 biliões Kz para quase 12,0 biliões. A 'culpa' é da apreciação do Kwana face às principais moedas estrangeiras pois uma boa parte dos depósitos dos bancos são em moeda estrangeira. Os bancos fazem as suas apresentações em moeda nacional e o dólar quando convertido para kwanzas pelo facto de a moeda nacional ter apreciado dá uma redução efectiva do volume de depósitos. É o que acontece aos SI maiores bancos, como o BFA e o BAI, que detêm uma carteira de depósitos em moeda estrangeira que, por vezes, chega aos 50% das suas carteiras, pois é nestes bancos que as petrolíferas têm contas bancárias. Ainda que tenha visto uma queda de 10% nos depósitos, o BAI mantém a liderança confortável deste ranking, com quase 2,5 biliões Kz em depósitos. Segue-se O BFA (1,8 biliões Kz) e o

Millennium fecha o pódio (1,3 biliões). Estes três bancos têm em sua posse quase 50% dos depósitos do sistema financeiro nacional.

Como os depósitos caíram face ao Iº semestre de 2021 e o crédito cresceu, houve um aumento no rácio de transformação de depósitos em crédito, passando de 22% para 25%. Muito pouco, segundo Chimoco, pois limita os investimentos e, por sua vez, o crescimento da economia do país. "A África do Sul tem o rácio de transformação acima dos 80% e na Nigéria e Quênia estão acima dos 60%. E essas economias já têm outras fontes de financiamento, como, por exemplo, um mercado accionista mais aprofundado, algo que Angola não tem. As necessidades de financiamento da economia são elevadas. E o sector bancário ainda é o principal financiador do sector privado não petrolífero em Angola. E ter um rácio de transformação muito baixo pode penalizar a capacidade da economia de fazer investimentos e crescer", sublinha.

2.3 Crédito do PRODESI gera negócios bem-sucedidos no Cuando Cubango

Jornal de Angola

16 De Setembro de 2022

Texto: Carlos Paulino

Programa institucional financiou, em menos de dois anos, 49 projectos de empresários da província em 3,5 mil milhões de kwanzas, com desembolsos maioritários dos bancos de Desenvolvimento de Angola (BDA), Yetu e Keve.

O Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI) está a dinamizar, no Cuando Cubango, o fomento das actividades agrícolas alinhadas à estratégia institucional de combate da fome, pobreza e redução do índice de desemprego.

O Jornal de Angola apurou que beneficiários dos 49 projectos desde Novembro de 2020 financiados, na província, no quadro do PRODESI, absorveram cerca de 3,5 mil milhões de kwanzas.

A empresária Maria Rita, com operações na produção de cereais como milho, massango e massambala, e leguminosas e tubérculos como feijão-frade e mandioca, beneficiou de um crédito de 72 milhões de kwanzas, um valor que está a empregar em investimentos nas localidades de Savipanda e 21 Quilómetros, no município de Menongue, e no Luassingua, Cuito Cuanavale, contando com uma área de cultivo de mais de mil hectares.

Maria Rita disse que, apesar de receber o crédito num momento muito difícil, em que o país estava a ser assolado pela Covid-19, teve como prioridade a compra de uma carrinha de marca Mitsubishi Canter para o transporte dos produtos do campo para os grandes centros de consumo e a construção de um armazém comercial no mercado do bairro Paz, arredores da cidade de Menongue, para a venda de alimentos e refrigerantes produzidos no país e importados.

Salientou que a carrinha Mitsubishi Canter tem facilitado aquisição e transporte de produtos dos camponeses nos municípios de Menongue, Cuchi e Cuito Cuanavale, para, posteriormente, serem revendidos nos principais mercados de Luanda, Huíla e Cunene.

Maria Rita, que opera na agricultura desde 2007, disse que, com o valor que recebeu do PRODESI, conseguiu comprar, também, alguns instrumentos agrícolas com realce para charruas de tracção animal, sementes e fertilizantes para aumentar o cultivo nas três áreas de produção de que dispõe.

A empresária realçou que, nesses projectos, emprega 24 jovens, 18 dos quais nas três áreas de produção e seis no estabelecimento comercial localizado no mercado do bairro Paz.

Na Expo-Mulher que foi realizada em Luanda, de 8 a 15 de Agosto deste ano, Maria Rita foi a principal expositora da província do Cuando Cubango, conseguindo vender, ao longo do certame, 2.700 quilos de feijão-frade, 100 de massango, 80 de massambala e 40 quilos de milho, obtendo um encaixe de mais de 720 mil kwanzas.

O veículo das operações, a empresa Rita e Filhos Lda, obteve a oferta levada à Expo-Mulher nas localidades de Savipanda, 21 Quilómetros e no Luassingua, na Campanha Agrícola 2021/2022, onde foram colhidas mais de 10 toneladas de milho, cinco de massango e igual quantidade de feijão-frade, além de uma tonelada de massambala.

O modelo de negócios da Rita e Filhos Lda junta à oferta gerada pela empresa, produtos adquiridos a camponeses da província e uma grande quantidade de refrigerantes da Refriango, em Luanda, e fuba de milho da Namíbia, em bens comercializados no armazém do mercado do bairro Paz.

Com os lucros, consegue pagar a prestação de reembolso de 3,28 milhões de kwanzas por mês, do crédito de 72 milhões de kwanzas recebido do PRODESI.

Maria Rita anunciou que, na campanha agrícola 2022/2023, prevê cultivar cerca de mil hectares de milho, 300 de mandioca, 200 de massango, 50 de massambala e um hectare para a experimentação de soja.

Uma das poucas empresárias no Cuando Cubango que aposta na agricultura, disse que a sua grande paixão surgiu em 2007, por intermédio de um amigo que produzia no bairro Macueva, arredores da cidade de Menongue, e que a incentivou a trabalhar na produção agrícola, tendo em vista as excelentes condições e oportunidades que a província tem para quem investe neste sector.

Maria Rita revelou que tem em carteira um projecto de construção de uma unidade hoteleira com pelo menos 30 quartos no bairro Boa Vida, arredores da cidade de Menongue, uma vez que a província carece de serviços para a acomodação condigna dos visitantes.

Produção de batata-rena

Armando Mandume, um outro empresário que recebeu 200 milhões kwanzas do PRODESI, está a investir numa área de cerca de 500 hectares, na comuna do Missombo, na produção de batata-rena, milho, melancia, cenoura, pimento, repolho, tomate e outras culturas.

Realçou que, neste momento, a sua fazenda, denominada Nkando tem como principal aposta a produção de batata-rena, tendo em conta as excelentes condições em terras aráveis e recursos hídricos na comuna do Missombo, favorecendo o cultivo em grande escala.

A nossa reportagem constatou que uma experiência de cultivo de dois hectares de batata-rena decorre em ritmo satisfatório, com a colheita prevista para o mês de Outubro. A partir de Novembro, projecta o arranque da produção de cerca de 100 hectares de cultivo de batata-rena.

O agricultor Armando Mandume indicou que, com o financiamento recebido, comprou um tractor com alfaia, uma semeadora, moto-bomba, sistema de irrigação, uma moageira, sementes e fertilizantes para trabalhar em melhores condições.

Salientou que este apoio do Executivo constitui um ganho para os empresários da província, por solucionar impasses como o seu que, ao longo de vários anos, tentou sem sucesso obter financiamentos solicitados às dependências bancárias implantadas na província.

Armando Mandume lembrou que, na Campanha Agrícola 2021/2022, cultivou uma área de 30 hectares de milho e dez hectares de tomate, couve e repolho, o que permitiu uma elevada colheita comercializada nos mercados dos bairros Paz e do Tchivonde.

"Graças à iniciativa do nosso Executivo da diversificação e aumento da produção nacional, muitos agricultores beneficiaram deste crédito e, hoje, estamos a assistir o Cuando Cubango a produzir grandes quantidades de milho, feijão-frade, massango, massambala, batata-doce e rena, alho, cebola e outros cereais, tubérculos e hortícolas, que estão a chegar à mesa de muitos angolanos em vários pontos do país", afirmou.

Reembolso prolongado

Maria Rita e Armando Mandume coincidiram em que o prazo de reembolso de dois anos do crédito do PRODESI é muito curto, urgindo a necessidade de o Executivo estender o prazo para compensar o tempo perdido ao longo da pandemia da Covid-19, que inviabilizou a execução de muitos projectos.

A nossa reportagem soube que muitas empresas estão com sérias dificuldades para pagar a prestação mensal do reembolso do financiamento ao credor, porque só a partir do ano em curso é que começaram a trabalhar sem constrangimentos.

A empresária disse que a situação da Covid-19 atrapalhou, em grande medida, muitos projectos ou negócios que os 49 beneficiários do PRODESI na província pretendiam implementar.

Armando Mandume acrescentou que muitos não declaram até agora falência junto da banca, porque "aguardam pela boa vontade do Executivo angolano" no alargamento dos prazos de reembolso do crédito.

Comércio e cooperativas agrícolas absorvem maiores fatias do crédito

O director em exercício do Gabinete Provincial de Desenvolvimento Económico Integrado, Jacob Paulo, informou que, nos anos de 2020 e 2021, foram submetidos para o financiamento no âmbito do PRODESI 87 projectos de empresas e cooperativas, dos quais 49 foram financiados pelos bancos de Desenvolvimento Angola (BDA), Yetu e Keve, num valor global de 3,5 mil milhões de kwanzas.

Jacob Paulo apontou que 17 dos projectos financiados beneficiaram operadores do comércio e distribuição, num montante de mil milhões de kwanzas desembolsado pelo BDA, que também financiou 16 cooperativas agro-pecuárias em 150

milhões de kwanzas, ao abrigo das medidas de Alívio Económico.

Por intermédio do Aviso 10/20, do Banco Nacional de Angola (BNA), 13 cooperativas foram financiadas em 157 milhões de kwanzas, pelo Banco Yetu, que destinou 31 milhões em apoio a duas empresas do sector agrícola, além de uma companhia do sector industrial que obteve um empréstimo de 2,1 mil milhões de kwanzas do Banco Keve.

Os 49 projectos financiados no âmbito do PRODESI permitiram a criação de 1.160 postos de trabalho directos e indirectos, com maior destaque para os jovens dos municípios de Menongue, Cuchi e Cuito Cuanavale, salientou o responsável.

Jacob Paulo sublinhou que as empresas beneficiadas pelo crédito estão a ter êxitos nos projectos que apresentaram para receber o financiamento, que têm estado a ser fiscalizados e a receber apoio técnico no domínio da gestão pelo Gabinete Provincial para o Desenvolvimento Económico Integrado.

Outros projectos

Jacob Paulo anunciou que, no âmbito do fomento e expansão das cooperativas, o Governo Provincial do Cuando Cubango assegurou a tramitação da constituição e formalização jurídica de um total de 40 empresas comunitárias (cooperativas), sobretudo de ex-militares.

O director destacou que, nesse processo, foram formalizadas de forma integral 17 cooperativas, 13 das quais receberam tractores na primeira fase de um plano nacional de distribuição de 500 tractores promovido pelo Executivo.

Para a segunda fase deste projecto, prosseguiu, 16 processos já se encontram em fase de conclusão, aguardando apenas pelo parecer favorável das Administrações Municipais de Menongue e Mavinga.

Jacob Paulo disse que está em curso o financiamento de cooperativas e empresas ligadas aos sectores da Agricultura e Pescas, Turismo, Comércio, Prestação de Serviços e pecuária, através do Programa de Apoio ao Crédito (PAC), num montante que vai de um milhão a 41 milhões de kwanzas, com uma taxa de juros de 7,0 por cento, carência de capital de 15 meses e maturidade de três anos.

Neste momento, o Gabinete Provincial para o Desenvolvimento Económico Integrado remeteu para avaliação 160 candidaturas ao Ministério da Economia e Planeamento, 75 dos quais já foram aprovados e 32 remetidos ao BDA.

A fonte informou que, à luz da operacionalização do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), lançado oficialmente no Cuando Cubango a 4 de Abril último, até 15 de Julho do corrente ano, foram registados mais de 16.777 pessoas, das quais 11.498 foram formalizadas. Deste número, 45 microempresas obtiveram financiamentos em valores que vão de 150 mil a 300 mil kwanzas.

Mercado no Portal de Divulgação da Produção Nacional

No quadro da dinamização do sector produtivo, o Ministério da Economia e Planeamento, criou uma plataforma digital designada Portal da Divulgação da Produção Nacional (PDPN), onde estão registados mais de dois mil produtores da província do Cuando Cubango.

Esta informação, avançada à nossa reportagem pelo director em exercício do Gabinete Provincial para o Desenvolvimento Económico Integrado.

O portal serve para cruzar a oferta e a procura de bens essenciais da cesta básica, através dos Agentes Municipais de Apoio aos Produtores (AMAP's), que estão espalhados pelos nove municípios da província para a recolha de dados dos produtores locais, de modo a fortalecer as vendas.

Os dados mais recentes, publicados há cerca de uma semana, indicam que mais de 88 mil agentes económicos estão inscritos no PDPN, onde já se regista uma assinalável actividade de produtores a divulgarem a oferta pronta para comercializar.

O portal, criado no quadro do PRODESI, serve produtores de todo o país, onde a Huíla lidera com o maior número de inscritos, com um total de 16.667 produtores, o que representa 18 por cento.

Informações de um relatório de balanço dos quatro anos de existência do PRODESI acrescentam que a província de Malanje ocupa o segundo lugar no portal, com um total de 9.842 dos produtores registados, representando 12 por cento do total, seguida da província do Bié com 8.075 (9,0 por cento).

O PDPN oferece três grandes serviços, nomeadamente o serviço de apoio ao produtor, de vendas e de apoio ao financiamento, mas, nos últimos meses, beneficiou de uma reestruturação que levou à inserção dos produtos e serviços disponíveis no mercado nacional, tornando mais fácil a procura e a oferta no mercado interno.

2.4 Banco de Desenvolvimento de Angola com prejuízos de 40,8 mil milhões Kz no I semestre

Jornal Expansão

2 De Setembro de 2022

Texto: Joaquim José Reis

As contas com um rácio de crédito malparado elevado, o Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) viram as suas contas no vermelho no I semestre de 2022, com um prejuízo de 40,8 mil milhões Kz, o que compara com os lucros de 5,7 mil milhões registados nos primeiros seis meses do ano passado.

Face ao Iº semestre de 2021, a instituição bancária que tem como objectivo o apoio ao desenvolvimento, controlada a 100% pelo Estado, viu os seus activos caírem 7% para 437,3 mil milhões Kz, para o qual contribuiu a queda de 19% no stock de títulos e valores mobiliários em sua posse para 107,0 mil milhões Kz. Também os créditos caíram 10% para 201,9 mil milhões Kz. O banco que não capta depósitos viu os seus fundos próprios subirem 8% para 239,4 mil milhões Kz no Iº semestre deste ano face ao período homólogo.

O balancete é um mero instrumento de balanço e não aprofunda as demonstrações das instituições, pelo que não explica como é que o BDA registou prejuízos tão melevados no Iº semestre. Mas, de acordo com o relatório e contas 2021, o BDA tem na sua carteira de activos um elevado rácio de crédito de cobrança duvidosa (afecta, entre outros, a margem financeira e obriga à constituição de imparidades), bastante acima da média das instituições bancárias do sistema financeiro nacio BNA, no final de 2021 era de 20,26%. Em Dezembro de 2021, a taxa de incumprimento (crédito vencido acima de 90 dias) da carteira de crédito do BDA era de 48% (41 % em 2020), o que representava 206,3 mil milhões Kz.

Uma boa parte desse crédito vencido pertence à Angola Cables que, de acordo com o auditor externo às contas do BNA, a consultora Bakertilly, devia no final do ano passado um total de 128,4 mil milhões Kz, dos quais 47,7 mil milhões estavam já vencidos (sem pagamento de juros e amortizações).

Ainda assim, de acordo com o relatório e contas de 2021, a instituição tem encetado esforços no sentido de renegociar e recu- perar alguns dos créditos em incumprimento.

O ano de 2021, foram recuperados créditos em incumprimento no momento de quase 1,6 milhões de Kz nos sectores da agricultura e pecuária, comércio e serviços e indústria transformadora.

Por outro lado, o auditor externo às contas do BDA alerta ainda que as demonstrações financeiras de 2021 incluem uma participação financeira no Fundo Erigo I, no valor de quase 3,1 mil milhões Kz, cujo relatório de auditoria inclui uma "reserva por limitação de âmbito relacionada com a recuperabilidade de activos no valor de 1.996.738 EUR (cerca de 1,3 mil milhões Kz). A Bakertilly diz ainda que este fundo gerido pela ERIGO, Sociedade de Capital de Risco estava em processo de liquidação "não sendo possível determinar os eventuais impactos desse processo na valorização daquele activo" nas contas do BDA. Em termos práticos, o BDA deverá ter que dar como perdidos

O investimento que fez naquele fundo gerido por uma sociedade registada em Lisboa na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (Portugal), que segundo vários órgãos de comunicação social portuguesa tem ligações a Maria Luísa Abrantes, ex-PCA da ANIP, que é mãe de José Paulino dos Santos (Coréon Dú) e Tito Mendonça, ambos com ligação a esta sociedade, onde já foram administradores.

2.5 Comércio, consumo e construção valem dois terços do malparado na banca

Jornal Expansão

2 De Setembro 2022

Texto: Joaquim José Reis

Por cada 1.000 Kz de crédito mal-parado na banca no final do ano passado 380 Kz estavam no sector do comércio, 210 Kz eram relativos a crédito a particulares, geralmente associado a crédito ao consumo, e 70 Kz estavam no sector da construção, de acordo com o relatório de Estabilidade Financeira anual de 2021 do Banco acional de Angola (B A).

Segundo o relatório, no final de 2021 o crédito vencido mal parado cifrou-se em 958,5 mil milhões Kz, representando um crescimento de 35,46% face ao final de 2020 e estava concentrado em três sectores da actividade económica: comércio por grosso e a retalho (38%), particulares (21%) e construção (7%). Contas feitas, 364,2 mil milhões Kz do malparado na banca estava no sector do comércio por grosso e a retalho, 201,3 mil milhões Kz do crédito vencido pertencia a particulares e 67,1 mil milhões estava no sector da construção, o que dá um

total de de 632,6 mil milhões, equivalentes a 66% dos 958,5 mil milhões Kz em mal parado.

Ainda segundo o relatório do banco central, para mitigar eventuais impactos negativos do risco de crédito, decorrente do aumento do nível de incumprimento, os bancos constituíram imparidades para perdas de créditos nos seus balanços no valor agregado de 1.594,02 mil milhões Kz em Dezembro de 2021. "Neste contexto, destacam-se os bancos públicos, cuja taxa de imparidades sobre o stock de crédito situou-se em 65,48%, sendo superior à taxa verificada na carteira de crédito dos bancos privados nacionais e das filiais de bancos estrangeiros, o que reflecte um maior risco de crédito por parte dos bancos públicos", pode ler-se.

O malparado é quase uma doença crónica do sistema financeiro angolano, que convive com a alta inflação e as sucessivas crises económicas do País, onde o desemprego é elevado e o maior empregador continua a ser o sector informal. O rendimento das famílias tem vindo a cair ano após ano desde a crise do petróleo de 2014 (68% de quebra de compra entre 2014 e 2021), milhares de empresas têm desaparecido e tudo isto acaba por estar na base do incumprimento bancário. E não esquecer aquilo que dentro da banca são considerados os "créditos marimbondos", com algumas Pessoas Politicamente Expostas (em alguns casos acionistas dos próprios bancos) que receberam créditos bancários e nunca os reembolsaram.

Ainda assim, o crédito vencido na banca tem vindo a cair (apesar de algumas ligeiras subidas e descidas em alguns meses) desde Junho de 2019, quando se registou o mais elevado mal parado em Angola. A limpeza do balanço do BPC, que cedeu à Recredit pela segunda vez uma carteira de crédito de cobrança duvidosa, em Junho de 2020, no valor de 950 mil milhões Kz, com o 'banco mau' a pagar apenas 57 mil milhões Kz, provocou uma queda vertiginosa no total do malparado da banca naquele período (ver gráfico). Terá sido importante para esta descida do malparado em Angola a presença do Fundo Monetário Internacional (FMI), que no âmbito do programa de financiamento ampliado (financiamento a troco de reformas) forçou o regresso da Recredit à sua missão inicial, que era de exclusividade ao BPC.

Após o fim do programa, a instituição multilateral deixou alguns recados naquele que foi o relatório sobre a sexta e última avaliação ao cumprimento do programa de financiamento ampliado (2019-2021), onde apesar de referir que Angola fez "progressos substanciais nas reformas do sector financeiro", sublinhou que o País precisa de "prosseguir com os esforços para segurar a saúde do sector" bancário,

alterando para a necessidade de se implementar “planos para fazer face ao ainda elevado nível de crédito malparadoa”. Neste sentido, refere o relatório, o banco central “começou a intensificar as suas acções de supervisão para assegurar que os bancos (os mais pequenos em particular) desenvolvem planos ambiciosos de redução de malparado, com metas calendarizadas para essa redução. A carta que a equipa económica do Governo enviou ao fundo, e que faz parte deste relatório, foi referido que será intensificado” ainda mais o controlo de supervisão com particularidade atenção às carteiras de crédito dos bancos mais afectadas pela covid-19 e aos bancos mais pequenos”

2.6 Kixiquila financia novos negócios e o pequeno empreendedorismo

Jornal Expansão

2 De Setembro

Texto: Graciete Xavier

A kixikila, como é conhecida popularmente, é uma prática antiga mas ainda muito comum. Consiste em juntar um grupo de amigos, familiares, vizinhos, colegas de trabalho ou simplesmente conhecidos, com todos os integrantes a descontarem mensalmente a mesma quantia para o bolo total, que entregam a um responsável, que depois reparte pelos integrantes do grupo, um em cada mês, repetindo o processo até que todos tenham recebido a sua quota.

Imaginemos 30 pessoas que todos os meses entregam 1.000 Kz para o grupo. Cada um dos integrantes vai receber, no seu mês, 30.000 Kz. É uma forma de estimular a poupança colectiva, sendo que nos mercados informais é também utilizada como forma de financiamento para quem pretende começar um negócio ou aumentar o que já tem. Os mercados de Luanda, a kixikila é uma das únicas alternativas para quem precisa de capital para potenciar o seu negócio.

A responsável pela gestão do bolo é conhecida como “mãe” e todos os outros integrantes do grupo são conhecidos como filhos/as. Dada a complexidade dos mercados informais, nestes casos a lista de integrantes não pode exceder os 25 membros, que têm de pertencer à mesma fila de venda, o que significa vender o mesmo tipo de produto. Cada vendedora entrega mensalmente entre 500Kz a 2.000 Kz (para negócios com baixa margem de lucro) e 4.000 Kz a 10.000 Kz para as vendedoras que gerem negócios mais rentáveis.

Informal mas bem organizado

Júlia Tomás é “mãe” em jogo de kixiquila no mercado do São Paulo, em Luanda. Há alguns anos que é responsável por recolher diariamente 4.000 Kz às 25 jogadoras de uma das filas de venda de sapatos femininos. Em entrevista, contou ao Expansão que o “jogo” sempre serviu para alavancar o negócio das vendedoras e tem contribuído igualmente para que elas consigam alcançar a estabilidade financeira.

“Por sermos muitas a nossa kixiquila não pode durar um mês. A contribuição dura apenas dois dias e cada pessoa recebe 200.000 Kz. Quando todas recebem, voltamos a recolher. Se contássemos apenas com a venda das nossas mercadorias, neste momento não teríamos nada, a kixiquila ajuda muito”, explica.

Júlia disse ainda ao Expansão que o jogo, nestes últimos anos, País enfrenta, funciona também como um crédito. As beneficiárias são as vendedoras que não têm a possibilidade de participar, mas que precisam do dinheiro para começar o próprio negócio ou até mesmo para acudir uma situação de emergência.

Trata-se, na maioria dos casos, de empreendedoras que, tendo o desejo de comprar o próprio negócio, solicitam à responsável um empréstimo. Esta solicitação deverá ser aprovada por todas as integrantes do grupo, ou seja, por unanimidade. A comerciante deverá ser conhecida por todas, tal como a sua patroa, que em alguns casos funciona como uma espécie de avalista.

Na prática, este valor (poupança) de todas, passa a ter contornos de investimento, rentabilizando assim a actividades de uma nova associada que passa a fazer parte do grupo. Esta vendedora passa também a contribuir, sendo que o valor a receber por cada uma também aumenta.

Empréstimo

Nanda Jardim é mãe de três filhos e vende no mercado do São Paulo há seis anos. Solicitou um empréstimo quando o primeiro negócio que fazia, no mercado do Pepe no bairro 11 de Novembro, faliu e ficou sem nada. A avalista foi a sua irmã Marta, que na altura vendia no mercado do São Paulo.

"Quando cheguei aqui não tinha dinheiro para fazer negócio e ninguém me conhecia, foi a minha irmã que me trouxe e que me apresentou à responsável. Recebi o empréstimo. A kixiquila é uma forma que encontramos para comprar as nossas coisas e para o negócio não ir abaixo. Além da casa que tenho, onde vivo com a minha família, tenho também alguns terrenos que consegui comprar com o jogo. Mas os terrenos não são grandes", disse, com um sorriso nos lábios.

"Eu também, eu também quero receber", gritou uma outra vendedora quando percebeu que estávamos a falar de kixiquila, Ela pensou que a sua colega estivesse a solicitar um empréstimo junto de um novo grupo de jogadores. Ao se aproximar, percebeu que se tinha enganado, deu a costa desolada e disparou: "Nós queremos dinheiro, não queremos falar, Nanda não fala mais nada", disparou, desconfiada pela proximidade das eleições gerais e da divulgação dos resultados da votação (a reportagem foi realizada na segunda-feira, 29).

Márcia, de 45 anos, apesar de ser vendedora há alguns anos, afirma que durante algum tempo não gostava de jogar por ser uma pessoa muito desconfiada. Tinha medo de perder o seu dinheiro. Entrou definitivamente para a kixikila quando teve de solicitar um empréstimo para comprar uma casa - faltavam 500.000 Kz para fechar o contrato. Depois de ter recebido a sua parte da kixikila, comprou a residência e não mais parou de jogar.

"Percebi que ajuda muito. Se não fosse o empréstimo não teria conseguido comprar a casa. Muitas pessoas usam esse dinheiro para comprar mobília, vão comprando pouco a pouco até encher a casa. Eu, neste momento, estou a fazer uma poupança para a faculdade dos meus dois filhos que vão terminar o médio. Sei que vai ser difícil entrarem para a universidade do Estado", sublinha Márcia.

Mais à frente, na fila das roupas de fardo para criança, encontrámos a Maria, que explicou que no mercado dos Congolenses a kixiquila também funciona, mas na maior parte dos casos os valores não passam dos 2.000 Kz e os integrantes não podem exceder os 10.000 Kz. "Temos feito também esse jogo mas os valores são só entre 500 Kz a 2.000 Kz. Algumas vezes também jogam com valores altos, mas só para quem tem lugares garantidos dentro dos mercados", explica.

Paulo Mateus é também responsável por um grupo de 15 jogadores que contribuem mensalmente 30.000 Kz, totalizando 450.000 Kz, um valor que é repartido mês após mês pelos integrantes. São pessoas que vivem e trabalham em locais diferentes e a maioria

não se conhece. Têm apenas o responsável' como elo de ligação.

"Esse grupo é formado por alguns amigos, colegas, familiares e conhecidos da minha inteira confiança e sei que eles não vão falhar. E um pouco arriscado mas eu gosto porque também é rentável", afirma Paulo Mateus. O líder do grupo não contribuiu com nada para o bolo total. E apenas responsável por fazer a recolha e recebe a mesma quantia que todos os outros só pela administração do grupo. No entanto, é responsável por acrescentar algum valor caso alguém falhe o compromisso.

2.7 BNA anuncia dissolução do BAI Micro Finanças

Jornal Economia e Finanças

9 De Setembro de 2022

Texto: Pedro Peterson

O Banco BAI Micro Finanças foi dissolvida e liquidada do mercado por deliberação dos accionistas na Assembleia Geral realizada a 9 de Agosto do ano em curso. Segundo um comunicado do Banco Nacional de Angola (BNA), ao abrigo da Lei do Regime Geral das Instituições Financeiras, torna público que procedeu o registo da deliberação dos accionistas do Banco BAI Micro Finanças, S.A que, em sede de Assembleia Geral, realizada no dia 09 de Agosto de 2022, decidiu pela sua dissolução voluntária e liquidação.

Mais informa que, à luz do disposto no número 5 do referido preceito legal, a autorização da instituição financeira bancária caducou e que foi aditada à firma a menção "em liquidação", nos termos do número 3 do artigo 146.º da Lei nº 01/04, de 13 de Fevereiro - Lei das Sociedades Comerciais O Banco BAI Micro Finanças iniciou a sua actividade, a 20 de Agosto de 2004, com a designação de NOVOBANCO, administrado sob gestão alemã, mais propriamente pelo Grupo Procredit e foi o primeiro banco especializado em micro-crédito no país.

Em 2007 a instituição passou por um período de transição, depois de ter sido tomada pelos antigos accionistas a decisão estratégica de desinvestir no mercado angolano, tendo por isso que encontrar um parceiro de substituição.

Em 2007, o BAI passou a ser o accionista principal, detendo uma participação de 85,7 por cento e a Chevron Sustainable Development Company (CSDC) manteve a sua participação de 14,3 por cento.

Em 2009, passou a ter a designação de Banco BAI Micro Finanças por escritura notarial outorgada a 30 de Outubro de 2009.

Em 2018, por força do Aviso N° 02118, o BMF procedeu a um aumento de capital passando para 10,3 mil milhões de kwanzas. Passando o Banco BAI a deter 98,41 por cento do capital, a Chevron Sustainable Development Company (CSDC) (0,59) e três accionistas minoritários (0,33).

Em 2020 o banco sofreu uma reestruturação no que diz respeito à sua estrutura accionista, tendo os seus accionistas minoritários alienado as suas acções ao accionista BAI, estando neste momento a ser ponderada a entrada de novos shareholders de forma a dar cumprimento ao disposto na Lei.

Neste momento o Banco tem à disposição dos seus clientes cerca de 27 Agências, distribuídas pelas províncias de Luanda, Bengo, Bié, Benguela, Malanje, Uíge, Cabinda, Huambo, Huíla, Saurimo e Soyo.

O exercício de 2021 foi descrito como bastante desafiante e intenso, demonstrado pela concretização de vários projectos. Igualmente pelo elevado número de alterações à legislação do sector bancário e não só, que foi sendo publicada durante o ano, assim como pela valorização da Instituição que permitiu a materialização da entrada de um novo accionista para o Banco.

Durante o ano de 2021, conseguiu reduzir o crédito vencido em termos absolutos face ao final de 2020, em cerca de 50 por cento, os fundos próprios regulamentares atingiram os 10 mil milhões de kwanzas, obtendo uma folga confortável para o mínimo regulamentado.

2.8 BAI Microfinanças inicia processo de liquidação

Jornal de Angola

23 De Setembro de 2022

Texto: Vânia Inácio

O responsável disse à imprensa que os depositantes do BMF poderão, no prazo de 30 dias, transferir os depósitos para os bancos indicados, com os financiamentos bancários a serem remetidos para o BAI.

O BMF começou a fase de liquidação com as publicações exigidas e o cumprimento dos procedimentos legalmente previstos, algo iniciado a 7 de Setembro do ano em curso, assim como o registo da deliberação dos accionistas que, em Assembleia

Geral, realizada no dia 9 de Agosto de 2022, decidiu a dissolução voluntária e liquidação.

De acordo com Zembo Macedo o BMF tem, actualmente, uma carteira de crédito líquido de mais de 400 milhões de kwanzas, devendo o concedido aos colaboradores ser perdoado.

Com a dissolução já em curso, nos termos da Lei 05/15 de 15 de Junho - Lei Geral do trabalho, dá-se a extinção dos contratos de trabalho dos 198 colaboradores, afectos a 21 agências implantadas em diferentes províncias.

Zembo Macedo disse que, não obstante o contexto extremamente desafiante, o BMF reconhece que os resultados alcançados traduzem o esforço e dedicação de cada um dos seus colaboradores, tendo assegurado, na ocasião o perdão total dos créditos dos trabalhadores, bem como a manutenção dos seguros de saúde até Junho de 2023.

A lista provisória dos credores está disponível para consulta na sede do banco e na Academia BAI, em Luanda, ao passo que para os depositantes estes deverão remeter à Comissão Liquidatária os dados da conta bancária para onde pretendem transferir os seus depósitos, através do endereço.

Na ausência do envio de tal informação, os depósitos serão automaticamente transferidos para a conta de custódia no Banco Angolano de Investimento (BAI).

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Pescadores solicitam apoios

Jornal de Angola

2 De Setembro

Texto: Sérgio Dias e Júlio Galiano

As dificuldades na aquisição de material de reposição estão na base das limitações de captura de pescado nos mares do Lobito. Esta preocupação foi manifestada pelos pescadores e armadores locais, para quem a alta de preços aplicados para a aquisição de materiais como redes anzóis, bem como a não subvenção dos preços de combustíveis para os motores das embarcações, estarão na base das dificuldades.

Estamos numa situação difícil de se remediar, porquanto na falta de meios, grande parte dos profissionais limita as suas actividades (pesqueiras) a menos duas milhas (equivalente a e quilómetros e 604 metros), quando o permitido para a pesca artesanal vai de duas (chatas) a seis (traineira) milhas. Ainda assim, existem outros que, numa clara violação às normas estabelecidas pelas autoridades pesqueiras, estendem a actividade para lá das 10 a 15, arriscando inclusive a vida dos seus ocupantes.

No Lobito – velho, uma das maiores zonas pesqueiras, o Jornal Angola apurou que, além da carência dos, meios, os homens do mar queixam-se das constantes violações do seu espaço de pesca, por altas de embarcações, praticando a pesca do arrasto capturando grandes quantidades de espécie não visadas para a comercialização, bem como a destruição do ecossistema.

E como se não bastasse, as redes e as barças apanham por tabela encarecendo assim o pescado. Dificilmente são detectados, ou seja, apagam as luzes, ante a perigosidade que provocam para os pescadores artesanais que, são raras vezes, vêm as suas barças e respectivos acessórios destruídos, revelou Angelino Severino 34 anos, 11 dos quais na actividades de pesca.

Para o pescador, o mar está cheio de mistério, pelo que todo cuidado é pouco quando se faz o uso dele.

Associar-se a este problema, os marinheiros queixam-se também do excessivo trabalho de fiscalização. Na sua óptica a sua acção inimbe, de certa forma, na transportação dos pescados à costa impactando negativamente, na comercialização dos referidos

produtos, segundo o septuagenário Augusto Kessongo.

O velho pescador confidenciou à nossa reportagem que, nos últimos tempos, o cerco tende a apertar, criando sérios embaraços aos armadores e pescadores, sobre tudo para aqueles que estão em situação irregular para se fazer ao mar. As coisas não estão fáceis para quem tem no mar o seu ganha-pão, ser vistoriado só num dia, em três ocasiões, ante a capacidade de poder impedi-los “lamentou”.

3.2 Mercado do Chissondo arrecada 36 milhões em impostos

Jornal de Angola

8 De Setembro de 2022

Texto: Delfina Victorino

O director do Gabinete Económico da Administração Municipal do Cuito, Isaiás Lucondo, disse ao Jornal de Angola, que o valor foi transferido para a Conta Única do Tesouro, por via do Portal do Município.

Segundo avançou, o mercado informal do Chissondo é um dos principais segmentos comerciais da província, dada a intensa actividade comercial, o que leva o município do Cuito a arrecadar a cada trimestre, cerca de trinta milhões de kwanzas.

"Estes montantes são regularmente transferidos para os cofres do Estado, através do Portal do Município, facto que permite depois o Município ser ressarcido, pelo Ministério das Finanças, com a percentagem a que tem direito por lei", disse. Isaiás Lucondo frisou que a percentagem arrecadada pelo Município, permite a manutenção dos mercados e a melhoria das condições dos vendedores dos recintos comerciais informais.

A Administração Municipal do Cuito, através do Programa de Reversão da Economia Informal (PREI) arrecadou, no segundo semestre de 2021, cerca de 63 milhões de kwanzas, com a cobrança de impostos e taxas no mercado do Chissondo.

Gestão privada

Os três mercados informais do município do Cuito, nomeadamente o do Chissondo, Boavista e da Zâmbia (Cunje) poderão passar para a gestão privada. Para o efeito, a Administração Municipal do Cuito está a preparar, no âmbito da lei, um concurso público limitado para escolher dentre os vários agentes comerciais, o que melhor proposta poderá apresentar para a gestão dos espaços mercantis. Por

outro lado, a Administração Municipal do Cuito está a realizar o processo de cadastramento que permitirá aos comerciantes a obtenção de licenças de negócio, certidões comerciais e de identidade fiscal, com vista a facilitar o pagamento de impostos.

3.3 O negócio dos Kupapatas cresce nos bairros periféricos de Luanda

Jornal Expansão

9 De Setembro de 2022

Texto: José Gongá

São jovens, uns com esperança e objectivos claros, outros com a sede de viver apenas o imediato. Mas todos têm em comum o serviço de táxi ao volante de uma Kupapata para lhes segurar a vida. O negócio cresce sob três rodas em várias zonas da cidade de Luanda, sobretudo no município de Viana.

Nos bairros periféricos, onde as estradas degradadas e a insegurança limitam o acesso a outro meio de transporte, as Kupapatas ganham importância no dia-a-dia das populações. Inicialmente vocacionadas para o transporte de mercadorias, hoje garantem fundamentalmente a deslocação de pessoas.

As Kupapatas que fazem serviços de táxi são, na sua maioria, encapadas com dois assentos estofados em madeira, adaptados com a capacidade de transportar até 6 passageiros sentados. Levam pessoas e mercadorias, e para as vendedoras que diariamente se deslocam para os mercados, são o meio de transporte mais barato, uma vez que nos táxis a mercadoria a transportar tem sempre um custo superior.

Quando apareceram custavam cerca de 400 mil Kz, mas no último ano os preços dispararam e hoje o veículo de três rodas custa um pouco mais de 800 mil Kz. Junta-se depois o custo para adaptar ao transporte de passageiros e já existem especialistas nesta área. Podemos acrescentar mais 200 mil Kz para esta tarefa.

O número de Kupapatas também aumentou porque muitos jovens que ficaram sem emprego ou já estavam desempregados, viram nesta actividade uma possibilidade acessível de terem um rendimento para viver.

Em dias com muito fluxo de passageiros chegam a facturar até 20 mil Kz, o que corresponde a 100 mil Kz em cinco dias úteis, mas raramente é assim.

Recentemente foi publicado um decreto presidencial que regula o "exercício remunerado da actividade de transporte de passageiros e mercadorias em

ciclomotores, motociclos, triciclos e quadriciclos". Não existia qualquer legislação sobre o assunto e o diploma define as regras e os procedimentos a seguir.

Mais uma vez se optou por uma lei completamente desajustada, com exigências que 95% dos operadores não vai conseguir cumprir com os requisitos e procedimentos administrativos que a serem respeitados demorariam meses a finalizar, e que tal como aconteceu nos táxis, abre a porta ao crescimento ao negócio das "gasosas" com a polícia e as autoridades municipais. A lei é datada de 30 Maio e três meses depois nada mudou nesta actividade, a não ser as queixas dos motoristas que agora têm que tirar parte dos seus rendimentos para dar às autoridades, que de vez em quando aparecem, motivados pela nova lei.

Metade vai para o patrão.

Gilberto Fortuna exerce a actividade há 4 anos no município de Viana, no mercado do 30. Entra "na via" às quatro horas da manhã, que é o período de maior fluxo, em função das pessoas que vão vender naquele mercado. Trabalha até às 21 horas e, em média, factura 15 mil Kz dia. "Dos 15 mil que consigo facturar diariamente, sete mil Kz entrego ao patrão o que dá 35 mil Kz por semana, sendo que os sábados e domingos são reservados para mim", explica à reportagem do Expansão.

Fortuna começou como motorista de Kupapata aos 16 anos. Hoje, aos 20 anos, não sabe fazer outra coisa e diz que, com o dinheiro que ganha, consegue viver e "sustentar alguns vícios".

Por outro lado, Jorge Evaristo vive com a esposa e um filho, também é Kupapata e exerce a actividade há três anos no Bairro da CAOP, também em Viana. "O dinheiro nem sempre chega. Quando o esposo é o único que trabalha, os olhos da mulher viram-se exclusivamente para o companheiro, mas nós conseguimos aguentar", esclarece.

Jorge tinha um emprego formal há mais de 5 anos, mas foi despedido. Hoje afirma que é melhor trabalhar como mototaxista, pois na empresa por onde andou "o salário não compensava". Ele está sob regime de contrato, em que depois de um determinado período, o motorista torna-se o proprietário da motorizada. De acordo com o jovem de 26 anos, este tipo de contratos acontecem com pouca frequência.

No seu caso, a motorizada já é usada e foi reparada pelo actual proprietário, que a comprou em mal estado de conservação. "Tenho 12 meses para pagar 40 mil Kz semana ao patrão, depois deste período a

motorizada será minha", explica. Se fizermos as contas, o proprietário vai receber, em 12 meses, mais 2 milhões Kz. Jorge é pintor de profissão e já pensa em voltar para a universidade quando for o proprietário da motorizada.

Os acordos com os patrões variam entre 5 a 8 mil Kz dia, dependendo sempre do estado de conservação da motorizada. Quanto mais nova a motorizada for, maior é a quantia a ser paga ao proprietário. Em casos em que o veículo precisar de reparação as partes entram em acordo.

As motorizadas de três rodas actuam onde há poucos carros em serviços de táxi e quase sempre no meio dos bairros. Geralmente, em estradas estreitas e trajectos curtos, os motoristas competem para "transportar o máximo de passageiros durante o dia, o que toma a viagem insegura,

Dona Joaquina vende no mercado do 30 e conta ao Expansão que a viagem é perigosa e que já esteve envolvida em um acidente. "A Kupapata é barata mas uma vez a motorizada virou e todos caímos. Teve alguém que partiu a perna, eu desloquei o braço", recorda, para depois sublinhar que acontecem "muitos acidentes", mas que "raramente são muito graves".

3.4 Catinton recebe mais de 10 toneladas de laranja por dia

Jornal de Angola

14 De Setembro de 2022

Texto: Ana Paulo

O mercado informal do Catinton, em Luanda, recebe, em média diária, mais de 10 toneladas de laranja, proveniente de várias fazendas do interior do país, com destaque para as do município do Nzeto e Mbanza Kongo, na província do Zaire.

No local, o Jornal de Angola constatou que a laranja está em grande quantidade, cuja comercialização do produto fresco do campo, a retalho e grosso, pode demorar entre dois a três dias, como confirmaram algumas vendedoras. Entre elas está Vitória Vunge, que actua no mercado do Catinton há mais de 20 anos.

A comerciante proveniente do Nzeto com cinco mil toneladas de laranja, explicou que nas fazendas, a fruta é vendida por sacos, que variam entre 15 e 50 quilos (Kg). A vendedora trouxe para o mercado do Catinton cerca de 100 sacos de 50 Kg.

Cada saco, realçou, os agricultores vendem a cinco e 5.500 kwanzas, "independentemente do tamanho da laranja". Com o frete da viatura que ajuda a escoar o produto, Vitória Vunge gasta cerca de 900 mil kwanzas. "Quanto maior for o número de sacos, mais se gasta".

"O frete mais baixo custa 350 mil kwanzas, fora de outros gastos até chegar na fazenda, os custos podem aumentar", frisou, destacando que a laranja é vendida em caixas e a retalho.

No caso específico da caixa, o preço é de 4.000 kwanzas e a retalho, realçou, as laranjas mais "grossas" custam 6.200 e as mais pequenas, e o monte está a ser comercializado a 7.100 kwanzas. Vitória Vunge não se dedica apenas à venda de laranja. A vendedora comercializa também pêra e maçã, frutas que ainda não estão no mercado por "não ser a época da colheita".

Explicou que o período de colheita da laranja teve início em Maio. No caso da maçã do Lubango, terá início em Novembro até Abril.

O ananás é proveniente da província de Benguela, precisamente da região do Monte Belo, sendo que o mês de Janeiro é a fase da colheita.

Processo de escoamento

Para o escoamento dos produtos do campo, as grossistas alugam carrinhas, cujo frete varia entre 350 mil e 400 mil kwanzas. O preço é estipulado consoante as toneladas a serem transportadas.

Victória Vunge considera o preço do frete alto, tendo destacado que um dos aspectos que está na base é o estado degradado em que se encontram as vias.

No caso específico do troço Mbanza Kongo/Nzeto, onde a vendedora compra a laranja, as vias não estão em condições, apresentando muitos buracos.

"Do Nzeto para a fazenda onde está a produção, são uns 150 quilómetros. Neste troço, chegamos a fazer quase nove horas. Normalmente saímos às 6 horas da manhã e chegamos às 15 horas, o que para nós é um transtorno, muito sacrifício que fazemos", frisou depois de informar que quase todas as pontes estão degradadas e antigas.

Por sua vez, Madalena José escoou para o mercado do Catinton cerca de oito toneladas de laranja. Proveniente de Mbanza Kongo (Zaire), a vendedora disse que o processo de venda das laranjas é rápido, "tirando uma ou outra que em vez de sete laranjas a 100 kwanzas, vendo um monte de oito laranjas".

Para despachar o produto no fim de cada dia, a vendedora às vezes altera o preço praticado no início da jornada, passando de sete laranjas para 10, mas com o mesmo preço.

"Com este ritmo positivo das vendas, creio que em três dias consigo vender toda a laranja e regressar para buscar mais um frete", frisou, depois de destacar que muitas são as zungueiras e zungueiros que correm à busca dos "nossos produtos".

O ananás é comercializado a grosso pela cidadã Dionísia Caiamba, no mercado informal da Calucinga, no Sambizanga, em Luanda.

O produto fresco do campo tem origem na província de Benguela.

Na semana passada, a grossista escoou três toneladas de ananás.

Venda ambulante de laranja e leguminosas ganha espaço na cidade de Luanda

A venda ambulante dá o sustento de muitos jovens, sobretudo, os do sexo masculino.

Por causa de várias vicissitudes da vida, optaram por comercializar frutas e hortícolas em carrinhos de mão.

Diferente das vendedoras, os jovens andam pelos bairros da cidade de Luanda com os carrinhos de mão, cheios de frutas, e com um serviço diferenciado. Entre os serviços destaca-se a venda de laranja, que é descascada na hora, a pedido do cliente.

Alberto Bunga é revendedor de frutas a retalho, desde a laranja, ananás e maracujá. Ao circular pelo mítico bairro Maculusso, o zungueiro disse ter comprado a laranja no mercado do Catinton, e vende cada uma a 100 kwanzas, e o monte de seis laranjas, a 500.

No caso do ananás e maracujá, Alberto Bunga compra na famosa praça "Calucinga", localizada defronte ao extinto mercado Roque Santeiro, no Sambizanga (Luanda).

Cada ananás, o jovem comercializa a 500 kwanzas, numa altura em que adquire, no mercado, três ananases a 500 kwanzas. Os de tamanho menor, o comerciante vende cada 200 ou 100 kwanzas.

Pela diferença entre a compra e venda, Alberto Bunga reconhece que tem tido "um grande lucro", embora reconheça que nem todos os dias tem tido sucesso nas vendas.

Bernardo António é outro vendedor de frutas. O bairro dos Combatentes é a sua área predilecta para a comercialização do ananás e laranja. Diferente do seu colega, a laranja é comprada no mercado informal dos Kwanzas, no município de Cacuaco.

Entre a diferença com o seu colega, Bernardo António vende a laranja com sal misturada com jindungo moído. Explica que muitos clientes preferem e comem deste "jeito".

"Depois de descascada a laranja, muitos clientes pedem para que ela seja misturada com o sal e jindungo, para não sentirem a acidez da fruta", frisou.

Hortaliças chegam fresquinhas

Além da venda de frutas, os jovens têm estado a apostar também na venda de hortícolas. É o caso de Hélder Marino, 16 anos, que tem nos bairros da Ingombota, Maianga, Combatentes e Kinaxixi, as zonas de eleição.

No seu carrinho, Hélder Marino tem uma variedade de verduras, desde salsa, cebolinha, espinafre, couve, agrião, gengibre entre outros.

O "ambulante" aderiu a este tipo de venda, à convite de um vizinho proprietário do negócio e do carro de mão, a quem presta o serviço de terça à sexta-feira.

Por dia, Hélder Marino disse que vende produtos que chegam aos 12 mil a 15 mil kwanzas.

O vendedor tem clientes "cativos", a quem faz chegar os produtos do campo.

"Tenho como principais clientes, os proprietários de restaurantes que encomendam os meus produtos às sextas-feiras, principalmente", contou depois de indicar que "às sextas-feiras factura mais".

Facilidade nas vendas

Se anteriormente o carro de mão servia apenas para a construção civil, hoje o meio é para os vendedores ambulantes um dos facilitadores para o transporte dos produtos frescos do campo.

Com o também chamado "carrinho de mão" ou "carriola", é um tomador pequeno movido à energia humana, usado para transportar pesos (geralmente terra ou areia para as construções). O carro de mão é composto por uma roda e dois braços e o centro de gravidade que fica perto da roda.

Nas ruas da capital, nota-se o processo de transporte de mercadorias de forma diversificada, uns com bacia na cabeça, e outros com os carros de mão.

A procura dos carros de mão fez "disparar" o preço. Há três anos, era comercializado entre 12 mil e 15 mil kwanzas, mas actualmente está cotado entre 17 mil e 20 mil.

3.5 Vendedores do Mercado do 30 recebem aulas de alfabetização

Jornal de Angola

17 De Setembro de 2022

Texto: Manuela Mateus

Tudo começou quando um grupo de três amigos trabalhava para uma instituição de micro-crédito, por via da qual se deslocava, frequentemente, aos mercados informais da província de Luanda e às comunidades periurbanas, para contactos directos com potenciais clientes.

Era frequente o grupo encontrar, nos locais por onde passava, pessoas que não sabiam assinar o próprio nome. É assim que surgiu o projecto "Meu Mercado /Minha Vida / Minha Escola".

O ponto de partida do projecto social foi o Mercado do 30, arredores da cidade de Luanda, uma decisão tomada pelos promotores da iniciativa por ser o mercado da província de Luanda que concentra o maior número de vendedores.

Em declarações ao *Jornal de Angola*, o coordenador do projecto, Domingos Vicente, disse que o "Meu Mercado/Minha Vida / Minha Escola", existe há dois anos e, até agora, já alfabetizou 280 pessoas, da faixa etária dos 16 aos 72 anos, maioritariamente mulheres.

Sem explicar as razões da fraca adesão masculina ao projecto, o activista social informou que, dos 280 alfabetizados, 275 são mulheres e 70 já frequentam o módulo II do processo de alfabetização em Angola.

Domingos Vicente destacou que o projecto não foi criado apenas com o objectivo de contribuir para a luta contra o analfabetismo.

O projecto inclui, também, a transmissão de valores relacionados com a cidadania, dando ênfase à importância do conhecimento e identificação dos símbolos nacionais, assim como com a higiene e segurança no trabalho e a prevenção de doenças.

O público-alvo do projecto são as pessoas sem ou pouca instrução formal. "O nosso objectivo é inserir

estas pessoas no sistema de ensino, a partir de um convénio que temos com o Gabinete Provincial de Educação de Luanda", acentuou.

Domingos Vicente referiu que o projecto está a receber daquele gabinete material didáctico e formação de formadores para a educação de adultos.

O activista social acentuou que a maioria das pessoas que, no Mercado do 30, aderiu ao projecto já tinha, sobretudo, noções fundamentais de números, revelando-se assim uma vantagem no exercício da actividade mercantil.

Aulas por módulos

As aulas de alfabetização são distribuídas por cinco turmas, num espaço cedido pela administração do Mercado do 30. Depois desse espaço comercial, o projecto de alfabetização vai para outros mercados informais da província de Luanda.

Domingos Vicente não adiantou, ainda, um horizonte temporal para a extensão da iniciativa, mas assegurou que a efectivação deste desiderato pode ocorrer a qualquer altura.

O coordenador do elogiou a administração do Mercado do 30, por ter disponibilizado as salas de aula, com carteiras e quadros.

Mais cinco turmas vão ser criadas, sendo duas para o módulo I, igual número para o módulo II e uma para o módulo III.

O combate ao analfabetismo em Angola é feito em cinco módulos: O módulo I corresponde à 1ª e 2ª classes, o II à 3ª e 4ª classes, o III à 5ª e 6ª classes, o IV à 7ª e 8ª e o V à 9ª e 10ª classe.

O projecto "Meu Mercado/Minha Escola/Minha Vida" é materializado por um grupo de nove agentes de alfabetização, integrado por três homens e seis mulheres.

Quem quiser dar aulas de alfabetização, no âmbito do projecto, tem de ter o ensino médio concluído, experiência profissional na área de alfabetização ou docência, ter disponibilidade de, pelo menos, duas horas, de terça a sexta-feira, assim como disponibilidade para planificar as aulas quinzenalmente.

O combate ao analfabetismo em Angola começou há quase um ano depois da proclamação da Independência. Em 1975, a taxa geral de analfabetismo estava estimada em 85 por cento e, 25 anos depois, foi reduzida para 50%.

Em 2014, de acordo com dados do Censo Geral da População e Habitação, realizado naquele ano, a taxa geral de analfabetismo baixou significativamente para 34%.

Em 2019, o Executivo aprovou o Plano de Acção para a Intensificação da Alfabetização e da Educação de Jovens (Plano EJA-Angola), cujo período de vigência termina em 2022.

Por força do plano, cada Governo Provincial elabora o seu plano operativo para a intensificação da alfabetização e educação de adultos.

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 Dívida pública externa mais alta de sempre bate nos 51,7 mil milhões de USD

Jornal Expansão

16 De Setembro de 2022

Texto: Joaquim José Reis

A dívida pública externa bateu o recorde no final do IIº trimestre deste ano quando Angola devia 51,7 mil milhões USD ao estrangeiro, um crescimento de quase 1% face ao final de 2021. Desde que João Lourenço assumiu os destinos do País, em 2017, a dívida externa cresceu 19,1%, equivalente a mais 8,3 mil milhões USD. Dívida a bancos internacionais disparou e a instituições como FMI e Banco Mundial também.

Para os especialistas esta subida dívida era expectável por este se tratar de um ano eleitoral, - que por norma leva a alguns excessos, seja em Angola ou noutra país. O próprio Fundo Monetário Internacional, no seu último relatório, alertava para o risco de algum 'relaxamento' em relação à aplicação de reformas ou até de flexibilização orçamental devido ao facto de se tratar de um ano eleitoral. Esta tendência de aumento da dívida foi-se verificando desde 2021 com o Governo a anunciar sucessivamente a contratação, especialmente por ajuste directo, de várias obras e a abrir linhas de crédito internacionais.

De acordo com cálculos do Expansão com base nas estatísticas externas do Banco Nacional de Angola (BNA), a China continua a ser o maior credor de Angola, e apesar de essa dívida estar a cair desde que o chefe de Estado tomou as rédeas do país (-7%), Angola ainda deve quase 21,6 mil milhões USD. A maior parte da dívida àquele país asiático tem como principal credor o China Development Bank (CDB), que resulta de um mega financiamento de 15 mil milhões USD, no âmbito de um acordo celebrado em Dezembro de 2015. Foi deste empréstimo levantado na sua totalidade que saíram os 10 mil milhões USD que o Governo de Eduardo dos Santos injectou em 2016 na Sonangol, quando a petrolífera era presidida pela sua filha, Isabel dos Santos.

Segue-se a Grã-Bretanha, onde foram feitas as emissões de Eurobonds, que 'valem' 8.000 milhões USD, região do globo muito procurada por estudantes angolanos e onde está aquela que será a maior praça financeira do mundo, Londres. Os dados do BNA não desagregam a dívida por país da Grã-Bretanha, região a quem Angola deve 13,8 mil milhões USD, um crescimento de 325,7% face aos 3,2 mil milhões registados no final de 2017.

Angola deve ainda quase 5,5 mil milhões USD a organizações internacionais (+158,9% face a 2017), mas o BNA não revela em que país estão sedeadas essas organizações. Por outro lado, os Estados Unidos da América são hoje o terceiro país maior credor de Angola, depois de a dívida aquela que ainda é a maior economia do mundo ter mais do que duplicado (+111,8% desde que João Lourenço venceu as primeiras eleições. Segue-se Israel, cuja dívida caiu 28,1% (será maioritariamente dívida a empresas) e Portugal fecha o top 5 dos credores angolanos. A dívida a este país europeu cresceu 24,5% desde 2017)

Destaque para algumas alterações nas relações que Angola tinha com alguns países antes e depois da era JLo. A Rússia era o sexto país a quem Angola mais devia no final de 2017, um total de quase 1,8 mil milhões USD, mas esses valores foram saldados no final de 2018, de acordo com o relatório do BNA, pelo que hoje já não é credor de Angola. Também o Brasil, um credor quase tradicional de Angola hoje quase não o é. A dívida a este país sul-americano caiu de quase 1,2 mil milhões USD em 2017 para 600 mil USD. Esta descida nos financiamentos parece estar relacionada com a operação 'LavaJato' no Brasil, que pôs fim aos financiamentos a exportações por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (BNDES) a empresas como a Odebrecht, que recebeu 40 financiamentos, no montante de 3.145 milhões USD, mas também à construtora Queiroz Galvão, com 17 contratos (de 317 milhões USD), a Andrade Gutierrez com 12 acordos (276 milhões USD) e a Camargo Correia com 8 acordos (213 milhões USD). A maior parte dos contratos envolveram a construção de obras públicas, nomeadamente infraestruturas rodoviárias, como a Via Expressa, e vários aproveitamentos hidroeléctricos, como Laúca e Cambambe, com obras quase sempre sobrevalorizadas.

Dívida à banca disparou na era JLO

A dívida externa angolana está repartida por três tipos de dívida: dívida comercial, bilateral e multilateral.

A maior parte da dívida externa angolana está concentrada na dívida comercial, nomeadamente a bancos e a fornecedores, tendo crescido 14,9% (+5,0 mil milhões USD) desde o final de 2017. Contas feitas, dos 38,5 mil milhões USD em dívida comercial que Angola tinha por pagar no II trimestre, 90,4% era a bancos.

Segue-se a dívida a instituições multilaterais como Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial ou BAD, que vale hoje 15,4% da dívida externa angolana, ou seja, quase 8,0 mil milhões USD. Esta dívida quase que quadruplicou desde a entrada em cena de João Lourenço (+275,6%) já que contempla o financiamento do Fundo Monetário Internacional ao País, e empréstimos do Banco Mundial para a construção de infraestruturas básicas.

Por fim, a dívida bilateral (país a país), que juntamente com a dívida multilateral tradicionalmente apresenta taxas de juro mais baixas do que a comercial, não pára de cair. No final do IIº trimestre, a dívida externa bilateral caiu 32,7% face a 31 de Dezembro de 2017 para 5,2 mil milhões, ou seja, menos 2,5 mil milhões USD.

Dívida sustentável.

Para já a sustentabilidade da dívida parece estar garantida nesta fase em que os preços do petróleo estão em alta, beneficiando da instabilidade na Europa.

Para 2022, o FMI aponta a um rácio de dívida pública governamental (interna e externa) sobre o PIB na ordem dos 57,9%, abaixo do agora limite legal de referência dos 60%, o que já não acontecia desde 2015. Para não estar a violar a lei do Orçamento Geral do Estado, em 2017, ainda na anterior legislatura, o Governo mudou a lei, para que os 60% do rácio dívida PIB deixassem de ser um limite máximo e passasse a ser apenas um valor de referência. De lá para cá, o rácio da dívida externa governamental sobre o PIB, a bater nos 136,8% devido à baixa de preços do petróleo e à depreciação profunda do Kwanza, deverá baixar para os níveis projectados pelo FMI.

Para os especialistas, só um choque externo como uma nova descida abrupta dos preços do petróleo para valores mínimos, que pusesse em causa a capacidade para Angola honrar os seus compromissos, ou um conflito na sequência dos resultados eleitorais poderá comprometer o objectivo de descida deste rácio numa altura em que a economia angolana até está a crescer, ainda que a valores ainda considerados baixos para a necessidade do País. "Creio que a dívida angolana está sustentável

nesta fase. Apesar da dívida externa continuar a aumentar, o ritmo de crescimento tem abrandado nos últimos 2-3 anos. Por outro lado, o rácio da dívida sobre o PIB está agora numa trajectória descendente depois de ter ultrapassado um nível muito acima dos 100% do PIB em 2019-20. Esta evolução deve-se ao crescimento mais acentuado do PIB nominal e à apreciação do kwanza, já que 75-80% da dívida do País está denominada em moeda estrangeira", sublinhou ao Expansão Tiago Dionísio, economista-chefe da consultora Eaglestone.

4.2 Orçamento Participativo melhora vida dos munícipes de Quilengues

Jornal de Angola

23 De Setembro de 2022

Text: Leonel Kassana

Na localidade do Hepe, não muito distante da vila de Quilengues, província da Huíla e à jusante da EN 105, no corredor da SADC, foi aberta uma grande Chimpaca, importante reservatório de águas pluviais, para mitigar a situação de grande carência, devido à prolongada estiagem, nos últimos quatro anos, em toda a região Sul de Angola.

Localidade de relevante potencial agro-pecuário, Hepe é composta por cerca de quarenta aldeias, que vêm assim, renovadas as esperanças para salvar da sede, milhares de cabeças de gado.

A Chimpaca é acção de maior visibilidade para quem passa por Quilengues e faz parte de um programa, mais ambicioso, na esteira do chamado Orçamento Participativo, posto em marcha pelo Governo angolano e em que o principal actor, na definição das prioridades, são as próprias comunidades.

Trata-se de uma estratégia que a bem dizer, se vem juntar a outros projectos, como o Kwenda, Combate à Fome e a Pobreza, bem como de Intervenção e Integrado nos Municípios, o conhecido PIIM, todos direccionados à satisfação das necessidades da população.

De passagem por Quilengues, pudemos acompanhar todo o processo de escavação da imponente "bacia", concebida para receber todas as águas, que, no tempo das grandes enxurradas, como se espera esse ano, pelas indicações meteorológicas, se espalham por toda a zona pantanosa ou segue para pequenos riachos do Hepe.

Com a abertura da Chimpaca, os tradicionais movimentos de transumância das populações para áreas tidas como seguras, podem ficar para a história.

Responsáveis do programa de gestão do Orçamento Participativo, por cujas mãos o Jornal de Angola esteve no Hepe, acompanharam milimetricamente todo o trabalho da abertura da Chimpaca, fazendo correcções pontuais ao figurino da obra, para que tenham a qualidade e durabilidade requeridas. Afinal, repetiam, são “fundos públicos, que devem ser devidamente aplicados para a satisfação das necessidades da população”.

“Um compromisso e devemos ser responsáveis naquilo que nós pretendemos fazer”, disse-nos o coordenador do Comité Técnico de Gestão do Orçamento dos Municípios de Quilengues, Francisco de Rosário Faustino.

O gestor referiu que o Comité de Gestão quer obras “perfeitas e para durar” e, por isso mesmo, ao constatar alguma imperfeição na execução não hesitou em mandar descer, a máquina, do camião, para a devida correcção da obra da Chimpaca do Hepe.

O Jornal de Angola assistiu o “desembarque” da potente escavadora, que em pouco tempo tornou-se na principal atracção da população do Hepe.

O gesto deve ser assinalado, por sinalizar o caminho do rigor, num país em que muitas obras têm uma fiscalização notadamente duvidosa.

“Olhando para a proposta orçamental, não estávamos satisfeitos com o trabalho feito e fizemos notar, claramente isso. No final, todos saímos a ganhar”, disse Francisco Faustino.

Auscultação exaustiva das comunidades

E no caso da obra do Hepe, o Orçamento Participativo desembolsou mais de 2, 5 milhões de kwanzas. Pode parecer “irrisório”, mas é mesmo esse o valor despendido. Quer o empreiteiro, como o dono da obra, no caso a Administração Municipal estão satisfeitos e já equacionam negociações para próximas empreitadas em Quilengues.

O coordenador do Comité Técnico de Gestão do Orçamento dos Municípios de Quilengues recordou, que é algo previsto no Decreto 235, que fixa em 25 milhões de kwanzas o valor mensal, destinado a acudir “questões pontuais”, que mais afligem os cidadãos. E, decididamente, a falta de água, é nos dias, uma das maiores preocupações em Quilengues.

Algo que seguramente deve deixar muitas noites em claro as autoridades municipais, daí a abertura da Chimpaca do Hepe como projecto de eleição, numa primeira fase.

“Ora, depois de uma auscultação exaustiva sobre os problemas do município de Quilengues, a partir das comunidades do Dinde, Impulo e Sede, o comité aprovou muitos projectos. A Chimpaca do Hepe, para a retenção de água para o abeberamento do gado e não só, é, pois, um desses projectos de grande impacto junto da população”, explicou-nos o coordenador do Comité Técnico.

Francisco Faustino adiantou, entretanto, que para a comuna sede do município de Quilengues foram aprovados cinco projectos, em que se destaca a reabilitação de um posto médico no Tchipamgula, uma localidade que dista cerca de doze quilómetros da sede da vila, um tanque banheiro na localidade da Mussaca, para a assistência alimentar de várias famílias vulneráveis.

“O comité olhou, com grande preocupação, para a situação da grave seca que afectou inúmeras famílias do município e, por isso, aprovou um programa de distribuição de alguns bens alimentares, para minimizar a situação”, referiu o coordenador do Comité Técnico de Gestão do Orçamento do Municípios.

O gesto deve ser, também, assinalado, por sinalizar o caminho do rigor, num país, em que muitas das obras são feitas sem a observância da competente fiscalização

5. GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Estado intensifica fiscalização para avaliar cumprimento do simplifica

Jornal de Angola

07 De Setembro de 2022

Texto: Edno Dala

Pedro Fiete acrescentou, a propósito, que não basta simplificar, é preciso acompanhar o processo, na sua execução, fazendo perceber que o período de adaptação está praticamente ultrapassado, e que nessa altura, está a se encaminhar para uma fase em que serão despoletados os mecanismos de ordem sancionatória.

"Vamos agora fiscalizar, assegurar a formação e, depois, introduzir a dimensão sancionatória no sentido de garantir que as medidas sejam cumpridas e tenhamos uma administração efectivamente simplificada", realçou, afirmando que a vida do cidadão tem de ser realmente facilitada, no que diz respeito ao relacionamento com os Serviços Públicos.

O secretário do Presidente da República para a Reforma do Estado, Pedro Fiete, que abordou o assunto, em declarações ao Jornal de Angola, quando prestava informação adicional sobre o ofício endereçado à Ordem dos Advogados de Angola (OAA), disse que o mesmo chama a atenção sobre a necessidade de cumprimento e aplicação imediata das medidas de simplificação em vigor, por parte desta instituição.

Referiu que a Ordem deve abster-se de exigir aos candidatos, no acto de inscrição de advogados estagiários e não só, a apresentação de requisitos ou documentos já descontinuados. No quadro da fiscalização, fez saber, o Estado já instou um conjunto de instituições públicas, no sentido de as apelar para o cumprimento e aplicação imediata das medidas de simplificação que já estão em vigor.

Pedro Fiete disse que foram constatadas, conforme os relatos de algumas situações pontuais, actos em que "mesmo com a medida em vigor, devidamente aprovada pelo Executivo, "assistimos, na prática, algumas instituições que continuam a exigir dos cidadãos os mesmos documentos que já foram eliminados".

A título de exemplo, apontou a exigência do Certificado de Registo Criminal para efeitos de inscrição e apresentação na Administração Pública, quando este documento já foi eliminado desde o ano passado, através do Decreto 188/21. Porém, de lá para cá, assiste-se, em circunstâncias pontuais, instituições a exigirem ao particular o Registo Criminal, denunciou o secretário do Presidente da República para a Reforma do Estado.

Apesar de não ser observada na generalidade, Pedro Fiete acrescentou que tais situações são pontuais e têm lugar em circunstâncias isoladas, em que se verifica uma espécie de incumprimento e resistência.

Para o secretário do Presidente da República, a maior preocupação do Executivo é que, afinal, a situação não está totalmente resolvida "e ainda temos algumas circunstâncias pontuais que devemos apelar ao cumprimento das orientações constantes do Projecto Simplifica 1.0".

"Apelamos à consciência de cada um de nós, no quadro do funcionalismo público, de cumprirmos com aquilo que é determinado pelo Executivo", pontualizou, referindo, a seguir, que, além disso, "está em curso, também, um programa virado à formação do pessoal que lida directamente com o utente, realçando que, às vezes, a estes não lhes chega a informação sobre a descontinuidade dos documentos em questão.

Formação de quadros

O secretário do Presidente da República para a Reforma do Estado salientou que uma das respostas para a preocupação acima referida, passa pela formação contínua do pessoal de base que lida directamente com o utente.

O Estado, realçou, está a trabalhar, igualmente, num amplo programa de formação de pessoal, no sentido de passar as ferramentas e dar a conhecer as medidas e procedimentos simplificados que têm sido implementados pelo Executivo.

Pedro Fiete exortou os próprios sectores da Administração Pública a colaborarem e a apostarem, permanentemente, na formação do pessoal, evitando, com isso, que se assista, continuamente, a essas situações pontuais de resistência à mudança.

"De nada adianta simplificarmos os procedimentos, e, na prática, continuar-se com os mesmos vícios, que enfermam o funcionalismo público", disse Pedro Fiete.

O que tem de se imprimir, agora, reiterou, é a formação do pessoal e, depois, proceder à fiscalização do cumprimento, dando lugar à dimensão sancionatória, no quadro da responsabilização pelo incumprimento das medidas.

Ordem dos Advogados

Relativamente ao ofício endereçado à Ordem dos Advogados de Angola (OAA), assinado pelo ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República, Adão de Almeida, Pedro Fiete disse que, neste sentido, "o que temos estado a fazer é instar as instituições públicas, apelando que as mesmas cumpram e apliquem, imediatamente, as medidas do Simplifica".

Essa questão, sublinhou, "se enquadra naquilo que chamamos um problema de conduta". "O Executivo está a fazer um esforço de simplificar os procedimentos, mas agora, apela-se ao próprio cidadão e ao funcionário que lida directamente com o utente do Serviço Público, a cumprir com as indicações exigidas pelo Estado", destacou Pedro Fiete.

No quadro da aplicação do Simplifica, o Atestado de Residência, tal como o Registo Criminal, também foi descontinuado, para os cidadãos que tenham o Cartão de Município.

Simplifica 2.0 terá mais impacto na vida do cidadão

Depois de fazer um balanço positivo do Projecto Simplifica 1.0, executado na ordem dos 75 por cento, o secretário do Presidente da República para a Reforma do Estado disse que o Simplifica 2.0 prevê medidas com mais impacto na vida dos cidadãos, tendo destacado a eliminação da Declaração de Homologação de Estudos Superior, que passa a ter uma relação directa entre universidade e INAREES.

No âmbito do Simplifica 2.0, Pedro Fiete apontou o Alvará Comercial, que passa a ser um documento único e vitalício, bem como o Alvará Industrial, que terá o prazo alargado de cinco para dez anos.

O secretário recordou que a segunda fase do Projecto, já aprovada e publicada em Diário da República, no princípio do mês passado, tem a Execução prevista para breve. Assim, o Simplifica 2.0 carece apenas de implementação.

Antes de se aprovar o Projecto Simplifica 2.0, Pedro Fiete esclareceu que se procedeu a um balanço da execução do Simplifica 1.0, executado, até agora, a 75 por cento. Referiu que há, ainda, um caminho a percorrer para que tais medidas sejam desenvolvidas a cem por cento. "Vamos continuar com a mesma

dinâmica, para que a implementação seja cumprida integralmente e, simultaneamente, se arranque com o Simplifica 2.0", concluiu.

5.2 João Lourenço esquiva-se das autarquias, desporto e cultura, mas destaca acções no plano ambiental

Novo Jornal

16 De Setembro de 2022

Texto: Victória Maviluka

Já a radiografia ao sector social do primeiro mandato de João Manuel Gonçalves Lourenço - feita pelo Novo Jornal na sua edição de 747, de 05 de Agosto - apontava para um Presidente da República pouco simpático para as causas culturais e desportivas, não sendo por acaso a quase ausência de registos de JLo em eventos sobre os dois segmentos. Se dúvidas restassem a respeito, o discurso de investidura, proferido nesta quinta-feira, 15, na Praça da República, em Luanda, tratou de as dissipar: João Lourenço não fez referência aos sectores cultural e desportivo. Mas há mais 'ausência' no texto que vale sublinhar: o discurso passou ao lado da abordagem sobre as autarquias, tema, entretanto, que figurou nas suas promessas eleitorais. Um lugar de destaque no referido discurso teve, no entanto, o sector do Ambiente.

Para além da falta de referência aos sectores da Cultura e do Desporto, contrariamente ao discurso de empossamento de 2017, desta vez João Lourenço não fez qualquer alusão à diáspora, num ano em que, sob sua iniciativa, os angolanos votaram pela primeira vez fora do território nacional.

No discurso que marcou o início do seu segundo mandato como Presidente da República, cinco parágrafos foram reservados à abordagem sobre o meio ambiente, um destaque que alimenta as cogitações segundo as quais, na composição do Executivo que irá actuar no próximo quinquénio, esse sector poderá voltar a ser um único departamento ministerial.

João Lourenço precisou que o seu Governo vai continuar a atender aos compromissos mundiais ligados ao meio ambiente, particularmente às acções que visam reduzir a emissão de gases com efeito de estufa, e, desta forma, proteger o planeta das alterações climáticas, que se configuram uma ameaça à humanidade.

"Conjuntamente com as organizações não-governamentais vocacionadas, levaremos acabo programas de educação ambiental, com vista a desencorajar a desflorestação que não obedeça à obrigação da replantação das espécies nativas ou de eucaliptos, assim como combateremos as queimadas realizadas no tempo seco, supostamente consideradas uma tradição ancestral, mas que destrói a flora e a fauna e empobrece os solos aráveis", disse.

De forma detalhada, João Lourenço referiu que o seu Executivo vai prosseguir com as políticas e acções concretas de redução do consumo dos derivados do petróleo e da utilização da lenha para consumo doméstico ou industrial.

Observou que, neste segundo mandato, vai continuar a "investir fortemente" nas fontes limpas de produção de energia 'amigas do ambiente', construindo ou ampliando as barragens hidroeléctricas existentes' e construindo, cada vez mais, parques foto voltaicos de energia solar e em projectos de hidrogénio verde.

"Apoiaremos todas as iniciativas de protecção de espécies vegetais e animais ameaçadas ou em vias de extinção como os mangais, a tartaruga marinha, os elefantes, os hipopótamos, os rinocerontes, os gorilas, chimpanzés, macacos e outros", pormenorizou.

Combate à corrupção: PR privilegia pedagogia

Tido como uma das bandeiras do mandato de estreia à frente dos destinos do País, o combate à corrupção teve uma curta abordagem no discurso de investidura de João Lourenço para o segundo mandato como Presidente da República.

Num único parágrafo, o PR preferiu chamar pelo lado pedagógico sobre uma frente que, entre 2017 e 2022, produziu, tanto no plano político como nos corredores da Justiça, mediáticos episódios, que terão motivado o surgimento de duas facções no seio do partido dos 'camaradas': os 'lourencistas', apoiantes e protegidos de João Lourenço, e os 'marimbondos' ou também designados 'eduardistas', tidos como 'fiéis' ao falecido Presidente José Eduardo dos Santos.

"Vamos todos trabalhar na educação das pessoas para a necessidade da mudança de paradigma, de vícios, más práticas e maus comportamentos instalados e enraizados há anos", apelou João Lourenço, numa alusão que pode ser entendida como o prenúncio de uma nova forma de abordar o combate à corrupção.

Maior abertura à fiscalização ao Governo?

No discurso feito nesta quinta-feira, 15, na Praça da República, perante milhares de participantes, João

Lourenço prometeu uma governação que estará à disposição de ser fiscalizado por vários segmentos, da política à sociedade civil, o que poderá ser entendido como uma maior abertura à fiscalização ao seu Executivo, um procedimento de que muito se bateu a oposição no anterior mandato de JLO.

"Vamos governar contando com a participação e o escrutínio de todos, dos deputados eleitos da Assembleia Nacional, das organizações não-governamentais, das classes profissionais, dos sindicatos, do sector empresarial privado organizado em diferentes associações, dos académicos, das igrejas reconhecidas e dos médias", observou.

Foi a primeira vez que Angola, através das suas estruturas superiores, tomou uma posição expressa sobre a guerra na Ucrânia. Diante de várias figuras internacionais que assistiram à sua investidura, entre Chefes de Estado e de Governo e corpo diplomático, João Lourenço, para além de assinalar a sua diplomacia em prol do alcance da paz e estabilidade em África, apelou à Rússia para pôr termo ao conflito com a Ucrânia, que já dura oito meses.

"A história das duas guerras mundiais e de outras guerras mais localizadas e suas consequências para a humanidade ensinou-nos que devemos desencorajar ou lutar pelo fim de qualquer guerra que surja como forma de resolução de conflitos eventualmente existentes entre países soberanos.

Independentemente das razões que estejam na base da mesma, essa não é, com certeza, uma solução que se recomende, uma vez não ser expectável, nesses casos, uma vitória simplesmente militar", descreveu João Lourenço.

Em relação à guerra na Ucrânia, observou que o conflito provocou já "um elevado" número de mortos, feridos, refugiados e "urna grande destruição" do património e de infraestruturas, com implicações na paz e na economia mundial.

"Angola tem sempre defendido a importância do recurso ao diálogo e à resolução pacífica dos conflitos, primando pelo respeito inequívoco do Direito Internacional. Nesta conformidade, e tendo em conta a necessidade de se evitar o escalar do conflito, consideramos importante que as autoridades russas tomem a iniciativa de pôr fim ao conflito, criando, assim, melhor ambiente para se negociar uma nova arquitectura de paz para a Europa e abrir o caminho para a tão almejada e necessária reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas", concluiu.

5.3 Presidente esquece autarquias no discurso de tomada de posse

Jornal Expansão

16 De Setembro de 2022

Texto: João Armando

Esperava-se que o Presidente falasse sobre as autarquias, até porque foi um dos temas mais discutidos durante a campanha eleitoral, tendo num dos seus discursos prometido que era um processo que iria andar depressa, com a aprovação rápida da legislação que falta e marcação das primeiras eleições locais num prazo máximo de dois anos.

No entanto, os resultados eleitorais, em especial a 'hecatombe' em Luanda, aconselha a um prazo maior para que o partido possa recuperar a sua imagem, sendo que o novo governador de Luanda precisará de tempo para inverter esta tendência. Talvez por isso o Presidente da República tenha dito metido travão, no seu discurso de tomada de posse: "continuaremos com a governação local no formato estabelecido, onde procuraremos, nas nossas deslocações ao interior' falar com as autoridades, mas também com as diferentes franjas representativas da sociedade cada província". Na verdade, mais do que um travão é um passo atrás neste processo.

Também de destacar neste discurso as palavras para as Forças Armadas, que se sabe têm algumas franjas que manifestam insatisfação nas redes sociais face à perda de benesses que mantêm há muitos anos. "Encontraremos as melhores soluções de financiamento para o reequipamento e modernização das Forças Armadas Angolanas, para as colocar ao nível do prestígio grangeado ao longo dos tempos", disse João Lourenço, prometendo também que vai resolver rapidamente a questão das remunerações: "a formação contínua dos efectivos assim como a melhoria das condições de aquartelamento das tropas e dos seus salários é algo a que nos dedicaremos logo nos primeiros dias da entrada em funcionamento do Executivo."

E aproveitou o embalo das palavras para valorizar o facto de Angola se ter aberto ao mundo nos últimos anos, naquilo que chamou de "diplomacia dinâmica", realçando o facto de o País ter vindo a ganhar prestígio a nível do continente e do mundo pelo seu papel na resolução de alguns conflitos na região da SADC e da CIRL, de que são exemplo os casos da República Centro Africana, Ruanda e RDC, e ainda o conflito entre o Uganda e o Ruanda. Angola tem sido um mediador reconhecido em todos estes processos de busca pela paz.

Os refugiados são todos iguais

Nesta senda dos conflitos internacionais, João Lourenço falou depois para os convidados estrangeiros deixando um claro sinal daquilo que pensa relativamente à forma como os conflitos no mundo são tratados pelas instituições internacionais.

"E hora de o Mundo começar a encarar a necessidade de salvar e proteger a vida humana por igual, sem preconceitos de ordem racial, religiosa ou de qualquer outro tipo. Todas as vítimas das guerras, dos conflitos armados, das calamidades naturais, devem merecer o nosso carinho, a nossa atenção, a nossa solidariedade", disse, acrescentando com convicção que "as Nações Unidas devem ser o guia regulador do equilíbrio necessário na acção das organizações humanitárias internacionais, para que não se concentrem as atenções apenas no atendimento a um tipo de necessitados, em função da sua origem. Os refugiados da Síria, do Iémen, dos países do Sahel, da Somália, do Tigraye de outras partes do mundo merecem igualmente a atenção das agências internacionais humanitárias."

Centrou-se depois numa análise mais vocacionada para o que está a acontecer na Ucrânia, e reposicionou a posição do governo nesta questão: "Tendo em conta a necessidade de se evitar o escalar do conflito, consideramos importante que as autoridades russas tomem a iniciativa de pôr fim ao conflito, criando assim um melhor ambiente para se negociar uma nova arquitectura de paz para a Europa e abrir o caminho para a tão almejada e necessária reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Discurso para dentro

A primeira parte deste seu discurso foi feito para dentro, para os angolanos. Prometeu que iria manter a atenção na busca permanente para a solução dos problemas dos angolanos, mantendo a mensagem que usou na campanha eleitoral: "Continuaremos a trabalhar em políticas e boas práticas para incentivar e promover o sector privado da economia, para aumentar a oferta de bens e serviços de produção nacional, aumentar as exportações e criar cada vez mais postos de trabalho para os angolanos, sobretudo para os mais jovens".

Neste particular esperava-se que o Presidente João Lourenço dedicasse mais tempo deste seu discurso aos jovens, que são a franja de população que se apresenta mais descontente, que tem mais dificuldade em lidar com os problemas de emprego, formação, acesso à habitação, segurança, etc.

Mais à frente, ainda voltou ao tema, garantindo: "prestaremos atenção particular à formação académica e técnico-profissional dos jovens, para estarem melhor preparados a enfrentar as oportunidades que surgem no mercado de trabalho, cada vez mais exigente e competitivo de hoje".

O Presidente alavancou depois alguns dos grandes projectos que estão em desenvolvimento no país. "Vamos dar continuidade e concluir os projectos públicos de infra-estruturas, como o porto comercial de águas profundas do Caio, em Cabinda, os aeroportos de Cabinda, de Mbanza Congo e o Internacional António Agostinho Neto em Luanda, as refinarias de petróleo de Cabinda, do Soyo e do Lobito, Pólo de Desenvolvimento da Barra do Dande, a barragem hidro - eléctrica de Caculo Cabaça, a interligação dos sistemas norte-centro-sul e leste da rede nacional de electricidade e a construção dos parques fotovoltaicos de energia para grande parte do país", prometeu.

Sobre aquilo que foi a sua grande bandeira no início do primeiro mandato, apenas uma frase, "a sociedade angolana e os competentes órgãos de Justiça vão prosseguir com o seu trabalho de prevenção e combate contra a corrupção e a impunidade que ainda prevalece".

Um discurso menos empolgante do que aconteceu há cinco anos, também resultado do que aconteceu a cinco anos, também resultado das actuais condições. Isto numa cerimónia que culminou com um desfile militar que durou quase duas horas, uma mensagem que pode ser interpretada de vários ângulos.

5.4 Orçamento Participativo melhora vida dos munícipes de Quilengues

Jornal de Angola

23 De Setembro de 2022

Leonel Kassana

Na localidade do Hepe, não muito distante da vila de Quilengues, província da Huíla e à jusante da EN 105, no corredor da SADC, foi aberta uma grande Chimpaca, importante reservatório de águas pluviais, para mitigar a situação de grande carência, devido à prolongada estiagem, nos últimos quatro anos, em toda a região Sul de Angola.

Localidade de relevante potencial agro-pecuário, Hepe é composta por cerca de quarenta aldeias, que vêm assim, renovadas as esperanças para salvar da sede, milhares de cabeças de gado.

A Chimpaca é acção de maior visibilidade para quem passa por Quilengues e faz parte de um programa, mais ambicioso, na esteira do chamado Orçamento Participativo, posto em marcha pelo Governo angolano e em que o principal actor, na definição das prioridades, são as próprias comunidades.

Trata-se de uma estratégia que a bem dizer, se vem juntar a outros projectos, como o Kwenda, Combate à Fome e a Pobreza, bem como de Intervenção e Integrado nos Municípios, o conhecido PIIM, todos direccionados à satisfação das necessidades da população.

De passagem por Quilengues, pudemos acompanhar todo o processo de escavação da imponente "bacia", concebida para receber todas as águas, que, no tempo das grandes enxurradas, como se espera esse ano, pelas indicações meteorológicas, se espalham por toda a zona pantanosa ou segue para pequenos riachos do Hepe.

Com a abertura da Chimpaca, os tradicionais movimentos de transumância das populações para áreas tidas como seguras, podem ficar para a história.

Responsáveis do programa de gestão do Orçamento Participativo, por cujas mãos o Jornal de Angola esteve no Hepe, acompanharam milimetricamente todo o trabalho da abertura da Chimpaca, fazendo correções pontuais ao figurino da obra, para que tenham a qualidade e durabilidade requeridas. Afinal, repetiam, são "fundos públicos, que devem ser devidamente aplicados para a satisfação das necessidades da população".

"Um compromisso e devemos ser responsáveis naquilo que nós pretendemos fazer", disse-nos o coordenador do Comité Técnico de Gestão do Orçamento dos Municípios de Quilengues, Francisco de Rosário Faustino.

O gestor referiu que o Comité de Gestão quer obras "perfeitas e para durar" e, por isso mesmo, ao constatar alguma imperfeição na execução não hesitou em mandar descer, a máquina, do camião, para a devida correcção da obra da Chimpaca do Hepe.

O Jornal de Angola assistiu o "desembarque" da potente escavadora, que em pouco tempo tornou-se na principal atracção da população do Hepe.

O gesto deve ser assinalado, por sinalizar o caminho do rigor, num país em que muitas obras têm uma fiscalização notadamente duvidosa.

“Olhando para a proposta orçamental, não estávamos satisfeitos com o trabalho feito e fizemos notar, claramente isso. No final, todos saímos a ganhar”, disse Francisco Faustino.

Auscultação exaustiva das comunidades

E no caso da obra do Hepe, o Orçamento Participativo desembolsou mais de 2, 5 milhões de kwanzas. Pode parecer “irrisório”, mas é mesmo esse o valor despendido. Quer o empreiteiro, como o dono da obra, no caso a Administração Municipal estão satisfeitos e já equacionam negociações para próximas empreitadas em Quilengues.

O coordenador do Comité Técnico de Gestão do Orçamento dos Municípios de Quilengues recordou, que é algo previsto no Decreto 235, que fixa em 25 milhões de kwanzas o valor mensal, destinado a acudir “questões pontuais”, que mais afligem os cidadãos. E, decididamente, a falta de água, é nos dias, uma das maiores preocupações em Quilengues.

Algo que seguramente deve deixar muitas noites em claro as autoridades municipais, daí a abertura da Chimpaca do Hepe como projecto de eleição, numa primeira fase.

“Ora, depois de uma auscultação exaustiva sobre os problemas do município de Quilengues, a partir das comunidades do Dinde, Impulo e Sede, o comité aprovou muitos projectos. A Chimpaca do Hepe, para a retenção de água para o abeberamento do gado e não só, é, pois, um desses projectos de grande impacto junto da população”, explicou-nos o coordenador do Comité Técnico.

Francisco Faustino adiantou, entretanto, que para a comuna sede do município de Quilengues foram aprovados cinco projectos, em que se destaca a reabilitação de um posto médico no Tchipamgula, uma localidade que dista cerca de doze quilómetros da sede da vila, um tanque banheiro na localidade da Mussaca, para a assistência alimentar de várias famílias vulneráveis.

“O comité olhou, com grande preocupação, para a situação da grave seca que afectou inúmeras famílias do município e, por isso, aprovou um programa de distribuição de alguns bens alimentares, para minimizar a situação”, referiu o coordenador do Comité Técnico de Gestão do Orçamento do Municípios.

O gesto deve ser, também, assinalado, por sinalizar o caminho do rigor, num país, em que muitas das obras são feitas sem a observância da competente fiscalização

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Comércio, consumo e construção valem dois terços do malparado na banca

Jornal Expansão

02 De Setembro 2022

Texto: Joaquim José Reis

Por cada 1.000 Kz de crédito malparado na banca no final do ano passado 380 Kz estavam no sector do comércio, 210 Kz eram relativos a crédito a particulares, geralmente associado a crédito ao consumo, e 70 Kz estavam no sector da construção, de acordo com O relatório de Estabilidade Financeira anual de 2021 do Banco acional de Angola (B A).

Segundo o relatório, no final de 2021 crédito vencido mal parado cifrou-se em 958,5 mil milhões Kz, representando um crescimento de 35,46% face ao final de 2020 e estava concentrado em três sectores da actividade económica: comércio por grosso e a retalho (38%), particulares (21%) e construção (7%). Contas feitas, 364,2 mil milhões Kz do mal parado na banca estava no sector do comércio por grosso e a retalho, 201,3 mil milhões Kz do crédito vencido pertencia a particulares e 67,1 mil milhões estava no sector da construção, o que dá um total de de 632,6 mil milhões, equivalentes a 66% dos 958,5 mil milhões Kz em mal parado.

Ainda segundo o relatório do banco central, para mitigar eventuais impactos negativos do risco de crédito, decorrente do aumento do nível de incumprimento, os bancos constituíram imparidades para perdas de créditos nos seus balanços no valor agregado de 1.594,02 mil milhões Kz em Dezembro de 2021. "Neste contexto, destacam-se os bancos públicos, cuja taxa de imparidades sobre o stock de crédito situou-se em 65,48%, sendo superior à taxa verificada na carteira de crédito dos bancos privados nacionais e das filiais de bancos estrangeiros, o que reflecte um maior risco de crédito por parte dos bancos públicos", pode ler-se.

O malparado é quase uma doença crónica do sistema financeiro angolano, que convive com a alta inflação e as sucessivas crises económicas do País, onde o desemprego é elevado e o maior empregador continua a ser o sector informal. O rendimento das famílias tem vindo a cair ano após ano desde a crise do petróleo de 2014 (68% de quebra de compra entre 2014 e 2021), milhares de empresas têm

desaparecido e tudo isto acaba por estar na base do incumprimento bancário. E não esquecer aquilo que dentro da banca são considerados os "créditos marimbondos", com algumas Pessoas Politicamente Expostas (em alguns casos ac- que receberam créditos bancá- rios e nunca os reembolsaram.

Ainda assim, o crédito vencido na banca tem vindo a cair (apesar de algumas ligeiras subidas e descidas em alguns meses) desde Junho de 2019, quando se registou o mais elevado mal parado em Angola. A limpeza do balanço do BPC, que cedeu à Recredit pela segunda vez uma carteira de crédito de cobrança duvidosa, em Junho de 2020, no valor de 950 mil milhões Kz, com o 'banco mau' a pagar apenas 57 mil milhões Kz, provocou uma queda vertiginosa no total do malparado da banca naquele período (ver gráfico). Terá sido importante para esta descida do malparado em Angola a presença do Fundo Monetário Internacional (FMI), que no âmbito do programa de financiamento ampliado (financiamento a troco de reformas) forçou o regresso da Recredit à sua missão inicial, que era de exclusividade ao BPC.

Após o fim do programa, a instituição multilateral deixou alguns recados naquele que foi o relatório sobre a sexta e última avaliação ao cumprimento do programa de financiamento am- pliado (2019-2021), onde apesar de referir que Angola fez "progressos substanciais nas refor- mas do sector financeiro", sublinhou que o País precisa de "prosseguir com os esforços para assegurar a saúde do sector" bancário, alterando para a necidade de se implementar " planos para fazer face ao ainda elevado nível de crédito malparado". Neste sentido, refere o relatório, o banco central "começou a intensificar as suas acções de supervisão para assegurar que os bancos (os mais pequenos em particular) desenvolvem planos ambiciosos de redução de malparado, com metas calendariza- das para essa redução. a carta que a equipa económica do Governo enviou ao fundo, e que faz parte deste relatório , foi referido que será intensificado" ainda mais o controlo de supervisão com particularidade atenção às carteiras de crédito dos bancos mais afectadas pela covid-19 e aos bancos mais pequenos"

6.2 Abertas as inscrições para a centralidade

Jornal de Angola

09 De Setembro de 2022

Texto: Domingos Calucipa I Ondjiva

As inscrições para as moradias da centralidade D. Guimarães Kevanu, em Ondjiva, no Cunene, estão

abertas, com 339 residências disponíveis, das 484 erguidas na primeira fase do projecto.

O portavoz da comissão organizadora do concurso de acesso às moradias da centralidade disse que as inscrições dos candidatos decorrem de 5 a 9 deste mês e estão abertas a funcionários de instituições públicas e privadas, com destaque aos jovens

Ezequias Valungameka informou que o processo de candidaturas está dividido em duas fases, sendo a primeira institucional, direccionada às inscrições dos combatentes e as pessoas portadoras de deficiência

As instituições públicas e privadas, explicou, devem realizar sorteios internos para escolher os sorteados e depois enviar a lista à comissão. "Só depois destes e que vai ser anunciada a data das inscrições para o público", contou. Para obter uma casa, acrescentou, existem três modalidades de pagamento. "Quem concorrer para o pagamento resolúvel tem de ter um rendimento mínimo de 122.475 kwanzas, enquanto no arrendamento precisa auferir acima deste valor", adiantou.

Dos 484 apartamentos, 50 são reservas do Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do território e 24 estão destinados aos antigos combatentes.

6.3 Detido funcionário da habitação por falsidade informática

Jornal O País
09 De Setembro

Inaugurada em Novembro de 2020, o projecto habitacional, construído no município da Caála, possui quatro mil e uma moradias de tipologia T3, entre apartamentos e vivendas em formato de térreas e duplex, que foram comercializadas na modalidade de renda resolúvel, com o pagamento mensal de 31 mil Kwanzas, arrendamento (12 mil/mês) e pronto pagamento no valor de sete milhões, a serem pagos em duas prestações.

O facto foi tornado público ontem, quinta-feira, pelo director do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa da Delegação do Ministério do Interior no Huambo, Martinho Kavita Satito, quando apresentava, em conferência de imprensa, o balanço das actividades operativas desenvolvidas nos últimos 30 dias pelas forças de segurança. O superintendente-chefe da Polícia Nacional informou que o funcionário em causa, de 32 anos de idade, é indiciado na prática de invasão do sistema de dados do departamento de Habitação na província

Huambo e, com isso, apagar as dívidas referentes às prestações mensais dos proprietários das moradias, na modalidade de renda resolúvel e arrendamento, em troca de valores monetários. Segundo Martinho Kavita Satito, o acusado foi detido, em coordenação com a Inspeção Geral da Administração do Estado (IGAE), mediante denúncia de uma das vítimas, nomeadamente que procedia à recepção de 25 mil Kwanzas para executar mais um acto que consistia em facilitar o juro de mora de um dos moradores da centralidade.

Na sequência, disse que foi apresentado ao Ministério Público para dar continuidade aos procedimentos legais, com vista a aferir o seu grau de culpabilidade, para a devida responsabilização civil e criminal. O responsável informou que, na mesma quarta-feira, um cidadão nacional, de 18 anos de idade, foi detido, no município do Bailundo, por violação sexual de uma gestante. Acrescentou que, em 30 dias, foram presos 115 cidadãos e desmanteladas três associações de malfeitores, indiciados na prática de crimes de homicídios, ofensas corporais, detenção de armas proibidas, tráfico de munições, furto e roubo qualificado, entre outros delitos, resultantes de 70 micro-operações e buscas dirigidas, realizadas em todos os municípios da província.

6.4 Baixos salários e burocracia: entre os males da fraca adesão ao crédito habitacional

Jornal O País
23 De Setembro de 2022
Texto: Milton Manaça

Os vários projectos habitacionais, dizem estar longe de conhecer grandes solicitações, sendo que em alguns casos nem em dois dígitos chegaram até ao momento, desde a entrada em vigor do Aviso 09 do Banco Nacional de Angola (BNA), a 6 de Junho do corrente ano.

Um dos exemplos vem da Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola (APIMA), uma das mais referenciadas do país, constituída em 2009. Dentre os vários projectos de prestígio que representa, está o Glakeni, Boa Vida e o Kikuxi Village. Porém, destes, o último tinha apenas nove clientes com processos em bancos até ao dia 12 do corrente mês.

O rol de obstáculos elencados pelo Presidente da APIMA, Cléber Correia, é extenso, sendo de destacar quatro principais a que denomina de 'entraves',

nomeadamente o excesso de burocracia nos bancos comerciais, baixo poder de compra da população, custo dos imóveis e imóveis sem documentação hábil.

Cléber Correia, acusa os bancos de pedir documentos que não são necessários, sublinhando que muitos o fazem por desconhecimento e fecham-se deixando de atender os clientes e as imobiliárias.

Entre os processos que considera desnecessários e que alega estar a ser solicitado, está a escritura do imóvel, estudo de impacto ambiental e atestado de desanexação.

É necessário um poder de recuperação muito grande da população para poder chegar aos níveis de 2014".

O líder da APIMA entende que nível a baixa da adesão ao crédito habitacional se justifica também pelo facto de os salários se manterem os mesmos desde 2014. Para alguém aderir aos 27 milhões de Kwanzas de crédito, explica o imobiliário, precisa ganhar 490 mil, lembrando que quem ganhava 2 mil dólares em 2014, equivalia a 200 mil Kz e hoje essa pessoa ganha pouco mais do que isso, quando deveria ganhar 900 mil Kz. "É necessário um poder de recuperação muito grande da população para poder chegar aos níveis de 2014", realça.

Redução de juros

De outra forma, a APIMA propõe a redução de juros, com taxas de 2.5% para imóveis (terrenos) até 5 milhões de Kz, que na altura eram USD 10 mil e juros de 5% para imóveis de até 20 milhões de kwanzas. Deste jeito, os imobiliários entendem que já se consegue ter um número maior de pessoas a aceder.

O interlocutor aponta que muitos dos problemas apontados são antigos, tendo considerado que o sector da construção tem os mesmos problemas desde 2010. E "não existe economia pujante sem o mercado da construção civil aquecido", sustentou.

Caso não haja correcção de algumas situações, Cléber Correia salienta que a resolução dos problemas de habitação podem levar mais de 20 anos a serem solucionados, em função de condição de vida da população.

Para ele, só pode haver casa barata com terrenos infra-estruturados baratos, mas alerta que neste quesito existe também burocracia, pois "o Estado demora para dar direito de superfície mas tem a EGTI que te vende terreno com documentos a 100 dólares/m²".

Custos de licenças elevadas

Para agilizar o surgimento de projectos imobiliários com preços atractivos, as imobiliárias endereçaram em Maio do corrente, propostas a diferentes departamentos ministeriais, governos provinciais, Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda (IPGUL) e administrações municipais. Às administrações solicita-se a criação de um balcão único do imóvel, definição e implementação de processos digitais para os casos de emissão de direito de superfície de aprovação de projectos, tomar o processo de aprovação totalmente digital no que diz respeito aos documentos a apresentar para a aprovação de projectos.

Aos governos provinciais, pede-se a diminuição dos custos das licenças e outros emolumentos tomar gratuitos os processos de renovação de licenças de obras durante as duas primeiras renovações.

Venda de terrenos

Queixam-se ainda da ausência de uniformidade na venda de terrenos por parte do Estado, e solicitam a divulgação de uma tabela com o custo por metro quadrado de venda de terrenos para cada região do País, sendo inicialmente divulgado os custos para Luanda. Solicitam a elaboração de um novo diploma que exija que os imóveis em forma de loteamentos só possam ser vendidos, tanto por entidades públicas, como por privados, desde que estejam inscritos na conservatória do registo predial, ou seja, a proibição de venda de imóveis sem registo na conservatória.

Para as imobiliárias, a revisão à Lei de Terras, particularmente o Artigo 61, facilitaria a penetração de investimento estrangeiro em Angola. Propõem também que se eleja um banco que dinamize os fundamentos à habitação social por falta de existência de um banco que concentre os esforços de dinamização de crédito para o sector.

6.5 Moradores dos "Ossos" sobrevivem apenas com luz eléctrica, mas com muitas carências

Jornal Metropolitano de Luanda
5 De Setembro de 2022

Texto: Arcângela Rodrigues

Localizado no Cazenga, o bairro dos Ossos, tal como o nome indica, foi sempre um local para acolher restos. Ou seja, além de servir de lixeira para ossadas de animais, também albergava quem não tivesse outro lugar para viver e fosse lá parar. Desde as

décadas de 70/80 que, em Luanda, passou-se a ouvir falar do bairro dos Ossos, pouco ou nada mudou para melhor. A tendência é piorar, a julgar pelo índice de criminalidade e outras carências.

A atualmente, os moradores para definir o estado lastimável em que se encontra o bairro, utilizam as seguintes expressões: "o bairro dos Ossos, já era"; "está mal com a criminalidade": "ninguém mais anda à vontade"

O senhor CS foi mais dramático: " a partir das 17 horas, o recolher é obrigatório para todos os moradores", disse quando foi abordado pela repórter do Jornal Metropolitano de Luanda. Na rua, enquanto ajudava o vizinho a reparar uma viatura, o mais velho CS descreve o bairro dos Ossos, começando por dizer que aos adolescentes e jovens to- maram conta do bairro.

"Miúdos que vimos a nascer e crescer, criaram grupos que andam às rixas, Estão a desestabili- zar a vizinhança. Eles roubam, agredem e tiram a vida das pessoas sem piedade. O que aconte- ce aqui só visto, contado ninguém acredita. Das 17 às 5 horas da manhã, ninguém mais pode circular. Mesmo em casa não há seguran- ça, porque os marginais arrombam as portas, portões e os gradeamentos", detalha.

Morador, há 38 anos, CS (como decidimos tratar a nossa fon- te por razão de segurança) acre- dita que ainda vive ali pela graça de Deus, " pois não é todos os dias que um morador dorme e acorda com vida. Quando Deus te concede esta graça é mesmo de agradecer. Os marginais aqui não estão para brincadeira. Quando entram em casa de alguém ou te apanham na rua é mesmo para tirar a vida ou dar surra de catana ”, alerta o também propetário de uma cantina que tem sido assaltado com frequência .

“ Nem com os agradecimentos minha cantina está em seguran- ça. Os amigos do alheio rebentam com tudo, conseguem entrar e roubar o que bem lhes apetece", lamenta.

O bairro dos Ossos, de acordo com o depoimento do morador CS, não tem sequer uma esqua-dra de polícia. O índice de cri- minalidade aumentou, por falta de policiamento.

“ Até o ano passado, havia uma esquadra de Polícia, as coisas estavam controladas. Depois desta ter sido queimada por delinquen- tes do bairro, tudo desgovernou-se. Ao redor do bairro existem duas esquadras de polícia, a do mercado dos Kwanzas e Nguanhã, mas, em nada apoiam os moradores do bairro dos Ossos. Os marginais desafiam a Polícia", revelou.

6.6 De casas rústicas a uma grande zona de negócios

Jornal Economia e Finanças

23 De Setembro de 2022

Texto: António Eugénio

Há 30 anos, o bairro do Gamek, localizado no distrito Urbano da Maianga, no município de Luanda, província homónima, servia de tampão do Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro. Constituído, na época, por casas rústicas, o bairro estava ladeado de plantações, com realce para as mandioqueiras, manguieiras e cajueiros. Imperava, no passado, pequenas quitandas.

De lá para cá, o bairro tornou-se num centro gigante económico. Na zona há "pesados" negócios, desde a banca, seguradora, comércio, centro integrado denominado "Nosso (Centro", stand de carros, super- mercados, enfim. Tem tudo ... Diariamente, movimentam- -se milhões de kwanzas, propor- cionando milhares de empregos formais, informais, temporários e eventuais, dominados na sua maioria por jovens.

Serviços diversificados Salta à vista, os serviços de transporte público inter-provinciais. Há um conglomerado destes serviços, dominado pelo sector privado. Mais de 10 agentes privados operam no Gamek. O gigante no segmento chama-se macon.

A macon agigantou-se, mas não engoliu os pequenos e em fase inicial. Ao contrário, estão a consolidar e avolumar a carteira de negócio. O mercado está aberto e competitivo, com o preço a determinar a procura. A partir do Gamek, o interessado pode viajar para o Norte, Sul, Leste e Centro de Angola. Em qualquer altura do dia, há autocarros inter-provinciais e carros de diversas cilindradas. Prontos a carregar.

As operações de carreira da macon percorrem as estradas de 17 províncias de Angola. Assegurado por centenas de autocarros, com capacidade para 48 passageiros por viagem. O percurso diário chega aos milhares de quilómetros. Há autocarros a sair todos os dias.

Depois de ter consolidado o negócio em Angola. Os gestores internacionalizaram para Namíbia e Zâmbia em 2018. Tempo depois chegou tam- bém nas estradas da República Democrática do Congo, a Norte de Angola.

No Norte de Angola os auto- carros operam nas linhas Kinshasa/Luanda via LuvuKinshasa/Matadi e Kinshasa/ Boma, uma operação assegurada por oito

autocarros. Porém, estão paralisadas há algum tempo por questões técnicas. Para a expansão do negócio da macon a bilheteira e reestruturação das bases, o investimento chegou na ordem dos 1.500 milhões de dólares, até 2018.

Entretanto, consta que o trabalho da operadora é assegurado por cerca de 2-910 trabalhadores, até àquela data. As bases de atendimento em Luanda estão localizadas nos bairros do Gamek, Golf 2, Zango, Kilamba em Luanda. Além de despachar passageiros, tem também atendimentos de carga, encomendas, aluguer e fretamento.

Preços

O custo do bilhete depende da distância do local. Quanto maior for a distância, maior é o custo. Por exemplo, numa viagem de Luanda para Santa Clara, na República da Namíbia, o cliente paga 30.600 kwanzas. Desta forma, uma viagem com o autocarro com 48 passageiros.

A operadora factura cerca de 2 milhões 880 mil kwanzas. Isto é, ida e volta. Se o auto carro estiver lotado. Em três viagens semanais para aquela localidade, a factura chega a mais de 6 milhões de kwanzas. Uma viagem para o Leste de Angola, como em Lucapa, na Lunda-Norte, o bilhete custa 33.400 kwanzas. Contas feitas numa viagem ida e volta a factura chega na ordem de 3. 206.400 kwanzas para a macon. Enquanto o passageiro, desembolsa 66.800 pela ida e volta.

Já uma viagem para o município do Xangongo, província do Cunene, o viajante paga 28.200 pelo bilhete. Ida e volta. Ao todo a empresa do autocarro lotado de passageiros, numa viagem de ida e volta factura 2.707-200 kwanzas.

Uma viagem para o município do Dundo na província da Lunda-Norte, o cliente paga 56. 400 kwanzas, isto é, um pacote de ida e volta. A macon factura no mesmo processo 2-707-200 kwanzas. Contudo, na viagem de Ochicango na Namíbia para a capital Windhoek, o bilhete vale 350 rands.

O bilhete mais baixo datransportadora macon é registado no percurso entre a localidade do Dondo, no Cuanza-Norte, onde se pag a 4.300. Luanda, Ndalatando com 4.500 kwanzas e para Cacuso 5.500 kwanzas em Malanje. Desta forma uma viagem completa para o Dondo vale 206. 400 kwanzas. Só para começar dos preços mais altos e mais baixos praticados pela macon. Na zona do Luvu, fronteira com a República Democrática do Congo, as viagens ainda estão paralisadas por questões técnicas.

Custo da bagagem

Na macon, o cliente pode pagar também pela bagagem. Por uma carga de 25 quilogramas, o passageiro paga uma quantia de 750 kwanzas, por 50 quilogramas 1.500 kz, um saco de 100 quilogramas 2.500 o de 150 kg, custa 3.000,00 kz.

Um cesto pequeno paga 300 kwanzas, um cesto grande 500 kwanzas, uma caixa térmicagrande cheia, 2.500, média 2 mil. Um bidão de 20 litros paga pela transportaçã 300 kwanzas, um balde 100 litros 2 .500 kwanzas.

Serviços diferenciados

Dentro do terminal da macon no Gamek, na zona de embarque, funcionam vários serviços de apoio, que directamente e indirectamente empregam mais de 15 jovens. Uma delas é a limpeza do terminal, p.ara além da área dos serviços de segurança.

No interior tem também uma pastelaria bem apetrechada. Mais de uma dezena de jovens, asseguram o serviço. Os preços praticados no local são proibitivos. Um refrigerante ou cerveja custa 400 kwanzas.

Maria Fernanda sorridente, na sala espera pelo embarque para o Lubango. Pede uma cerveja, mais outra. E fica a deliciar a bebida. Ao todo paga 10 mil kwanzas. Exclamou. "É muito dinheiro, xé". Outros perguntam e passam de fininho.

Há também um quiosque, onde comercializa livros, jornais e revistas. Há também um serviço virado à venda de telemóveis. Cerca de 12 jovens asseguram o trabalho. Um movi- mento no interior gira à volta do negócio.

Na sala de desembarque há também uma esplanada. Serve-se de tudo. Mais de sete jovens asseguram o funcionamento do estabelecimento, conta o gerente da unidade. Há muita gente a relaxar, enquanto esperam pela bagagem. A unidade vai facturando.

João Bernardo faz parte do grupo. Reclama; "Está muito caro. Uma cerveja 400 kwanzas! Não!" Sai a passos largos em direcção à porta. Lá estava uma jovem a comercializar a cerveja no valor de 200 kwan- zas uma garrafa.

No recinto das estruturas da macon estão atrelados muitos serviços. Terminais Automáticos do Banco Huambo, óptica, e comércio geral. Movimentam muito dinheiro. É um verdadeiro centro de negócios.

A escassos passos do edifício, há um comércio informal a funcionar em grande. Vende-se comida, frutas, vestuário, calçados, telemóveis e bebidas. A informalidade pode ter naquele espaço, mais de duas centenas de pessoas envolvidas em negócios.

7. TERRA

7.1 Área cultivada de Luanda cresce 34%

Jornal Economia e Finanças
2 De Setembro de 2022
Texto: António Eugénio

A produção agrícola na província de Luanda, durante o período 2019- 2022, registou um aumento de 34 por cento de área cultivada e 19,2 por cento na produção, quando comparada ao período homólogo de 2018 -2021.

No referido período, foram colhidos 410 mil 034 toneladas de produtos diversos, resultante de uma área trabalhada de 112 mil 695,5 hectares, segundo um documento do Gabinete da Agricultura e Pescas.

O documento citado aponta que para a melhoria dos indicadores produtivos, o PRODESI apoiou 13 cooperativas agrícolas, que beneficiaram de financiamento de 485 milhões de kwanzas, enquanto outras 10 cooperativas de ex-militares beneficiaram de igual número de tractores e alfaías.

Resultados das pescas Durante o período em avaliação, a actividade pesqueira contou com o envolvimento de 2.782 embarcações artesanais. Destas, 19 da classe semi-industrial e seis industriais. Naquela fase, a captura do pescado ficou cifrada em 10.927.483,7 quilogramas de pescado de espécies diversas.

Nos três segmentos da pesca marítima, a espécie sardinha foi a mais capturada com uma percentagem de 60 por cento, seguida da mesma com 20, espada com 12, carapau com 8 por cento, respectivamente.

A implementação da pesca continental resultou na captura de grande quantidade do cacusso, que representou 85 por cento, da captura, seguido o bagre com 10 por cento, e os restantes 5 por cento foi da espécie sequeilhão. Nesta actividade produtiva, os pescadores organizados em seis cooperativas, beneficiaram do PRODESI de um apoio de 210 milhões de kwanzas, registando uma das cooperativas na ordem de 86,4 por cento.

Défice na agricultura

Conforme refere o documento, o sector da agricultura em Luanda tem um défice na reabilitação dos sistemas de irrigação e diques de protecção, assim como nos equipamentos para irrigação, como moto bombas e acessórios.

O mau estado das vias de acesso nas principais zonas de produção tem dificultado o escoamento dos produtos e pouca assistência técnica por falta de meios para a mobilidade dos técnicos. Também o fraco poder financeiro das famílias, para a compra dos factores de produção tem sido factor de constrangimento.

O custo elevado de produção a ausência de tanques – banheiros para os animais, a falta de mangas de vacinação dente às acções de profilaxia médica veterinária, a carência de zonas de transumância e a pastagem pastagem de animais constam das dificuldades que impedem a produtividade.

Um outro problema reside na escassez de matéria-prima para o fabrico de ração, roubo constante dos produtos dos camponeses e do gado dos criadores por falta de segurança, desassoreamento das valas de irrigação e drenagem e a reabilitação dos diques de protecção.

A inexistência de um centro de congelação de apoio à pesca artesanal no município de Cacuaco, a insuficiência de centros técnicos de congelação e comercialização de apoio à pesca, constituem outros empecilhos para o sucesso produtivo.

Na pesca, as maiores dificuldades residem no abastecimento das embarcações pesqueiras por falta de postos de combustíveis específicos e a falta de um estaleiro para a manutenção das embarcações da classe semi-industrial.

Durante os últimos quatro anos, o movimento associativista e cooperativista da província de Luanda evoluiu na ordem de 93 por cento, resultante da parceria com o IDA (Instituto de desenvolvimento Agrário), UNACA (União Nacional dos Camponeses Associados) e as direcções municipais da Agricultura.

7.2 ONG lamenta venda de terrenos nos mangais

Jornal de Angola
07 De Setembro de 2022
Texto: Victor Mayala

Fazendo recurso às plataformas digitais, a nossa reportagem conversou, igualmente, com a ambientalista e coordenadora da ONG "OTCHIVA", Fernanda Renée, a partir da capital do país, Luanda, sobre destruição destes ecossistemas que se assiste na região.

A ambientalista repudiou, em primeira instância, a venda de terrenos nos mangais, por parte de alguns

gestores públicos, para a construção de infra-estruturas económicas e residências, resultando na sua destruição.

"Há muito que a OTCHIVA tem vindo a reivindicar contra a construção de infra-estruturas nos mangais, devido às catástrofes ambientais resultantes da destruição destes ecossistemas, como, por exemplo, a extinção de várias espécies de peixes, uma vez que os mangais são a maternidade da vida marinha, sendo que 70 por cento das espécies que o homem captura, reproduzem-se nestes ecossistemas", disse.

Segundo ela, a organização não está contra o desenvolvimento económico, mas é preciso ter em conta a protecção e conservação dos ecossistemas. Revelou que o Soyo possui a maior zona de mangais em Angola, fruto da existência de cerca de 123 ilhotas com densas florestas, pelo que a sociedade local deve evidenciar maior responsabilidade no que tange à sua protecção.

"Antes da implementação da campanha de reflorestação de mangais no Zaire, a OTCHIVA realizou expedições científicas para fazer um levantamento das causas da degradação dos mangais na província, biodiversidade, isto é, fauna e a flora", lembrou, acrescentando que a expedição científica permitiu a delimitação das acções de restauração dos ecossistemas da região, que, segundo ela, foram muito limitadas, devido à grande invasão de infra-estruturas construídas entre os mangais, como estradas portos e pontes.

Fernanda Renée fez saber que, no âmbito da campanha de reflorestação, foi possível plantar perto de 25 mil sementes de mangues a nível do município do Soyo.

Na tentativa de obter mais informações sobre as acções realizadas, a nível local, para pôr termo a esta e outras práticas danosas ao ambiente, procuramos contactar a Direcção Municipal para o Saneamento e Ambiente do Soyo, mas todos os esforços foram em vão.

7.3 As construções anárquicas aumentam em Ndalatando

Jornal de Angola

19 De Setembro de 2022

Texto: André Brandão

Segundo informações publicadas no Jornal de Angola, o número de construções anárquicas está a aumentar na cidade de Ndalatando, no Cuanza Norte, uma realidade que espelha não só o

crescimento demográfico, mas também alguma desorganização em termos de ordenamento do território e planeamento urbanístico. E não se trata apenas de um problema que afecta a referida cidade, mas um traço característico da maioria das sedes capitais das dezoito províncias de Angola, com maior incidência para as que recebem maior fluxo populacional.

Basta olhar para a forma como cresce a periferia à volta do que ainda resta dos centros urbanos, para se ter uma ideia da forma desordenada como crescem as zonas residenciais, sem um mínimo de organização na ocupação dos espaços.

A forma como numerosos bairros desordenados crescem na periferia das cidades, um verdadeiro entrave à garantia de qualidade de vida e à sustentabilidade, em plena era de paz em oposição ao tempo de guerra em que tudo se podia permitir e aceitar, em termos de ocupação e construção, leva a questionar que relevância têm as administrações, as entidades responsáveis pelo ordenamento do território e os Serviços de Fiscalização?

Ao Jornal de Angola, o administrador-adjunto para Área Técnica e Serviços Comunitário de Cazengo explicou assim o que se passa em Ndalatando, nos últimos seis meses: "neste período conseguimos demolir, em diferentes bairros, 15 estruturas, entre residências e estabelecimentos comerciais, por estarem em zonas não autorizadas, ou em lugares impróprios, pondo em perigo a vida dos próprios munícipes. Mas mesmo assim, o quadro permanece".

Obviamente, que de nada vale responsabilizar as famílias ou pessoas singulares que incorrem em tais procedimentos, correndo todos os riscos, quando, na verdade, os entes locais que se devem antecipar aos problemas assistem ao que se passa, não previnem e não ajudam. A autoridade de Estado precisa de ser imposta, com uma útil antecipação aos problemas, em vez de deixarem as famílias e pessoas singulares, a braços com necessidades inadiáveis de construção, sem resposta desburocratizada para os pedidos que fazem.

Ndalatando, como de resto todas as outras cidades, não pode continuar a crescer com construções anárquicas, muitas vezes em zonas de risco, quando as autoridades locais podem organizar as melhores formas de ocupação dos solos para a construção de habitação.

No médio e longo prazos, o pior que poderemos assistir, um pouco por toda a periferia das grandes cidades, é a multiplicação de musseques, com o potencial para a redução da qualidade de vida dos

habitantes, para o fomento da criminalidade, para dificultar o fornecimento de serviços de água e luz, bem como “subdesenvolver” económica e socialmente as comunidades.

O exemplo dos bairros periféricos em muitas cidades angolanas deve servir de lição aos administradores municipais e comunais, aos responsáveis pelo ordenamento do território, pelo planeamento urbanístico, famílias e pessoas singulares porque nada hoje justifica construir anarquicamente uma casa, um abrigo ou um estabelecimento comercial.

de recursos financeiros para trabalhar em mais áreas, pois o número de voluntários é maior que o de material usado pela associação. “As verbas disponíveis não são suficientes para comprar os sacos de lixo ou as luvas para a recolha de resíduos à beira mar”, lamentou.

O objectivo da associação, acrescentou, é, também, alertar os dirigentes do país para a questão dos resíduos deixados nas praias, “que podem, no futuro, se tornar um perigo sem igual para a biodiversidade marinha e, consequentemente, à vida das pessoas”.

Humanamente, defendeu, é impossível recolher todo o lixo à beira mar num único dia. “Mas o importante é tirar uma boa parte e alertar a sociedade para ter cuidado com os locais onde deixa esse lixo”, informou, além de acrescentar que os resíduos sólidos não devem ser deixados em locais impróprios, como as vias públicas e valas de drenagem.

O perigo da proximidade com os alimentos

Um dos maiores perigos de deixar resíduos sólidos nas praias está na vida marinha, em particular o peixe consumido. “Muitas pessoas estão habituadas a comer o peixe que vem do mar, chamado fresco, ao invés do congelado. Porém, é preciso ter noção que estes animais alimentam-se, às vezes, dos sacos plásticos jogados no mar, um veneno para estes e também para os consumidores finais”, disse, lembrando que dados divulgados dão conta que 13 mil pessoas já morreram em consequência, directa ou não, do lixo jogado no mar.

Como defensor do ambiente, Nuno Cruz acredita que a sociedade, em particular os usuários das praias, deve ter mais cuidado com o acúmulo de lixo. “Temos feito campanhas para explicar às pessoas sobre a responsabilidade destas quanto aos resíduos produzidos”, adiantou.

Para o ambientalista, é um problema que não pode ser apenas responsabilidade do Governo ou das operadoras de recolha de lixo. A Associação Nação Verde, continuou, trabalha, igualmente, na educação

da população sobre como transformar estes resíduos e torná-los em recursos valiosos. “É uma forma também de chamar atenção para os catadores de lixo, ainda bastante discriminados pela sociedade, porém são dos poucos que conseguem transformar os resíduos em fonte de renda familiar”.

Actualmente, afirmou, a sociedade está cada vez mais comprometida com os cuidados do ambiente. Este ano, defendeu, o Estado angolano participou na Conferência dos Oceanos, em Portugal, onde prometeu prestar mais atenção aos oceanos. “A Agência Nacional dos Resíduos e o Ministério do Ambiente devem ser actores mais activos no combate contra o lixo”.

Coca-Cola aposta na luta pelo ambiente

A directora de Marketing da Coca-Cola, Paula Matoso, disse que a empresa tem apoiado os projectos em prol do combate aos resíduos sólidos, com iniciativas próprias pelo ambiente e aposta na reciclagem.

A Coca-Cola, adiantou, colocou no mercado uma plataforma com vários projectos, nacionais e internacionais, para a implementação de acções mais activas à sustentabilidade ambiental. A meta, destacou, é diminuir o plástico em todo mundo. “Apesar de termos colocado um novo refrigerante, da marca Sprite, no mercado, em garrafa de plástico transparente, também tivemos em conta a preservação da biodiversidade e incentivamos os consumidores a reciclá-las”, disse.

A sociedade, acrescentou, tem de ser educada a mudar a forma de pensar e o incentivo para usar os “ecopontos” é uma saída. “Luanda deve ter estes contentores em vários pontos estratégicos, por serem uma forma de reciclar e combater o lixo”.

Os resíduos recolhidos durante a campanha de ontem, salientou, vão ser entregues à empresa Glopol, especializada no trabalho com materiais reciclados, em especial os de origem plástica. “A empresa vai dar o devido tratamento ao material recolhido, destruindo os inapropriados e reutilizando os demais”, explicou.

A importância de uma nova legislação

Nuno Cruz acredita que a legislação angolana actual está ultrapassada quanto ao assunto da gestão de resíduos. “É preciso rever, com urgência, o plano estratégico para a gestão de resíduos, em especial os urbanos”, defendeu, além de pedir maior fiscalização das lojas, restaurantes e comerciantes, quanto à gerência dos resíduos.

Para o ambientalista, é preciso educar novamente a sociedade quanto ao impacto dos resíduos no futuro. "As associações protectoras do ambiente têm de repensar sobre como devem desenvolver uma ampla campanha de sensibilização e educação ambiental nas comunidades. Mas a lei tem um peso fundamental nesta luta".

A educação ambiental a nível das comunidades é, para Nuno Cruz, uma ferramenta decisiva na melhoria do saneamento básico e no combate contra os resíduos sólidos urbanos. "É preciso fazer um trabalho mais activo de sensibilização, com o apoio de todos, em especial das igrejas, taxistas, professores, vendedores ambulantes e organizações civis", destacou.

Outro ponto-chave neste propósito, disse, é a reformulação da Unidade Técnica de Saneamento de Luanda. "É um sector que hoje não funciona e tem muitos meios parados, enquanto as valas de drenagem continuam a acumular lixo. As medidas para se inverter o quadro têm de ser tomadas agora, para evitar problemas maiores", comentou.

Cubal acolhe o acto oficial de Benguela

O município do Cubal, em Benguela, foi a localidade escolhida para a abertura oficial de uma campanha de saneamento básico, em alusão às celebrações do Dia Mundial da Limpeza, numa iniciativa do Gabinete Provincial do Ambiente, Gestão de Resíduos e Serviços Comunitários.

A campanha, que após a abertura oficial foi realizada em simultâneo nos dez municípios de Benguela, com a limpeza de alguns mercados informais e a entrega de matérias de higiene aos detidos na penitenciária do Cubal, serviu para saudar o Dia Mundial da Limpeza, celebrado ontem.

O vice-governador para os Serviços Técnicos e Infra-estruturas, Adilson Gonçalves, a quem coube a responsabilidade de testemunhar o acto, disse que o Governo de Benguela tem trabalhado muito com voluntários na limpeza e conservação de algumas zonas, com base num programa para a educação ambiental dos habitantes da província. A data, referiu, é uma oportunidade para todos perceberem a responsabilidade que devem ter para manter limpo o local onde habitam.

Durante o acto, a administração municipal do Cubal recebeu alguns equipamentos para ajudarem no saneamento básico da localidade, como um tractor, um camião cisterna, uma retroescavadora, assim como enxadas e baldes de lixo.

A campanha decorre até ao final do mês, sob o lema "Limpemos a província de Benguela".

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 EPAL liga água ao terminal doméstico dois dias após corte por atraso no pagamento

Jornal Expansão

16 De Setembro de 2022

Texto: Horácio Bapolo

O terminal doméstico do Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro, em Luanda, ficou privado de água da EPAL-Empresa Pública de Distribuição de Águas, durante mais de 48 horas, por acumulação de facturas em atraso. A água foi cortada na segunda-feira, dia 12, e o contador foi removido, mas na quarta-feira, após notícia publicada pelo Expansão.

Em causa esteve uma dívida acumulada superior a seis meses, de acordo com a EPAL. A empresa voltou a ligar a água ao terminal doméstico, mas manteve a zona dos voos internacionais sem água. "Uma situação que se arrasta há mais de cinco anos", altura em que, segundo uma fonte, a Empresa Pública de Águas de Luanda cortou a água ao terminal de voos internacionais.

Nas duas vezes em que a EPAL cortou a água levou os contadores e partiu a torneira (uma espécie de volante giratório) que permite a ligação entre as condutas e o aeroporto, como testemunhou o Expansão no local.

Fonte da manutenção da maior infraestrutura aeroportuária do país revelou que "há mais de cinco anos que o Aeroporto Internacional de Luanda adaptou, como alternativa, o abastecimento do tanque com cisternas que transportam água do Kikuxi".

Se, por exemplo, esta situação se arrastasse por mais tempo resultaria em grandes consequências, dada a sensibilidade das operações de um aeroporto. Os restaurantes e as casas de banho, tanto para trabalhadores como para os passageiros, ficariam sem água. Segundo a mesma fonte, é da rede da EPAL que o terminal doméstico depende para a "higienização dos aviões e também para os serviços de bombeiros que asseguram a prevenção de incidentes na pista do aeroporto".

Pouco tempo depois de o Expansão noticiado corte de água, a EPAL e a SGA - Sociedade Gestor de aeroportos chegaram a acordo. A SGA comprometeu-se a pagar as dívidas, cumprindo um plano de pagamentos acordado com a EPAL.

Clientes particulares

Contactada pelo Expansão, a EPAL confirma ter interrompido o fornecimento de água ao terminal doméstico do Aeroporto 4 de Fevereiro por falta de pagamento, mas escusou-se a avançar o montante da dívida. A Empresa limitou-se a dizer que o pagamento está em atraso há mais de seis meses, o que atropela o contrato, que permite, no máximo, dois meses de atraso por cliente. O director de comunicação da empresa, Vladimiro Bernardo, avançou que esta medida foi feita com perspectiva de pressionar o aeroporto a liquidar a dívida ou negociar os pagamentos.

"Termos consciência que é um órgão sensível e que não podemos mantê-lo muito tempo sem água. Mas também é importante que paguem as dívidas, porque a empresa (EPAL) precisa sobreviver", sublinhou Vladimiro Bernardo.

Questionado sobre a zona do Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro que está privada de água há mais de cinco anos, Vladimiro Bernardo não se quis pronunciar, mas admitiu que é a "segunda vez que a EPAL faz cortes no abastecimento ao aeroporto, sendo que a primeira já foi há alguns anos". Afirmção que corresponde aos relatos de uma fonte do aeroporto, que confirma o corte há mais de 5 anos.

Estes cortes surgem após vários avisos da EPAL à SGA, no sentido de regularizar a sua situação contratual. Menos de 24 horas depois do corte, começaram as negociações que ficaram concluídas com a reposição da água ao terminal doméstico. A zona dos voos internacionais continua sem água da rede. A EPAL, diz que as negociações só envolveram o terminal doméstico e não o internacional. "Ficou acordado que vão pagar o total da dívida. Mediante o compromisso que a EPAL tem com a SGA e, tendo em conta a sensibilidade do órgão, abrimos a água", informou Vladimiro Bernardo.

A EPAL diz que há ainda muitas outras empresas públicas e privadas que estão na condição de devedores e que poderão passar pelo mesmo crivo, se não saldarem as suas dívidas.

Só para se ter uma ideia, a dívida acumulada pelos clientes da EPAL, atualmente, ronda os 108 mil milhões Kz, sendo 80% de clientes particulares ou domésticos, e 20% do sector empresarial: comércio, serviço, indústria e o Estado, revelou o director de comunicação institucional da empresa pública responsável pela distribuição de água em Luanda

8.2 Associações e empresas nacionais unem forças por um planeta sem resíduos

Jornal de Angola

18 De Setembro de 2022

Texto: Kátia Ramos

A luta para a redução do número de resíduos sólidos no país, em particular em alguns pontos-chaves, como as praias, tem sido uma tarefa, de quatro anos, feita por associações e empresas angolanas, em prol de um planeta mais saudável. Este sábado, por ocasião do Dia Mundial da Limpeza, voluntários destas organizações decidiram recolher toneladas de plástico na zona da Praia do Bispo.

A Associação Nação Verde, uma das participantes, assim como as empresas Coca-Cola Company e Refriango, conseguiram, com a acção, recolher mais de 800 quilos de resíduos, numa campanha que procurou, também, sensibilizar os habitantes da zona e de outros pontos da capital sobre os perigos do lixo, em especial o plástico.

A maioria das acções dos voluntários ficou limitada ao Distrito Urbano da Ingombota e arredores do Memorial António Agostinho Neto, mais precisamente a Praia da Kinanga. Porém, outras acções foram realizadas, ainda ontem, em locais como a Praia Amélia, na Samba, por uma equipa da Eco Angola.

No acto, o presidente da Associação Nação Verde informou que a organização tem desenvolvido, nos últimos cinco anos, um trabalho de sensibilização da população sobre o tratamento do lixo e a importância da luta pela preservação do meio ambiente.

Nuno Cruz explicou que o trabalho feito pela associação inclui a realização, regular, de campanhas de limpeza nas ruas de Luanda, como forma de consciencializar a sociedade sobre como fazer uma melhor gestão dos resíduos sólidos que produz.

"Todos os anos neste dia, a associação tem feito acções de sensibilização e recolha de resíduos nas praias e comunidades, com maior realce aos de origem plástica, cuja degradação é prejudicial ao meio ambiente. Temos trabalhado com 200 associados e até ao momento conseguimos retirar, de algumas praias da capital, duas toneladas de plástico, na forma de bidões ou outros recipientes", disse.

As limitações, explicou, têm sido a falta de recursos financeiros para trabalhar em mais áreas, pois o número de voluntários é maior que o de material usado pela associação. "As verbas disponíveis não são

suficientes para comprar os sacos de lixo ou as luvas para a recolha de resíduos à beira-mar", lamentou.

O objectivo da associação, acrescentou, é, também, alertar os dirigentes do país para a questão dos resíduos deixados nas praias, "que podem, no futuro, se tornar um perigo sem igual para a biodiversidade marinha e, consequentemente, à vida das pessoas".

Humanamente, defendeu, é impossível recolher todo o lixo à beira-mar num único dia. "Mas o importante é tirar uma boa parte e alertar a sociedade para ter cuidado com os locais onde deixa esse lixo", informou, além de acrescentar que os resíduos sólidos não devem ser deixados em locais impróprios, como as vias públicas e valas de drenagem.

O perigo da proximidade com os alimentos

Um dos maiores perigos de deixar resíduos sólidos nas praias está na vida marinha, em particular o peixe consumido. "Muitas pessoas estão habituadas a comer o peixe que vem do mar, chamado fresco, ao invés do congelado. Porém, é preciso ter noção que estes animais alimentam-se, às vezes, dos sacos plásticos jogados no mar, um veneno para estes e também para os consumidores finais", disse, lembrando que dados divulgados dão conta que 13 mil pessoas já morreram em consequência, directa ou não, do lixo jogado no mar.

Como defensor do ambiente, Nuno Cruz acredita que a sociedade, em particular os usuários das praias, deve ter mais cuidado com o acúmulo de lixo. "Temos feito campanhas para explicar às pessoas sobre a responsabilidade destas quanto aos resíduos produzidos", adiantou.

Para o ambientalista, é um problema que não pode ser apenas responsabilidade do Governo ou das operadoras de recolha de lixo. A Associação Nação Verde, continuou, trabalha, igualmente, na educação da população sobre como transformar estes resíduos e torná-los em recursos valiosos. "É uma forma também de chamar atenção para os catadores de lixo, ainda bastante discriminados pela sociedade, porém são dos poucos que conseguem transformar os resíduos em fonte de renda familiar".

Actualmente, afirmou, a sociedade está cada vez mais comprometida com os cuidados do ambiente. Este ano, defendeu, o Estado angolano participou na Conferência dos Oceanos, em Portugal, onde prometeu prestar mais atenção aos oceanos. "A Agência Nacional dos Resíduos e o Ministério do Ambiente devem ser actores mais activos no combate contra o lixo".

Coca-Cola aposta na luta pelo ambiente

A directora de Marketing da Coca-Cola, Paula Matoso, disse que a empresa tem apoiado os projectos em prol do combate aos resíduos sólidos, com iniciativas próprias pelo ambiente e aposta na reciclagem.

A Coca-Cola, adiantou, colocou no mercado uma plataforma com vários projectos, nacionais e internacionais, para a implementação de acções mais activas à sustentabilidade ambiental. A meta, destacou, é diminuir o plástico em todo mundo. "Apesar de termos colocado um novo refrigerante, da marca Sprite, no mercado, em garrafa de plástico transparente, também tivemos em conta a preservação da biodiversidade e incentivamos os consumidores a reciclá-las", disse.

A sociedade, acrescentou, tem de ser educada a mudar a forma de pensar e o incentivo para usar os "ecopontos" é uma saída. "Luanda deve ter estes contentores em vários pontos estratégicos, por serem uma forma de reciclar e combater o lixo".

Os resíduos recolhidos durante a campanha de ontem, salientou, vão ser entregues à empresa Glopol, especializada no trabalho com materiais reciclados, em especial os de origem plástica. "A empresa vai dar o devido tratamento ao material recolhido, destruindo os inapropriados e reutilizando os demais", explicou.

A importância de uma nova legislação

Nuno Cruz acredita que a legislação angolana actual está ultrapassada quanto ao assunto da gestão de resíduos. "É preciso rever, com urgência, o plano estratégico para a gestão de resíduos, em especial os urbanos", defendeu, além de pedir maior fiscalização das lojas, restaurantes e comerciantes, quanto à gerência dos resíduos.

Para o ambientalista, é preciso educar novamente a sociedade quanto ao impacto dos resíduos no futuro. "As associações protectoras do ambiente têm de repensar sobre como devem desenvolver uma ampla campanha de sensibilização e educação ambiental nas comunidades. Mas a lei tem um peso fundamental nesta luta".

A educação ambiental a nível das comunidades é, para Nuno Cruz, uma ferramenta decisiva na melhoria do saneamento básico e no combate contra os resíduos sólidos urbanos. "É preciso fazer um trabalho mais activo de sensibilização, com o apoio de todos, em especial das igrejas, taxistas, professores, vendedores ambulantes e organizações civis", destacou.

Outro ponto-chave neste propósito, disse, é a reformulação da Unidade Técnica de Saneamento de Luanda. "É um sector que hoje não funciona e tem muitos meios parados, enquanto as valas de drenagem continuam a acumular lixo. As medidas para se inverter o quadro têm de ser tomadas agora, para evitar problemas maiores", comentou.

Cubal acolhe o acto oficial de Benguela

O município do Cubal, em Benguela, foi a localidade escolhida para a abertura oficial de uma campanha de saneamento básico, em alusão às celebrações do Dia Mundial da Limpeza, numa iniciativa do Gabinete Provincial do Ambiente, Gestão de Resíduos e Serviços Comunitários.

A campanha, que após a abertura oficial foi realizada em simultâneo nos dez municípios de Benguela, com a limpeza de alguns mercados informais e a entrega de matérias de higiene aos detidos na penitenciária do Cubal, serviu para saudar o Dia Mundial da Limpeza, celebrado ontem.

O vice-governador para os Serviços Técnicos e Infra-estruturas, Adilson Gonçalves, a quem coube a responsabilidade de testemunhar o acto, disse que o Governo de Benguela tem trabalhado muito com voluntários na limpeza e conservação de algumas zonas, com base num programa para a educação ambiental dos habitantes da província. A data, referiu, é uma oportunidade para todos perceberem a responsabilidade que devem ter para manter limpo o local onde habitam.

Durante o acto, a administração municipal do Cubal recebeu alguns equipamentos para ajudarem no saneamento básico da localidade, como um tractor, um camião cisterna, uma retroescavadora, assim como enxadas e baldes de lixo.

A campanha decorre até ao final do mês, sob o lema "Limpemos a província de Benguela".

8.3 A maka do lixo

Jornal de Angola
20 De Setembro de 2022

Quando se trata da gestão dos resíduos sólidos, andamos ainda aquém do esperado, a julgar pela conduta das pessoas, pela dinâmica das comunidades, pela ausência de uma resposta das operadoras consentânea com a produção de lixo, bem como a falta de uma legislação actual e eficaz.

Diz-se que a que vigora até hoje está alegadamente ultrapassada, precisando-se de uma nova que,

acrescida do activismo social em prol da gestão e recolha do lixo, nos poderá proporcionar mais comodidade e saúde.

"É preciso rever, com urgência, o plano estratégico para a gestão de resíduos, em especial os urbanos", alertou há dias o ambientalista Nuno Cruz que, se referindo à legislação, considerou necessário um novo diploma para regular tudo o que envolva a recolha, gestão e disposição do lixo.

Mais do que uma nova legislação, precisamos, de facto, de mudar de mentalidade, de um quadro social e educativo em que sobressaia a sensibilização junto das populações para combater o lixo nas comunidades.

Tal como reconheceu o ambientalista, quando encara a sensibilização como ferramenta vital para melhor lidar com os resíduos, Nuno Cruz disse oportunamente que "é preciso fazer um trabalho mais activo de sensibilização, com o apoio de todos, em especial das igrejas, taxistas, professores, vendedores ambulantes e organizações civis".

Hoje, como encaram algumas vozes entendidas em questões ambientais e as ligadas aos resíduos, as comunidades estão quase que deixadas à sua sorte na medida em que dependem de si mesmas para lidar com os resíduos sólidos. Isto a propósito do estado em que se encontra a chamada Unidade Técnica de Saneamento de Luanda (UTSL) que, ao que se diz, precisa de ser reformulada para dar lugar a um ente verdadeiramente virado para as comunidades.

O ambientalista mencionado aqui, referindo-se a UTSL, diz que "é um sector que hoje não funciona e tem muitos meios parados, enquanto as valas de drenagem continuam a acumular lixo. As medidas para se inverter o quadro têm de ser tomadas agora, para evitar problemas maiores".

Na verdade, precisamos de um programa que envolva todos e em que todos se sintam partes no sentido de se devolver ao meio o esperado equilíbrio entre os ecossistemas, nos quais se inserem também os seres humanos.

De facto, hoje, quando olhamos para as valas de macro e micro drenagem, bem como os esgotos, apenas para mencionar estes canais, damos conta em que pé andamos relativamente à forma como encaramos as valas. É inaceitável que nas valas, configuradas para receber águas residuais, seja depositado todo o tipo de lixo que, por sua vez, acaba indiscriminadamente no mar.

Nem as chamadas estações de tratamento das águas residuais, dispositivos existentes em alguns espaços,

no entanto, inactivas, e noutras áreas completamente desconhecidas do papel e atribuições, têm desempenhado o seu papel.

A educação ambiental a nível das comunidades, das famílias e das pessoas singulares vai permitir, ainda que precariamente, reduzir o impacto dos resíduos sólidos e levar a uma consciencialização sobre a problemática do lixo. Precisamos da desconstrução da ideia de que o lixo é um problema das operadoras, das pessoas que varrem a rua quando, na verdade, é um problema pessoal, familiar e de grupo ao nível das comunidades.

8.4 Bairros da cidade do Huambo contam com mais água potável

Jornal de Angola

23 De Setembro de 2022

Texto: Marcolino Wambo

Segundo o presidente do Conselho de Administração da Empresa Provincial de Água e Saneamento, Adolfo Elias Gomes, o aumento de consumidores deve-se à expansão da rede de tratamento e distribuição de água a mais de 20 bairros periféricos da cidade do Huambo, no quadro das 41 mil ligações domiciliárias, um projecto que teve início em 2016 com término previsto para o próximo ano. O projecto conta com financiamento do Banco Mundial.

Acrescentou que parte dos bairros Kakelewa, Calundo, Aviação, Vila Graça, Calilongue e Santa Iria, só para citar alguns, já beneficiam de água potável, um trabalho que está a ser executado de maneira paulatina, devido ao crescimento da população.

Fez saber que o trabalho das novas ligações domiciliárias tem o seu término previsto para o próximo ano, altura em que o número de consumidores pode atingir perto de 100 mil, nas cidades do Huambo e da Caála, concretamente na Centralidade Faustino Muteka.

Deu a conhecer que decorrem, de forma paulatina, trabalhos de alargamento da rede de distribuição de água, para abranger os bairros Katchindombe, Sassonde I e II, Santo António, Casseque I e II, com montagem de contadores e torneiras nas residências.

Adolfo Elias explicou que o sistema de captação de água a partir do rio Kulimahãla, que existe desde os anos 40 do século passado, já não respondia a demanda, devido ao crescimento da população, o que obrigou, em 2015, o Governo do Huambo a dar

início ao novo projecto, para reforçar e alargar a capacidade da rede de abastecimento aos municípios.

Salientou que o novo sistema de abastecimento de água do Kunhoŋgama bombeia mais de dois mil metros cúbicos por hora e está em fase de ensaio dos equipamentos, trabalhando em simultâneo com o antigo sistema do rio Kulimahãla. Adolfo Elias esclareceu que os restantes municípios são da responsabilidade das respectivas administrações, através das equipas criadas para o efeito, que têm prestado o devido apoio técnico e institucional onde for necessário.

O presidente do Conselho de Administração da Empresas de Água e Saneamento do Huambo exorta as comunidades no sentido de evitarem consumir água não tratada, principalmente das cacimbas, próximas de fossas, esgotos, cemitérios e outros locais de risco, por estar desprovida de qualidade e não recomendada devido às altas contaminações superficiais e subterrâneas.

Segundo o gestor, a água não tratada está a contribuir para o aumento de doenças, como a febre tifóide, as diarreicas agudas, cólera e outras de origem hídrica.

Dívidas de consumo

Consumidores particulares e institucionais acumularam, desde 2020, uma dívida avaliada em mais de um bilhão de kwanzas, situação que tem vindo a criar constrangimentos na planificação e funcionamento condigno da Empresa Provincial de Água e Saneamento, segundo Adolfo Elias Gomes.

Acrescentou que os consumidores estão a ser sensibilizados no sentido de pagarem as dívidas, para se evitar cortes e aplicação de multas.

Explicou que os gastos da Empresa de Água e Saneamento com a manutenção dos equipamentos e outros serviços são muito avultados. Assegurou que, em média mensal, a instituição arrecada mais de 30 milhões de kwanzas, que têm servido para as despesas correntes. "A tarifa que se aplica na cobrança é insignificante, porém, ainda temos clientes que não cumprem com as suas obrigações de pagamento do consumo".

8.5 Crianças com educação ambiental ajudam na limpeza da Praia Amélia

Jornal Luanda

19 De Setembro de 2022

Texto: Arcângela Rodrigues

Victória Jorge, de 8 anos de idade, não teve mãos a medir para ajudar a limpar a Praia Amélia. A pequena disse ao Jornal Metropolitano de Luanda que encontrou a praia muito suja e ajudou na sua limpeza.

"O papá convidou-me a vir limpar a praia, não pensei que fosse encontrar tanto lixo. Se existem contentores de lixo, porquê que as pessoas não põem o lixo lá?" Questionou a pequena.

Victória, apesar de desagradada com a acção de deitar o lixo fora dos contentores, gostou muito de trabalhar e promete ajudar nas próximas campanhas de limpeza às praias.

O pequeno Daniel Luamba, também mostrou-se triste pela sujidade que encontrou na praia.

"Os mais velhos não podem sujar assim as praias, devem comportar-se bem. Eles, ao fazerem isto, estão a poluir o ambiente e a provocar doenças", argumentou.

Daniel prometeu pedir aos colegas para também ajudarem a limpar as praias.

Gabriel Eduardo, 11 anos, pediu para que se parasse de poluir as praias, "porque está a prejudicar o nosso ecossistema e pode nos levar à morte", alertou.

O rapaz notou que a Praia Amélia cheirava mal. "Apesar de a praia estar a cheirar mal, a recolha do lixo deixa-a com uma brisa mais suave", acredita.

"Limpar a praia é tornar ambiente saudável e gozamos todos de boa saúde", disse Abelardo Miguel Dias, que gostaria de ver recolhido todo o lixo que se encontra no Morro da Samba, nas valas de drenagens e outros locais.

Praia Amélia com menos lixo

Quinhentos e trinta e quatro sacos de resíduos, dos quais duzentos e trinta e quatro de plásticos e trezentos utensílios diversos foram recolhidos durante a campanha de limpeza e sensibilização na Praia Amélia, em Luanda, no distrito da Samba.

Promovida pela Eco Angola, a campanha que serviu para celebrar o "Dia Mundial da Limpeza", contou com a participação de mais de 300 pessoas, entre jovens, adultos e crianças.

Segundo Luiana Guerra, directora executiva da Eco Angola, além da campanha de limpeza efectuada na praia, também foi feito um trabalho de sensibilização aos cidadãos em relação à gestão dos resíduos, à necessidade de melhorar a conservação das praias, à salvaguarda da Bio-Diversidade marinha, preservar a saúde e o bem-estar da comunidade.

Luiana Guerra avançou que não será possível aproveitar os resíduos sólidos recolhidos na Praia Amélia, por estarem extremamente contaminados. Assim sendo, tudo seria depositado no aterro sanitário.

"No próximo fim-de-semana, voltaremos à Praia Amélia para dar continuidade ao trabalho, pois não conseguimos limpar conforme queríamos. Esperamos ter a sorte de conseguir alguns resíduos para reutilização", almeja.

A directora executiva da Eco Angola, manifestou satisfação pela pronta sensibilização e mobilização dos parceiros e da sociedade civil, visto que esta acção materializa o caminho para a construção de uma cultura de protecção do meio ambiente, que deve ser levada a cabo por todos. "Estamos cientes de que ainda há muito por se fazer, razão pela qual continuaremos a promover acções com vista à resolução de vários problemas sociais", adiantou.

A campanha de limpeza na Praia Amélia contou com o envolvimento de parceiros da Eco Angola, como a Agência Nacional de Petróleo, Gás Fósil e Biocombustíveis (ANPG), OEC Angola e a cadeia de supermercados Angomart.

9. GÉNERO E VIOLÊNCIA

9.1 Moradores da Cimangola preocupados com onda de assaltos

Jornal O País

16 De Setembro de 2022

Texto: Sousa de Castro

Caro coordenador do jornal OPAIS, saudações para si extensivas aos jornalistas desta casa.

Os moradores do bairro da Cimangola, no município de Cacuaco, na província de Luanda, estão preocupados com o número elevado de casos de assaltos à mão armada, com maior ocorrência no período nocturno.

O número elevadíssimo de casos de violência doméstica também continua a dar que falar, nas conversas de bairro, assim como nos transportes. É que a situação é gravíssima.

Os habitantes já não sabem o que significa andar à vontade. Apontam o dedo ao elenco do Presidente João Manuel Gonçalves Lourenço. Estão cansados.

Não há uma unidade policial no bairro da Cimangola. Apesar disso, temos de acreditar que as coisas irão melhorar nas próximas semanas.

O que os moradores deste bairro têm de fazer é confiar na força do Governo do MPLA. O partido dos camaradas reconhece que a situação está caótica naquele bairro.

Temos de perceber que o "glorioso" é um partido comprometido com o povo.

O governo de João Lourenço sempre priorizou os aspectos de cariz básico, sempre colocou os interesses dos cidadãos no topo das prioridades. Temos de nos orgulhar deste partido. 2023 será melhor.

10. AMBIENTE

10.1 Empresários angolanos vão expor na Feira Internacional da Madeira

Jornal Economia e Finanças

2 De Setembro de 2022

Texto: Joaquim Suami

Um grupo de empresários angolanos, ligado ao sector madeireiro, vai participar de 8 a 13 de Novembro deste ano, em Belgrado, capital da República da Sérvia, na 5 edição da Feira Internacional da Madeira e Móveis, anunciou, esta semana, em Luanda, o presidente da Câmara de Comércio e Indústria de Angola.

Vicente Soares disse que a participação de empresários angolanos na Feira Internacional da Madeira e Móveis se enquadra nos acordos de cooperação existentes entre as Câmaras de Comércio de Angola e da Sérvia,

Segundo o gestor, o evento visa mostrar as potencialidades das empresas angolanas e da Sérvia, bem como de outros países participantes, que se dedicam na produção de madeira, móveis, equipamentos e decoração de interiores.

"A ideia deste evento é mostrarmos as potencialidades do sector da madeira e mobiliário. Queremos mostrar aos outros expositores o que temos produzido no país. Aliás, queremos ver o que se produz na Sérvia, a possibilidade de importarmos e exportarmos os nossos produtos para o país europeu. Temos uma equipa a trabalhar neste processo, que está a ser coordenada pelo chefe do departamento de apoio ao sector empresarial e esperamos contar com a participação de um número considerável de empresários angolanos", disse.

Para Vicente Soares, apesar de Angola ter participado na 1ª edição da Feira Internacional da Agricultura, com um número reduzido de empresários, o país teve uma exibição excelente que impressionou os visitantes, as autoridades sérvias e a comunicação social local.

"Na 1ª edição da Feira Internacional da Agricultura da Sérvia, fomos o único país da África subsaariana a participar no evento. A par de Angola, a Feira contou, igualmente, com a presença de Marrocos. Apesar do número reduzido de empresários angolanos, o país impressionou os visitantes e as autoridades da Sérvia. Até a comunicação social local

deu um grande destaque da exibição dos produtos de Angola, principalmente do Café, Sal e Peixe", disse.

10.2 Destruição de mangais pode causar danos ambientais no Soyo

Jornal de Angola

07 De Setembro de 2022

Texto: Victor Mayala

Apesar dos alertas que são feitos por pessoas entendidas na matéria, sobre as consequências ambientais que podem advir do abate dos mangais, os autores desta prática continuam a devastar, à luz do dia, vastos perímetros para construção de moradias e empreendimentos económicos.

O Jornal de Angola constatou que muitos dos locais com mangais tornaram-se, também, o destino final de entulhos e esgotos, estando sujeitos à poluição de resíduos sólidos, líquidos nocivos, entre outros químicos, pondo em perigo várias espécies existentes nestes lugares.

A região tem registado elevadas temperaturas fora de época e as chuvas são irregulares. Os ambientalistas afirmam que estas alterações podem ser consequência do derrube dos mangais.

A antiga vila "Santo António" do Zaire é como que uma Ilha, por estar circundada pelo mar e pelos vários braços do imponente rio Zaire, pelo que a ausência dos mangais tem aumentado os riscos da ocorrência de inundações, já que a vegetação serve de barreira às águas.

Dados científicos indicam que os mangais são considerados "ecossistemas de carbono azul", bem como ervas marinhas e pântanos de sal, porque são dez vezes mais eficientes em absorver e armazenar grandes quantidades de carbono a longo tempo, em comparação com ecossistemas terrestres. Esta particularidade, torna-os essenciais para o combate às mudanças climáticas.

Além disso, a vegetação formada pelos mangais, desempenha um papel muito importante na manutenção do clima, permitindo a purificação do ar que se respira. Por esta razão, o ambientalista João Alberto condenou o comportamento das pessoas que, mesmo sabendo das consequências desta prática, destroem sistematicamente os mangais, que, como frisou, proporcionam inúmeros benefícios para a vida humana e de outras espécies, com destaque para os ecológicos e económicos.

Entre os benefícios, acrescentou, está o facto de os mangais servirem de locais de reprodução para milhares de espécies marinhas, funcionando como um berçário. O interlocutor indicou, ainda, que os mangais providenciam, também, protecção e alimentos para peixes e diversos invertebrados como crustáceos e moluscos.

"Os sistemas de raízes dos mangais ajudam a estabilizar o solo, prevenindo a erosão nas linhas costeiras. Os mangais funcionam como amortecedores costeiros naturais contra tempestades e calemas, bem como diminuem as probabilidades de inundações. Ajudam a manter a qualidade da água e a sua claridade, filtrando poluentes e prendendo sedimentos provenientes da costa", disse João Alberto.

Sublinhou que os mangais garantem, ainda, suporte e protecção a muitas espécies em risco de extinção, como tartarugas, manatins e algumas aves.

Ouidos pela nossa reportagem, alguns municípios consideraram que o crescente abate dos mangais contraria o desafio ambiental assumido por Angola durante o Workshop Internacional sobre "Zonas Húmidas de Importância Internacional", realizado em Fevereiro de 2021, em que participou, por videoconferência, o Vice-Presidente da República cessante, Bornito de Sousa. Na ocasião, o governante anunciou um programa de reflorestação, no país, de um milhão de mangues.

O fórum teve como objectivos consciencializar e sensibilizar as populações sobre a necessidade de protecção das zonas húmidas, com vista à preservação das espécies nos seus habitats. Fruto deste compromisso, vem-se assistindo, de há um tempo a esta parte, acções de reflorestação de algumas zonas a nível do município do Soyo.

É o caso da zona do Cadal, nos arredores da cidade petrolífera, onde os mangais devastados em consequência das obras de construção de uma nova estrada de acesso à Base do Kwanda (de apoio logístico às empresas petrolíferas) e de uma indústria pesqueira foram recentemente replantados, num trabalho conjunto entre o governo provincial e uma Organização Não Governamental (ONG), denominada "OTCHIVA", que se dedica à protecção e conservação destes ecossistemas naturais.

Joaquim Cruz, 34 anos de idade, disse haver, ainda, muitas pessoas no seio da sociedade que desconhecem a importância da protecção e conservação destes ecossistemas naturais e do meio ambiente do modo geral.

"Penso que a atitude destas pessoas que destroem os mangais e outras zonas verdes resulta do facto de desconhcerem a importância da conservação do meio ambiente. Por isso, urge a necessidade de maior divulgação de conteúdos sobre educação ambiental, no sentido de se inverter este quadro", notou.

O jovem, professor no Instituto Politécnico do Soyo, que administra cursos virados para a indústria petrolífera, lembrou, ainda, que qualquer acção do homem deve sempre ocorrer na óptica do equilíbrio com o meio em que está inserido, ou seja, não desenvolver actividades susceptíveis de causar uma alteração substancial da natureza para satisfazer as necessidades actuais, em prejuízo das gerações vindouras.

Já Celestina Paula, 30 anos, defendeu responsabilidade criminal aos que praticarem actos lesivos ao meio ambiente, como é o caso da destruição dos mangais. "É preciso haver uma lei específica para que estas pessoas que danificam os ecossistemas possam ser exemplarmente sancionadas", referiu.

ONG lamenta venda de terrenos nos mangais

Fazendo recurso às plataformas digitais, a nossa reportagem conversou, igualmente, com a ambientalista e coordenadora da ONG "OTCHIVA", Fernanda Renée, a partir da capital do país, Luanda, sobre destruição destes ecossistemas que se assiste na região.

A ambientalista repudiou, em primeira instância, a venda de terrenos nos mangais, por parte de alguns gestores públicos, para a construção de infra-estruturas económicas e residências, resultando na sua destruição.

"Há muito que a OTCHIVA tem vindo a reivindicar contra a construção de infra-estruturas nos mangais, devido às catástrofes ambientais resultantes da destruição destes ecossistemas, como, por exemplo, a extinção de várias espécies de peixes, uma vez que os mangais são a maternidade da vida marinha, sendo que 70 por cento das espécies que o homem captura, reproduzem-se nestes ecossistemas", disse.

Segundo ela, a organização não está contra o desenvolvimento económico, mas é preciso ter em conta a protecção e conservação dos ecossistemas. Revelou que o Soyo possui a maior zona de mangais em Angola, fruto da existência de cerca de 123 ilhotas com densas florestas, pelo que a sociedade local deve evidenciar maior responsabilidade no que tange à sua protecção.

"Antes da implementação da campanha de reflorestação de mangais no Zaire, a OTCHIVA realizou expedições científicas para fazer um levantamento das causas da degradação dos mangais na província, biodiversidade, isto é, fauna e a flora", lembrou, acrescentando que a expedição científica permitiu a delimitação das acções de restauração dos ecossistemas da região, que, segundo ela, foram muito limitadas, devido à grande invasão de infra-estruturas construídas entre os mangais, como estradas portos e pontes.

Fernanda Renée fez saber que, no âmbito da campanha de reflorestação, foi possível plantar perto de 25 mil sementes de mangues a nível do município do Soyo.

Na tentativa de obter mais informações sobre as acções realizadas, a nível local, para pôr termo a esta e outras práticas danosas ao ambiente, procuramos contactar a Direcção Municipal para o Saneamento e Ambiente do Soyo, mas todos os esforços foram em vão.

10.3 Onga e Catchindongo desenvolvem técnicas para produção de carvão

Jornal de Angola

17 De Setembro de 2022

Texto: Adolfo Mundombe

A população das aldeias da Bonga, município do Londuimbali e Catchindongo, no Cuíma, município da Caála, estão a desenvolver novas técnicas para a produção do carvão vegetal de forma sustentável, e outras práticas resultante da floresta, através de métodos que visam preservar, conservar o meio ambiente.

O director do projecto "Carvão Vegetal Sustentável", da Faculdade de Ciências Agrárias na Universidade José dos Santos, no Huambo, Abílio Santos Malengue disse que, o projecto está a resultar de forma significativa e os camponeses estão a gerir os focos florestais de uma forma sustentável, e conseguem transformar dos frutos silvestres em sumos, marmelada e outros para comercializar e gerar rendimento.

Disse que o projecto foi implementado no país em 2018 na província do Huambo, tendo decorrido as duas primeiras fases, da sua execução nas comunidades da Bonga e Catchindongo, o que tem impulsionado o empoderamento das famílias. A segunda fase do projecto que aguarda por

financiamento vai se estender para outras aldeias ainda por identificar.

"Daí a necessidade de dar a conhecer aos membros das comunidades, e especialmente aos carvoeiros, muni-los de novas tecnologias, para a produção eficiente de carvão vegetal, tipos de fornos melhorados, incluindo processos de reciclagem de resíduos (briquetes) e consumo de energia doméstica (cozinhas melhoradas)" disse.

Abílio Malengue referiu que o projecto está a incorporar de forma activa os critérios de sustentabilidade, incluindo as questões relacionadas com a eficiência na produção de carvão, que sejam desenvolvidos pelo projecto.

Disse que além de outras questões já incluídas, o projecto também contempla a formação para a adaptação as condições locais, disponibilidade de materiais locais, aceitação pelas comunidades e qualidade do carvão (combustibilidade, emissão de fumos).

O projecto " Carvão Vegetal Sustentável" é financiado pelo Fundo Global Environment Facilities, dirigido pelo Ministério da Cultura Turismo e Ambiente de Angola, apoiado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pela Universidade de Córdoba (Espanha), através das distintas consultorias, com o propósito de acabar com a fome e a pobreza nas comunidades.

Novos Fogareiros

Para aumentar a eficiência do consumo de lenha e do carvão foram fabricados fogareiros melhorados com baixo custo, que visa dar eficácia no consumo do combustível de forma que se reduzam gases emitidos, se comparamos com o fogareiro tradicional e a cozinha com lenha nas três pedras.

Os fogareiros selecionado e aprovados tem a denominado de "iko", que em umbundu significa fogueira, produzidas nas distintas escolas de formação profissionais e comercializado com sucesso em toda circunscrição da província.

" Estamos a promover a comercialização, num custo baixo para que todos os cidadãos possuam o fogareiro sustentável contribuindo para uma sociedade sem efeitos de gases."

Para reduzir o consumo de carvão vegetal e o desmatamento das florestas para a produção do combustível, está a ser produzido o carvão através dos resíduos denominados " briquetes".

O "briquetes" é o pó do carvão que resta nos fornos já explorados, juntando com argila, estrume de gado, resultando num tipo de combustível melhorado e sustentável e que já é consumido na região.

Abílio Melengue fez saber que as mulheres rurais são os principais consumidores do produto, porém, todas actividades, embora não seja o objecto imediato, têm um objectivo principal que é a redução do desmatamento.

As actividades são realizadas de forma comunitária, contando com o maior número de pessoas de cada aldeia, existindo outros grupos de pessoas com maior envolvimento nas actividades que são os agentes florestais, formados por cinco mulheres e igual número de homens em cada comunidade.

Os agentes estão a transmitir o conhecimento adquirido e a motivar as comunidades para a sustentação do projecto nas aldeias da Bonga e Catchindongo para aumentar o número de solicitação do programa devido o seu impacto.

No âmbito do projecto, o consórcio formado pela Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade José Eduardo dos Santos do Huambo, e a Universidade de Córdoba (Espanha) desenvolvem consultorias concernentes as florestas existentes na região.

O objectivo é fazer com que os camponeses saibam cuidar das florestas, separar as árvores frutíferas e as não frutíferas, explorar as não frutíferas com as dimensões apropriadas e preservar as frutíferas.

É uma série de actividades orientadas para melhorar a gestão florestal sustentável de modos aumentar a rentabilidade dos produtos florestais desde uma perspectiva de sustentabilidade, aumentar a eficiência dos processos de produção de energia procedente de biomassa" disse o engenheiro.

10.4 “Somos obrigados a transformar o Huambo numa cidade ecológica”

Jornal de ngola

21 De Setembro de 2022

Texto: Victória Quintas

O administrador do Huambo diz que o município tem tudo para crescer. No dia em que a cidade completa 110 anos, Fernando Ferreira Vicente reiterou o desejo de transformar a cidade na capital ecológica do país. O responsável destacou os projectos executados no quadro do Plano Integrado

de Intervenção nos Municípios (PIIM) e manifestou a vontade de se fazer no Huambo um centro de rendimento desportivo

Como vê hoje a cidade do Huambo? Que projectos foram desenvolvidos nos últimos anos?

A cidade tem crescido bastante. Nos últimos 5 anos, cada aniversário é completamente diferente, e este ano coincide com o fim e o princípio de uma Legislatura. Do ponto de vista de infra-estruturas, podemos destacar a implementação de vários projectos, no quadro do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), como a construção de centros de saúde e escolas.

Qual é o número de infraestruturas construídas no âmbito do PIIM?

São nove obras. Uma das escolas foi construída na comuna da Chipipa, onde também há um centro de saúde e uma central eléctrica. Os mesmos projectos também foram erguidos na comuna da Calima e outras na sede do município. Fez-se um exercício de gestão de modo a não se pensar apenas na sede, mas também nas outras comunas, para reduzir a distância e criar condições de base, quer no que respeita ao atendimento hospitalar, quer na educação.

Quanto às acções de combate à pobreza, o que nos pode dizer?

Além do PIIM, há as acções ligadas ao combate à pobreza. Apoiamos os mais vulneráveis, sobretudo nas comunidades rurais, na aquisição de inputs agrícolas como fertilizantes e sementes. De lembrar que, em relação a estes dois programas, além dos constrangimentos financeiros, houve, também, o problema da seca e a Covid-19, que reduziram o impacto das acções. Temos de dizer que conseguiu-se a aplicação do Decreto Presidencial que caracteriza o município do Huambo dentro da escala A. Município com um administrador e três adjuntos.

O que isso representa?

Representa uma dinâmica diferente porque, se temos os programas de combate à pobreza e o PIIM, os municípios têm que sobreviver por si só, o que quer dizer que a cultura da arrecadação de receitas, os chamados recursos próprios, depende da capacidade, da iniciativa ou da habilidade que cada um tiver. Quer dizer que, além do administrador e dos administradores adjuntos, as várias direcções municipais têm que ir buscar todo um conjunto de responsabilidades.

Pode dar exemplo?

Vamos falar da construção de infra-estruturas, em relação às licenças de publicidade e realização de actos. Este é um processo de consciencialização, porque não basta dar competência, é preciso que quem o dá tenha noção do que está a fazer, mas quem recebe, também tem que justificar por que a recebe. Ao longo destes cinco anos conseguiu-se incutir nos munícipes do Huambo a consciência de que eles próprios têm que participar. Um exemplo claro tem que ver com a questão do saneamento da cidade, que deixou de ser uma responsabilidade só da administração municipal. O consumidor poluidor está consciente de que se faz lixo, tem que contribuir na manutenção da higiene.

Existem meios para que os munícipes participem no saneamento?

A Direcção Municipal do Ambiente e Saneamento colocou à disposição motorizadas de três rodas para que os utentes participem de forma directa na recolha dos resíduos.

Como estão em termos de receitas arrecadadas?

A nossa arrecadação de receitas não é constante. Posso dizer que o Huambo é o principal arrecadador de receitas que se revertem para o município.

Estamos a falar de quanto por mês?

Há dois anos, tínhamos uma meta de 6 a 9 milhões. Hoje estamos entre 14 e 20 milhões de kwanzas por mês. Motivados pelas festas da cidade do Huambo, este mês vamos reparar semáforos que não funcionam, rever a sinalização horizontal e vertical, os repuxos dos jardins, além do saneamento básico e recolha de resíduos, limpeza das sarjetas, que será feita com recursos arrecadados pelo próprio município.

Quais são os grandes desafios?

Neste momento, estamos com cerca de 999 mil habitantes, há uma projecção de 1,5 milhões de habitantes, o que quer dizer que um outro desafio que a administração conseguiu ter é o alocamento de espaço no ordenamento do território. Conseguimos recuperar um espaço que já esteve infra-estruturado, que será distribuído para a auto construção dirigida. Trata-se do espaço da localidade do Lufefena, onde já se fez o loteamento para a distribuição e também no bairro de São Tarcísio. Queremos criar espaços infra-estruturados, não só para residências, mas pensar-se em escolas, supermercados, igrejas entre outras infra-estruturas.

Quê ganhos pode avançar?

Temos muitos ganhos, com a construção, já na fase final, do Centro Cultural do Huambo, da Fábrica de Vacinas para Animais, as obras em curso da Cinfotec e do estádio do Mambroa. São projectos em curso que representam desenvolvimento da cidade do Huambo. Felizmente, há um alinhamento com o Gabinete Provincial de Infra-estruturas.

Existe algum projecto de recuperação das salas de cinema?

No âmbito da descentralização, estamos com as atenções viradas para os cines São João, Estúdio 404 e Ruacaná, alguns dos quais ficaram adstritos à Igreja, mas o processo de expropriação é complexo. Adormecemos um pouco, pois isso, não depende só da vontade de um ou de outro. Mesmo com o Centro Cultural, cujas obras estão em curso, há necessidade de recuperação das salas de cinema, por causa da caracterização demográfica da cidade. Por exemplo, para quem vai ao bairro R 21, há um crescimento exponencial. Em vez de movimentar as pessoas daquela localidade para assistir a um filme na cidade, porque não levar para lá uma sala de cinema?

Já que falou do bairro R 21, sabe-se que está a crescer, mas carece de condições básicas, como vias de acesso e energia eléctrica. O que se está a fazer neste sentido?

Em relação aos acessos, a brigada mecanizada do INEA está a fazer o levantamento das principais vias no que toca à asfaltagem e terraplanagem. O acesso ao bairro R21, com ou sem chuva, será prioridade. Em relação à energia, adquirimos oito transformadores que vão mitigar os problemas de energia daquele e de outros sete bairros. Estamos à espera da assinatura do acordo de financiamento para desbloquear o processo. O equipamento já está no Huambo, são três geradores de 259 KVA, dois de 400 e outros três de 650. É muita energia, mas, mais do que sonhar, é necessário acreditar. Aliás, temos estado a trabalhar com a comissão dos moradores.

Como está o projecto de transformação do Huambo em capital ecológica?

Somos obrigados, ou melhor, qualquer munícipe é obrigado a fazer tudo para que o Huambo seja, efectivamente, a cidade ecológica, em homenagem ao governador Paulo Cassoma, que começou com o projecto. Por isso, estamos a pensar numa escola inclusiva que obrigue o munícipe a ter em conta que é parte. É preciso que a criança seja preparada para manter a cidade limpa, não pode atirar lixo à rua, as plantas não podem secar. Também é necessário

ensinar que cuspir, urinar, defecar, deitar o resto do cigarro na rua é proibido. Queremos jovens que digam não ao álcool, não às drogas, não à delinquência, mas sim ao desporto, porque o desporto faz saúde e não há nada melhor do que a saúde comunitária. Se cada munícipe, onde estiver, souber que tem uma quota de responsabilidade para a ecologia do nosso habitat, teremos ganho um contributo para o Huambo se tornar em capital ecológica. Até porque está em curso a recuperação da orla do rio Calombula, que separa a Cidade Alta da Cidade Baixa, a recuperação da orla do Cuando e fazer com que o Huambo seja um lugar bom para se viver.

11. MINEIRA

12. MIGRAÇÃO

13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

13.1 Avançar Firmemente no caminho da cooperação China – África.

Jornal O País

2 De Setembro de 2022

Em 18 de agosto, foi realizada por vídeo-conferência a Reunião de coordenadores do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), tendo como objectivo principal analisar as implementações das Acções de Acompanhamento da 8ª Conferência Ministerial, com participação da China e Senegal na qualidade de co-presidente do FOCAC, e os países africanos inclusive Angola.

Tanto a China quanto a África elogiaram a 8ª Conferência Ministerial, que teve lugar em Dakar em novembro de 2021, e apreciaram que o Presidente Xi Jinping, da República Popular da China, apresentou o "Espírito de Amizade e Cooperação Sino-Africana", a construção da comunidade China-África com um futuro compartilhado na nova era, e "Nove Projetos" de cooperação com a África. Ambos os lados acreditam que mais de meio ano após a conclusão da 8ª Conferência Ministerial do Fórum, apesar da situação internacional em constante mudança e dos desafios globais emergentes e distúrbios externos, China-África mantiveram determinação, solidariedade sincera e focação em cooperação. A implementação dos resultados está progredindo bem com importantes proveitos iniciais.

Defendemos em conjunto a equidade e a justiça internacional. Os países africanos aderem firmemente ao princípio de Uma Só China e apoiam a China na salvaguarda da soberania nacional, segurança e integridade territorial. A China apoia a resolução da União Africana sobre o impacto das sanções e medidas coercitivas unilaterais nos estados membros na sua 35ª Cimeira, condenando veementemente qualquer país exercer pressão política e económica sobre os outros através de medidas coercitivas unilaterais, instando ao levantamento dessas medidas que violam o Propósito e Princípio da Carta da ONU.

Concentramo-nos em conjunto na cooperação para o desenvolvimento. A China forneceu mais de 3 mil milhões de USD em crédito a instituições financeiras africanas. Nos últimos 7 meses, os bens importados da África atingiu 70,6 mil milhões de USD, e as empresas chinesas investiram 2,17 mil milhões de USD na África. Estamos prontos para emprestar 10 mil milhões de USD em SDR para a África por meio do FMI, e promover o FMI a direccionar fundos chineses para a África. No ano corrente, a China assinou a troca de cartas com 12 países africanos sobre tarifa-zero em 98% dos produtos exportados para a China. Um novo lote de produtos agrícolas com características africanas entrou no mercado chinês através do "canal verde". China-África expandiram a cooperação em energia limpa, como energia solar e energia eólica, realizaram com sucesso o seminário sobre a construção da "Grande Muralha Verde na África" e implementaram projetos de cooperação Sul-Sul para enfrentar as mudanças climáticas.

Trabalhamos em conjunto na construção da barreira antiepidémica. A China forneceu 189 milhões de doses da vacina COVID-19 para 27 países africanos, e a capacidade de produção anual da produção cooperativa localizada na África atingiu 400 milhões de doses. O edifício da sede dos Centros Africanos de Controlo e Prevenção de Doenças construído pela China foi estruturalmente coberto e será concluído no início do próximo ano. A China despachou 332 novos membros da equipe médica para a

África. Os estudantes africanos na China retomaram à escola. 14 Faculdades vocacionais chinesas e 13 faculdades e universidades africanas formaram parcerias.

Trabalhamos em conjunto na promoção da paz e da estabilidade regional. A China propôs o "Conceito de Desenvolvimento Pacífico no Chifre da África", nomeou um enviado especial para os assuntos do Chifre da África e apoiou os países regionais para realizar a Conferência de Paz do Chifre da África. O 2º Fórum de Paz e Segurança China-África e o Seminário sobre a Situação de Segurança no Golfo da Guiné foram realizados com sucesso. A China sempre apoia os países africanos no aumento de sua capacidade de manter a estabilidade e promover a paz por conta própria.

No segundo semestre deste ano, Partido Comunista da China realizará seu 20º Congresso Nacional para iniciar uma nova jornada de construção dum país socialista moderno de maneira integral. Este ano ainda marca o 20º aniversário da fundação da União Africana.

Situando-se no novo ponto de parti do histórico, China-África devem se unir mais estreitamente, acelerar o caminho do desenvolvimento e revitalização e construir verdadeiramente uma comunidade China-Africa com um futuro compartilhado na nova era.

No âmbito do FOCAC, a cooperação China-Angola também é plenamente promissora:

1 - A China continuará a praticar O conceito de "sinceridade, efectividade, afinidade e boa-fé" apresentado pelo Presidente Xi Jinping, na parceria do respeito, igualdade e cooperação sincera com Angola. Apoiamos firmemente Angola na caminhada de desenvolvimento adequado às suas próprias condições nacionais. A China está disposta a trabalhar com Angola para levar adiante os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, praticar o multilateralismo genuíno e defender os direitos e interesses legítimos dos países em desenvolvimento.

2. A China está disposta a continuar a tomar as necessidades de Angola como ponto de partida para a cooperação bilateral, para implementar plenamente os "nove Projectões" e avançar na cooperação "Cinturão e Rota" com elevada qualidade. A China continuará a encorajar empresas chinesas competentes a investir e iniciar negócios em Angola, a participar ativamente na construção de Infra-estruturas e no desenvolvimento industrial de Angola e a expandir a cooperação na agricultura, economia digital, saúde, indústria verde e de baixo carbono. O presidente Xi Jinping propôs uma iniciativa de desenvolvimento global, do de Desenvolvimento Global e Cooperação Sul-Sul". A China iniciou os projectos de desenvolvimento global, e seja bem-vindo que Angola apresenta a sua candidatura de projectos.

3. A China está disposta a continuar a promover os intercâmbios interpessoais e culturais, a prestar assistência e conveniência aos estudantes angolanos que pretendam retomar as aulas na China, e promover a abertura de voos diretos China-Angola. Há pouco tempo atrás, a empresa chinesa Gezhoubu, empreiteira do Aproveitamento Hidroelétrico Caclo Cabaça, e o Instituto Confúcio da Universidade de Agostinho Neto, realizaram conjuntamente um intercâmbio cultural para jovens chineses e angolanos, criando as condições para a juventude melhorar a compreensão mútua e aumentar as oportunidades de estágio e emprego. No futuro, essas actividades irão repetir mais.

O FOCAC passou por mais de 20 anos de desenvolvimento e desempenhou um papel positivo na liderança da cooperação internacional com a

África na direção certa. A China congratula-se com o contínuo interesse e apoio da comunidade internacional ao desenvolvimento e prosperidade da África. O Conselheiro de Estado e MIREX da China, Wang Vi, realçou que se a cooperação China-África for bem-feita, haverá mais impulso e ímpeto novo para O desenvolvimento global, mais energia positiva para a estabilidade mundial e mais novas esperanças para todo o mundo. Acreditamos firmemente que a amizade China-África pode resistir à chuva e tempestade, e continuará a ser um paradigma da relação internacional e um modelo de cooperação Sul – Sul.

13.2 China e Cabo Verde pretendem alargar cooperação com Angola

Jornal de Angola

16 De Setembro de 2022

Texto: César Esteves

O Governo chinês manifestou, ontem, em Luanda, o interesse em alargar a cooperação com Angola em outros sectores importantes para a vida dos dois países, neste segundo mandato do Presidente João Lourenço, que vai até 2027.

A intenção foi manifestada pelo embaixador do país asiático em Angola, Gong Tao, no final da cerimónia de investidura do Presidente João Lourenço como o mais alto magistrado da Nação e da Vice-Presidente da República, Esperança da Costa, na Praça da República. "A China vai continuar a manter boas relações com Angola e reforçá-la, ainda mais, em novas áreas, durante essa nova fase que começa", realçou. O diplomata asiático, que acompanhava, na cerimónia de investidura, o enviado especial do Governo chinês, apontou o reforço das relações económicas como uma das áreas que vai merecer uma atenção especial na relação entre os dois Estados. "Continuaremos a acompanhar o processo de diversificação da economia angolana e encorajar os empresários chineses a fazerem investimentos em diversas áreas no país, em área como indústria transformadora, agricultura, pescas e mineração", frisou o embaixador da China em Angola, sublinhando que a ideia é ajudar o país a gerar mais postos de trabalho para a população.

Quem também manifestou interesse em reforçar a cooperação com Angola em outras áreas, nos próximos cinco anos, é o Presidente de Cabo Verde, José Maria Neves.

Em breves declarações à imprensa, no final da cerimónia de investidura do Presidente João Lourenço, o estadista cabo-verdiano salientou que

este reforço vai passar pelas áreas dos transportes, ensino superior, ciência e inovação, agricultura, pescas e economia azul. "Há áreas importantes sobre as quais podemos trabalhar, para reforçar as nossas relações", realçou.

O presidente da Comissão da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), o embaixador angolano Gilberto Veríssimo, elogiou Angola pelo fecho, com sucesso, do seu processo de eleições. "É isso que a região precisa: paz e tranquilidade, para poder desenvolver-se", aclarou.

Gilberto Veríssimo referiu que, com este passo, Angola deu um forte sinal de que o país está decidido a desenvolver-se.

Sem muitas palavras, o Presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa, elogiou a organização da cerimónia de investidura, tendo sublinhado que foi um evento "muito importante". A mesma opinião foi partilhada pelo representante especial do Secretário-Geral da ONU para a África Central e Chefe do Gabinete Regional das Nações Unidas para a África Central (UNOCA), Abdou Abarry, que fez a sua primeira visita a Angola.